

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

**EVASÃO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO
UNIFICADA (SISU) NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE PASSOS - MG**

**FRANCA
2020**

INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

**EVASÃO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO
UNIFICADA (SISU) NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE PASSOS - MG**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de Concentração: Políticas, Gestão e Formação Escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli

**FRANCA
2020**

S586e Silva Júnior, Inácio Ferreira da
EVASÃO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE
SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE
PASSOS - MG / Inácio Ferreira da Silva Júnior. -- Franca, 2020
122 p. : il., tabs., fotos

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Maria Madalena Gracioli

1. Ensino Superior. 2. Evasão. 3. Jovens. 4. SISU. 5. UEMG. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR

**EVASÃO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO
UNIFICADA (SISU) NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE PASSOS - MG**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas
Públicas.**

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli (UNESP/Franca)

1º Examinador: Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino (UNESP/Franca)

2º Examinador: Profa. Dra. Sofia Marques da Silva (Universidade do Porto)

Franca, 13 de março de 2020.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

É revigorante lembrar e agradecer a todos que, de certa forma, direta ou indiretamente, apoiaram ou fizeram parte desse processo árduo e desafiador.

Preciso agradecer inicialmente a Deus, por ter saúde para trilhar os meus sonhos e objetivos.

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

À minha irmã, ao meu cunhado, familiares e amigos, por me compreenderem e me apoiarem.

Aos meus queridos (as) amigos(as) do Mestrado, Arnaldo, Carla, Eveline, Fernanda, Felipe, Gustavo, Lucas, Máira e Natália, por compartilharmos nossas experiências, alegrias e angústias durante esta caminhada.

À UNESP *campus* Franca, por me proporcionar esta oportunidade.

Aos professores do Mestrado, muito obrigado pelas valiosas contribuições.

Aos meus colegas funcionários da Superintendência Regional de Ensino de Passos, pelo carinho e preocupação comigo durante toda a caminhada.

Ao meu querido amigo Itamar Faria, meu maior incentivador desde o início, para que fosse possível continuar trilhando essa jornada acadêmica e profissional.

À minha orientadora, Madalena, minha eterna gratidão por aceitar o desafio de me acompanhar nesta jornada. Agradeço a disponibilidade, paciência e contribuições inspiradoras e valiosas.

À direção da UEMG – unidade Passos, pela autorização e colaboração para que a pesquisa se desenvolvesse na unidade.

SILVA JÚNIOR, Inácio Ferreira da. **Evasão de Jovens ingressantes pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos-MG**. 2020. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMO

As políticas públicas de acesso ao ensino superior oferecem aos jovens a oportunidade de ingressarem em uma universidade e se prepararem para a vida profissional. Este trabalho é resultado de um estudo sobre a evasão escolar de jovens que ingressaram por meio do SISU, no curso de Administração de Empresas da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade de Passos MG. A evasão representa um sério problema a ser enfrentado pelas universidades, resultante de fatores que pesam para o aluno permanecer ou não no curso. Diversas são as causas que levam os estudantes a abandonar a universidade: dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar, troca de domicílio, orientação vocacional/profissional, mudança de curso, falta de interesse do aluno, dificuldades de acesso à universidade, desmotivação, entre outros. O objetivo da pesquisa se configura em conhecer as principais causas que levaram os jovens a abandonar o curso de Administração da UEMG - Passos. Para atingir esse propósito, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do contexto histórico do ensino superior no Brasil, da evasão no ensino superior, das políticas públicas de juventude e de acesso ao ensino superior e políticas de assistência estudantil. A etapa posterior constituiu-se em uma pesquisa de campo, realizada com 11 estudantes evadidos do referido curso, e desse total oito estudantes aceitaram a participar das entrevistas. Os resultados apontaram fatores de ordem individual do estudante, de ordem interna e externa à universidade e que foram motivadores da evasão. Como fatores individuais do estudante, o estudo revelou a falta de interesse em frequentar às aulas, o desejo de mudar de curso, a falta de afinidade, desânimo e insatisfação com o curso. Como fatores internos à instituição revelou a necessidade de mudança na grade curricular do curso, as falhas do sistema informatizado Web giz, a falta de organização da universidade e a necessidade de integração dos professores e coordenador do curso com os alunos. Na dimensão externa à instituição, foram citados a necessidade de trabalhar. Por fim, foi sugerido uma proposta para o enfrentamento dos índices de evasão no curso de administração.

Palavras-chave: Ensino Superior. Evasão Escolar. Jovens. SISU.

SILVA JÚNIOR, Inácio Ferreira da. Evasion of young people entering the Unified Selection System (SISU) in the Administration course at the State University of Minas Gerais - Passos-MG Unit. 2020. 122f. Dissertation (Master in Planning and Analysis of Public Policies) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

ABSTRACT

Public policies for access to higher education offer young people the opportunity to enter a university and prepare for professional life. This work is the result of a study on school dropout of young people who entered through SISU, in the Business Administration course at the University of the State of Minas Gerais - Passos MG unit. Evasion represents a serious problem to be faced by universities, resulting from factors that weigh on whether the student remains on the course or not. There are several causes that lead students to leave the university: financial difficulties, need to work, change of address, vocational / professional guidance, change of course, lack of student interest, difficulties in accessing the university, demotivation, among others. The objective of the research is to find out the main causes that led young people to abandon the UEMG - Passos Administration course. To achieve this purpose, a bibliographic review was carried out on the historical context of higher education in Brazil, evasion in higher education, public policies for youth and access to higher education and student assistance policies. The subsequent stage consisted of a field research, carried out with 11 students who had left the course, and of that total eight students accepted to participate in the interviews. The results pointed out factors of an individual student nature, internal and external to the university and which motivated dropout. As individual factors of the student, the study revealed the lack of interest in attending classes, the desire to change course, the lack of affinity, discouragement and dissatisfaction with the course. As factors internal to the institution, it revealed the need for a change in the curriculum of the course, the flaws in the computerized Web chalk system, the lack of organization at the university and the need to integrate teachers and the course coordinator with students. In the dimension external to the institution, the need to work was mentioned. Finally, a proposal was suggested to face the dropout rates in the administration course.

Keywords: Higher Education. School dropout. Young. SISU.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diferentes níveis de evasão do Ensino Superior	45
Figura 2 - Modelo de Evasão da Teoria da Integração do Estudante – Vincent Tinto.....	47
Figura 3 - Modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais (Bean e Metzner, 1985	50
Figura 4 – Modelo Integrado de Cabrera, Nora e Castañeda	51
Figura 5 - Tangram da Evasão	53
Figura 6 - Expansão do ensino superior no Brasil.....	57
Figura 7 - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, em Belo Horizonte (Reitoria da UEMG)	59
Figura 8 - Distribuição das unidades da UEMG no Estado de Minas Gerais	59
Figura 9 - Polos EAD da UEMG.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A evolução do SISU	42
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Expansão do ensino superior no Brasil.....	55
Quadro 2 - Distribuição Percentual dos recursos por benefícios.	73
Quadro 3 - Idade dos estudantes evadidos	79
Quadro 4 – Cor/Etnia dos estudantes evadidos.....	80
Quadro 5 – Filhos.....	80
Quadro 6 – Estado Civil dos estudantes evadidos	81
Quadro 7 – Comparativo entre renda familiar mensal e quantidade de moradores no domicílio.....	82
Quadro 8 – Trajetória escolar.....	83
Quadro 9 – Situação de moradia, deslocamento até a universidade e custeio de despesas	84
Quadro 10 – Perfil dos estudantes evadidos entrevistados – Trabalho e dedicação integral aos estudos.	86
Quadro 11 - Período em que o estudante estava matriculado quando ocorreu a evasão do curso de administração.	87
Quadro 12 – Cruzamento dos dados – Renda familiar, quantidade moradores no domicílio e o período da Evasão no curso.	88
Quadro 13 – Percepção dos estudantes evadidos acerca da escolha da UEMG e do curso de administração.....	89
Quadro 14 – As principais causas da evasão apontadas pelos estudantes evadidos e fatores determinantes do desempenho da graduação.....	96
Quadro 15 – Situação dos estudantes após abandonar o curso de administração	97
Quadro 16 – Sugestões dos estudantes entrevistados para o combate à evasão no curso de administração.....	98

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJUVEST	Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
COPEPS	Comissão Permanente de Processo Seletivo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FESP	Fundação de Ensino Superior de Passos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUTURE	Feira de Rumos e atitudes
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IESALC	Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAE	Modelo de Atrito de Estudantes
MEC	Ministério da Educação
MIP	Modelo Integrado de Permanência
NAE	Núcleo de Apoio ao Estudante
OBJ	Organização Brasileira de Juventude
ONG	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAP	Programa Auxílio Permanência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEAES	Programa Estadual de Assistência Estudantil

PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPES	Políticas Públicas de Educação Superior
PPJ	Políticas Públicas de Juventude
PROCAN	Programa de Seleção Socioeconômica
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROJOVEM	Programa nacional de Juventude
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISPROUNI	Sistema informatizado do ProUni
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TO	Tocantins
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UIFTB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR	22
1.1 Jovens e o ensino superior	28
1.2 Ensino Superior no Brasil: trajetória histórica e políticas públicas	30
1.3 Políticas Públicas de acesso ao ensino superior	34
2 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR	43
2.1 A Universidade e as Políticas Públicas de Assistência Estudantil	54
2.1.2 A Fundação de Ensino Superior de Passos e a Universidade do Estado de Minas Gerais	56
2.1.3 Processo Seletivo / Vestibular na UEMG – unidade Passos	61
2.1.4 Formas de ingresso na UEMG	61
2.2 Assistência Estudantil e Estratégias de Permanência no Ensino Superior	64
2.3 O Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais	71
3 A EVASÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UEMG – PASSOS – RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
3.1 Procedimentos metodológicos	75
3.1.2 As entrevistas	77
3.2 A evasão na perspectiva dos estudantes evadidos	78
3.2.1 Perfil do estudante evadido e Trajetória escolar	78
3.2.2 Custeio de despesas, moradia, trabalho, transporte e custeio de despesas dos estudantes evadidos entrevistados	84
3.2.3 Percepção dos estudantes evadidos entrevistados com a universidade	88
3.2.4 Causas da Evasão	91
3.2.5 Situação em relação aos estudos após o abandono e sugestões dos estudantes evadidos entrevistados para a UEMG combater a evasão no curso de administração.	97

3.3 Proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração da UEMG – unidade Passos – MG.	100
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	103
<i>APÊNDICES</i>	117
<i>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</i>	120
<i>ANEXOS</i>	121
<i>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)</i>	122

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP – *Campus Franca*, focaliza a evasão de jovens ingressantes pelo SISU no curso de administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Passos.

O estudo da evasão no ensino superior no Brasil teve como marco institucional o ano de 1995, com a criação de uma comissão realizada pelo Ministério da Educação e Cultura, denominada Comissão Especial cuja finalidade era pesquisar as causas da evasão nos cursos de graduação, por meio de um levantamento em diferentes instituições de ensino superior – IES públicas para organizar de forma sistemática um estudo que definisse uma fórmula de cálculo, objetivando identificar causas e, talvez, propor soluções.

O estudo realizado pela comissão especial reúne um conjunto significativo de dados sobre o desempenho das universidades públicas brasileiras relativo aos índices de diplomação, retenção e evasão dos estudantes de seus cursos de graduação. Por sua abrangência nacional e pela adoção de um modelo metodológico capaz de dar uniformidade aos processos de coleta e tratamento dos dados, constitui-se em trabalho pioneiro e inovador de indiscutível relevância para o Sistema de Ensino Superior do país.

A comissão elaborou um relatório mencionando os prováveis fatores determinantes do desempenho da graduação, que envolve três fatores: fatores referentes a características individuais dos estudantes; fatores internos à instituição; fatores externos à instituição. Essa mesma comissão buscou caracterizar a evasão de três formas, sendo: A evasão de curso: quando ocorre o desligamento do estudante do curso superior por várias situações como o abandono (em que o estudante deixa de se matricular), a desistência (oficial), a transferência e/ou reopção (em que o estudante opta por mudança de curso) e o trancamento e exclusão por norma institucional. A evasão da instituição: o estudante perde o vínculo com a instituição na qual estava matriculado. E por fim, a evasão do sistema: caracteriza-se quando o estudante abandona de forma definitiva e/ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a evasão é vista como um sério problema enfrentado pelas universidades, sendo resultante de fatores que pesam para o aluno permanecer ou não no curso. Podem ser apontadas diversas causas que levam os estudantes a abandonar a universidade: dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar, repetência, troca de domicílio, orientação vocacional/profissional, mudança de curso, falta de interesse do aluno,

desprestígio da profissão, horário de trabalho, dificuldades de acesso à universidade, desmotivação, falta de emprego, apoio da família, sentimento de fracasso, entre outros.

No que tange o acesso de jovens estudantes no ensino superior, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) criado em 1998, durante a gestão do ministro da educação Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso, como instrumento de avaliação educacional do governo federal, para verificar o desempenho dos alunos concluintes e os egressos do ensino médio. O INEP é responsável por organizar e coordenar o exame desde sua primeira edição. Em 2009, foram realizadas transformações, na estrutura do ENEM, que permitiram a utilização da nota do estudante no exame como forma de seleção para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificado (SISU). Criado pela Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010, o Sistema é gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) e tem como propósito que as instituições públicas de ensino superior ofereçam vagas para candidatos participantes do ENEM, com intuito de selecionar os estudantes para as vagas em cursos de graduação, disponibilizadas pelas universidades públicas.

O SISU, por sua vez, corroborou o processo de democratização do acesso ao ensino superior, oportunizando aos jovens carentes o ingresso na universidade pública. De acordo com dados divulgados pelo INEP, no ano 2010 o SISU disponibilizou, na edição do primeiro semestre de 2010, aproximadamente 48 mil vagas e, em 2018, esse número ultrapassou 239 mil vagas (BRASIL, 2018). No entanto, ao observar o aumento da oferta de vagas nas instituições públicas para o SISU, percebe-se que a evasão se apresenta como um problema a ser enfrentado pelas instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas.

A presente pesquisa se apresenta como um estudo de caso que investiga as causas da evasão de jovens no curso de administração da UEMG Passos. A unidade de Passos possui 27 cursos de Graduação e cinco cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização), e oferece aos estudantes o ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), para o qual são disponibilizadas 50% das vagas oferecidas pela UEMG, em seu processo seletivo. Por ser uma universidade estadual pública e que adota o SISU como opção de ingresso, atrai estudantes de várias regiões do Brasil.

O objeto de estudo limita-se especificamente aos estudantes do curso de Administração que ingressaram na UEMG por intermédio do SISU no período de 2015 a 2018. A escolha do período se justifica em razão da estadualização da antiga Fundação de Ensino Superior de Passos pelo Decreto 46478, de 03 de abril de 2014, tornando-se UEMG-

unidade Passos; nesse sentido, o ingresso de estudantes para o ano de 2015 passou a seguir as formas vigentes de ingresso da universidade, permitindo aos estudantes o ingresso pelo SISU, utilizando-se das políticas públicas do governo federal para acesso de estudantes ao ensino superior. Portanto, considerando que o curso de administração possui quatro anos de duração, o estudante que ingressou na universidade no início de 2015, concluiu o referido curso em dezembro de 2018.

Diante disso, a questão que baliza esta pesquisa é: Quais são as causas da evasão de jovens ingressantes pelo sistema de seleção unificada (SISU), no curso de administração da UEMG – unidade Passos?

O objetivo geral da pesquisa é conhecer as principais causas da evasão no curso de graduação em Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos-MG., e os objetivos específicos são: levantar a quantidade de estudantes que ingressaram no curso pelo Sistema de Seleção unificada (SISU) entre 2015 a 2018; Conhecer o perfil dos estudantes do curso de Administração de empresas, que evadiram na universidade pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no período de 2015 a 2018; Identificar as causas que mais contribuíram para a evasão; Por tratar-se de um Mestrado profissional espera-se que o estudo tenha um efeito prático na realidade pesquisada, desse modo, foi elaborada uma proposta com sugestões de redução ou combate à evasão no curso de administração UEMG – unidade Passos.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde há um processo investigativo acerca do problema. Por se tratar de pesquisa que aborda as atitudes, aspirações, valores, que condiz a uma realidade mais aprofundada dos fenômenos e/ou da relação dos processos (Minayo, 2001).

Quanto aos objetivos, é uma pesquisa descritiva, que para Triviños (1987) as pesquisas descritivas exigem do pesquisador uma série de elementos sobre o que se almeja pesquisar, na coleta, ordenação e classificação dos dados, estabelecendo relações entre as variáveis sem nelas interferir.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de caso. De acordo com Yin (2001, p.27), “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. Outra característica dos estudos de caso, segundo o autor, são as múltiplas fontes de evidência, tais como documentos, entrevistas e observações.

Para alcançar os objetivos, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica, que por meio da leitura na íntegra ou fragmentos de livros e artigos ou periódicos, dissertações e teses, que tratam de temas relativos a esse estudo, a saber: ensino superior brasileiro, políticas públicas para a juventude, juventudes no Brasil, e, a evasão no ensino superior, que possibilitou a compreensão de como esses temas se constituíram historicamente, permitindo assim o delineamento de hipóteses a respeito da evasão no ensino superior. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo para obter informações de estudantes evadidos acerca da evasão no curso. Ressaltamos que o conceito de evasão adotado no trabalho se refere à evasão de curso: quando o estudante se desliga do curso superior por diversas situações, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), e trancamento.

A pesquisa de campo envolveu estudantes evadidos do curso de administração que iniciaram o curso entre 2015 a 2018, nos turnos matutino e noturno. Dessa forma, registrou-se ao longo de quatro anos um total de 11 evasões. A entrevista foi o instrumento utilizado para obter as informações necessárias à realização deste estudo. Ao todo foram realizadas oito entrevistas individuais semiestruturadas, no período de julho a setembro de 2019. A opção por esse instrumento se deu por apresentar maior liberdade de participação dos entrevistados, partindo de um diálogo onde é possível obter maior aprofundamento das opiniões e contar com outras contribuições importantes sobre o tema, mas que não foram contempladas no roteiro, ainda assim possibilitaram uma maior troca de opiniões entre os sujeitos: o entrevistador e o entrevistado.

O processo de entrevista foi realizado por meio de um roteiro estruturado contendo 17 questões que buscou abordar temas como o perfil do estudante evadido, a trajetória escolar, as causas da evasão e a integração com os colegas de turma e com os professores do curso. Destaca-se que o roteiro foi realizado após um cuidadoso estudo e observação de modelos disponíveis e que já foram utilizados em outros trabalhos de pesquisa sobre a temática evasão no ensino superior, buscando atender aos objetivos da pesquisa e as questões a serem investigadas (Apêndice A).

Para viabilizar a realização das entrevistas, de posse dos contatos telefônicos dos alunos evadidos, entramos em contato com os 11 estudantes evadidos para informá-los sobre os propósitos do estudo e convidá-los a participar. No entanto, esse foi um momento complicado, pois muitos dos estudantes sentiram-se receosos em participar, principalmente ao informar que a entrevista seria gravada. Diante do receio do primeiro contato, foi feito um

novo contato para uma nova conversa, que resultou na confirmação de participação de apenas oito estudantes, realizadas no período de julho a setembro de 2019, com agendamento do local, dia e horário de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

Ressalta-se a realização de um pré-teste com um estudante evadido para avaliação da efetividade do roteiro da entrevista, das dificuldades apresentadas pelo estudante ao responder as perguntas, e da possível necessidade de adequações no roteiro. Ao início de cada entrevista, os estudantes eram instruídos quanto aos objetivos do estudo, e as dúvidas eram totalmente esclarecidas, seguida pelo preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus Marília, obtendo aprovação através do Parecer nº. 3.123.232, de 28 de janeiro de 2019 (Anexo A). As entrevistas foram audiogravadas e transcritas na íntegra, entretanto para preservar os participantes, as transcrições completas não foram inseridas nos apêndices.

Após a transcrição das entrevistas, o primeiro passo foi a realização de uma atenciosa leitura completa para que fosse possível estabelecer aproximação com o conteúdo. Em seguida, considerando o tema de cada pergunta do roteiro, as informações foram organizadas em gráficos e quadros, que possibilitou o cruzamento dos dados entre as variáveis cor/etnia, estado civil, idade, filhos, renda familiar, trajetória escolar anterior à universidade, custeio de despesas, moradia, trabalho, transporte e período em que se deu a evasão do curso. Ressalta-se que as informações foram analisadas com o apoio do referencial teórico da área.

Este trabalho está estruturado em três seções e a introdução. A primeira seção, intitulada Juventude e Políticas Públicas para o Ensino Superior, apresenta a discussão acerca do conceito de juventude, as lutas por políticas públicas de juventude, as relações dos jovens com os estudos e trabalho, e os avanços necessários na pauta da juventude no Brasil. Nesta seção também é apresentado um retrospecto do contexto do ensino superior no Brasil e as políticas públicas de acesso ao ensino superior,. Para nortear as discussões, foram utilizados os autores: Aguiar (2010), Boneti (2012), Bucci (2002), Carrano (2003), Corrochano (2013), Frigotto (2004), Luz (2013), Melluci (2004), Monfredini (2016), Novaes (2009), Oliveira (2011), Rua (2009), Saviani (2007) e Sobrinho (2010).

A segunda seção focaliza na evasão no ensino superior, abordando a ocorrência do fenômeno nas universidades. Os estudos de Vincent Tinto; John Bean; John Bean e Metzner; Cabrera, Castañeda; são discutidos na seção para compreender as possíveis causas da evasão, visto que estes autores são referências no enfrentamento da evasão no ensino superior. Para

conduzir a discussão acerca da temática, foram utilizados os autores: Adachi (2009), Cislighi (2008), Feitosa (2016), Gaios (2006), Lago (2018), Lima; Zago (2018), Martins (2007), Ney (2010), Ristoff (1995), Tibola (2010), Vasconcelos (2010), Veloso (2000) e Zago (2006). Adiante, a seção evidencia a UEMG-unidade Passos, elucida as formas de ingresso, o processo seletivo, o programa de seleção socioeconômica, as políticas públicas de permanência estudantil no ensino superior, refletindo-se o papel do estado, a importância do assistencialismo no contexto social. Além disso, destaca-se a questão das políticas públicas de Assistência Estudantil e estratégias de permanência no ensino superior, com destaque para a política de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Na terceira e última seção, são expostos os percursos metodológicos adotados para a concretização do estudo, e na sequência a apresentação e discussão dos resultados da pesquisa realizada com alunos evadidos do curso de Administração da UEMG - Passos. Adiante, apresenta-se a proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração da UEMG – Passos, construídas a partir dos resultados encontrados na pesquisa para uma aplicação na unidade, e por fim, empreende-se uma reflexão acerca dos principais motivos que contribuíram para a evasão de estudantes no curso de graduação. Também se apresentam os limites do estudo, bem como incentiva a necessidade de novas investigações.

1 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

Em uma busca no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, utilizando o termo “juventude”, obtivemos 6.243 resultados. Desse total, apenas 588 produções foram realizadas no ano de 2018. Da mesma maneira, realizamos uma busca no banco de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, primeiramente pela busca geral, com o assunto “juventude”, gerando 1.562 resultados. Posteriormente, optamos por uma busca avançada, definindo o assunto “juventude” e produções defendidas em “2018”, obtendo um resultado bem reduzido, de apenas 101 produções que envolvem juventude e que foram defendidas recentemente. Para nossa pesquisa, as produções encontradas no banco de dados da CAPES e na BDTD ajudam a explicar a transição dos jovens para a vida adulta, ao mesmo tempo que fornece informações atualizadas e importantes sobre os jovens que ingressaram no ensino superior.

Com a possibilidade de ter acesso aos estudos disponíveis no banco de dados da CAPES e da BDTD, foi possível identificar que, em sua maioria, apresentam vínculos entre o jovem com a escola, família, identidade, sociedade e trabalho. Vale ressaltar que, ao fazermos uma nova pesquisa específica com os assuntos “juventude” e “ensino superior”, obtivemos apenas duas produções defendidas em 2018, e ambas tratam da questão da permanência do aluno na universidade e das políticas públicas de permanência estudantil.

A primeira produção é uma dissertação defendida em maio de 2018, realizada por Ana Lúcia da Silva Pinto Lino, intitulada “Juventudes: interfaces entre educação e trabalho no programa Auxílio Permanência da Universidade Federal do Tocantins”, do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. A produção baseada na abordagem qualitativo-quantitativa, relacionada ao Programa de Auxílio Permanência da Universidade Federal do Tocantins (UFT), realizada no *campus* universitário de Palmas. A referida pesquisa possui como objeto central de estudo, as expectativas dos jovens que são beneficiários do programa de auxílio permanência, no que concerne à educação e trabalho. Os resultados apontaram que os jovens cadastrados no programa se encontram cada vez mais dependentes do auxílio, e para a pesquisadora, essa dependência se justifica em razão do percentual de jovens estudantes em condição de vulnerabilidade social, quando associada a desigualdade especificamente de recursos para os estudos e que, quando não são agraciados com o auxílio, a tendência é o aumento do número de estudantes a se evadirem da universidade.

Por sua vez, a segunda produção localizada foi uma dissertação de mestrado defendida também em 2018, por Tamires Aparecida do Amaral, intitulada “Políticas Públicas de Permanência Estudantil: A democratização do Acesso ao Ensino Superior”, do programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – *campus* de Franca) que buscou analisar as políticas de permanência estudantil no ensino superior, especificamente as políticas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG e do Instituto Federal do Sul de Minas, IFSUL de Minas, por meio de uma investigação da legislação e dos dados de sua aplicação. De acordo com a pesquisadora, a eficácia dessas políticas foi analisada tendo como sujeito da análise o jovem de baixa renda, especialmente o da escola pública, averiguando se elas eram de conhecimento do jovem, e se ele as tinha como aspecto motivador para o prosseguimento dos seus estudos no ensino superior, e como resultados da pesquisa, foi possível perceber com mais uma contribuição para a ampliação de jovens estudantes de classes populares na UNESP, em razão do aumento da divulgação da divulgação das políticas de permanência estudantil, por meio de “Guias de Permanência Estudantil na Universidade Pública”.

Conceituar juventude é buscar compreender a qual jovem estamos nos referindo, em que momento da vida ele se encontra e quais são as condições existentes para que seja considerado jovem. Muitos estudos existentes sobre a juventude apontam para diversas formas de considerá-la, uma vez que cada sociedade apresenta realidades, contextos históricos e culturais distintos, acompanhados por períodos etários que determinam os direitos e deveres para essa fase da vida, e que contribuem para a compreensão da trajetória de vida dos jovens.

Essas condições podem ser econômicas, políticas e sociais. Carrano (2003) e Novaes (2003) destacam a concepção de juventude, que é visto como resultado de um dado momento sócio-histórico, e que a sociedade estabelece critérios para auxiliar nessa conceituação. Carrano constata essa afirmação quando elucida que

A noção de juventude é resultado da experiência social de determinado tempo histórico; entretanto, a maneira mais simples de uma sociedade definir o que é jovem é estabelecer critérios para o situar numa determinada faixa etária, na qual se circunscreve o grupo social da juventude (CARRANO, 2003, p. 109).

Desse modo, não existe uma juventude, mas as diversas juventudes não são “estados de espírito” e sim uma realidade palpável que apresenta diferenças de sexo, gênero, idade, cor

da pele, condições sociais e culturais, uma etapa da vida, assim como as outras que é transitória, cuja duração consistem, fundamentalmente, de circunstâncias materiais e sociais, de seus momentos, de suas linguagens e da forma de expressão.

No Brasil, a luta por políticas públicas de juventude é um esforço de décadas de reivindicações, discussões e acalorados debates. Por volta dos anos 1980, o processo de redemocratização do país e a mobilização, em volta da temática dos direitos da criança e do adolescente, resultaram com a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988, que teve como desdobramento a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a promulgação da Lei nº 8069, em 13 de julho de 1990.

Diferentemente de países que intensificaram a consolidação das políticas de juventude nas suas agendas a partir das discussões pautadas em planos internacionais liderados pela Organização das Nações Unidas – ONU a partir da década de 1960; no Brasil tardiamente, na década de 1990 é que vai se iniciar o debate mais intenso sobre a juventude, dando os passos iniciais e sinalizações da institucionalização das políticas de juventude e uma movimentação de organizações de juventude para levar o tema ao centro das políticas públicas, expressando o protagonismo juvenil, nos temas gerais da Nação. Anterior a esse período, existia por parte do Estado uma dívida histórica com essa categoria social, as poucas intervenções do Estado centravam-se em medidas paliativas e pontuais para resolver algum problema, os jovens não eram considerados como sujeitos de direitos, mas um problema social. Para Novaes (2009, p. 18), não existe um consenso em relação à definição teórica da expressão *jovens como sujeitos de direito*. “No entanto, cunhada na última década, esta expressão – imprecisa, como todo recurso retórico – evidencia com nitidez uma área de interseção na qual se conjugam direitos de cidadania e direitos humanos”.

Em meados da década de 1990, a ONU elaborou e aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude, proporcionando aos países-membros a possibilidade de pensarem estratégias para o presente e para o futuro dos jovens. Esse Programa contribuiu e colaborou para que no Brasil fosse pensada e posteriormente aprovada a Política Nacional de Juventude. Mas, importante destacar que, na década de 1990, devido às políticas neoliberais, muitas transformações significativas ocorrem no Brasil, e a preocupação com a juventude torna-se uma questão social e política, não apenas pelo número de jovens, mas também por essa categoria social representar um segmento estratégico para o desenvolvimento econômico.

A juventude no Brasil no final do século XX se encontrava sem espaço no âmbito das políticas públicas de proteção social, principalmente no tocante a formação escolar,

transferência de renda e trabalho, o que tornava os jovens esquecidos na visão da sociedade e que ao mesmo tempo não possuía nenhum direito.

Novaes (2009) classifica as Políticas Públicas de Juventude – PPJ em três categorias: a primeira categoria, são as universais: aquelas políticas setoriais que são direcionadas a toda a população, podendo os jovens também serem contemplados com as mesmas, como exemplo as políticas educacionais, de trabalho e emprego, de assistência social, de cultura e de combate à violência. A segunda categoria é representada pelas políticas atrativas: aquelas que não são direcionadas apenas para os jovens, no entanto, incidem sobre eles, uma vez que podem ser contemplados pela afinidade da própria natureza da política, como por exemplo, as políticas de segurança e combate à violência. Vale destacar que as políticas atrativas apresentam como particularidades um caráter emergencial ou até mesmo experimental, podendo apresentar uma combinação das duas. E por fim, na terceira categoria temos as políticas exclusivas: aquelas políticas destinadas especificamente para uma faixa etária específica, por exemplo, o caso da política pública atual para os jovens brasileiros, que compreende a faixa etária entre 15 e 29 anos. Sendo assim, afirma-se que tal política pode ser dirigida para uma diversidade de áreas, como para a educação, cultura, saúde, trabalho e segurança, que se constitui em programas e ações emergenciais para jovens excluídos ou em situações de exclusão desfavorável (Novaes, 2009, p.19).

Sposito e Carrano (2003), ao analisarem as políticas de juventude no período de 1995 a 2002, apresentam um quadro analítico sobre as políticas públicas nesse período, enunciam programas e projetos, objetivos, metodologias e as tendências. Os autores tecem críticas apontando um conjunto de fragilidades, o primeiro está relacionado à dificuldade de acesso às informações sobre os programas e projetos, sendo apresentados como um primeiro diagnóstico a ausência de registro sobre a avaliação e o acompanhamento das políticas realizadas. O segundo enfoque aponta que, no período de 1995 a 2002, houve a existência de 30 programas e/ou projetos governamentais que englobavam a faixa etária de 15 a 25 anos, e mais três ações sociais de caráter não governamental que tiveram amplitude nacional; ou seja, o Programa de Capacitação Solidária, o Projeto Rede Jovem e o Programa Alfabetização Solidária que surgiram a partir do Programa Comunidade Solidária. Os autores salientam que as ações relacionadas às políticas para juventude no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso focaram o combate à pobreza em prejuízo das políticas para juventude de natureza universal, uma vez que, buscaram atender a jovens considerados carentes ou em

situação de risco social, moradores de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A década de 2000 representou importante fase no que tange às políticas públicas para a juventude no Brasil. No ano de 2002, com as eleições presidenciais e a vitória do então candidato à presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, ampliou-se a diversidade de organizações e movimentos em torno da juventude, em todas as regiões do país. Convocadas pela Organização Brasileira de Juventude – OBJ, pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB RJ e pela UNESCO, as organizações e movimentos debateram, com base nas experiências das organizações, e análise dos consensos internacionais, aprovaram uma carta comum chamada de “Agenda Jovem 2002”.

No mesmo ano, foi promovido pela ONG Ação Educativa com a Fundação Friedrich Ebert, o Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, conseguindo reunir uma ampla participação de gestores, pesquisadores, grupos juvenis e ONGs para assim delimitarem e debaterem questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude. Os debates resultaram em um espaço mais amplo na agenda das políticas públicas no início do primeiro mandato do presidente Lula em 2003, com destaque para a criação da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude – CEJUVENT que desenvolveu um processo inédito e experimental de Audiências Públicas de Conferências Estaduais de Juventude, e com o apoio da Câmara dos Deputados, realizou a Conferência Nacional de Juventude. O evento representou, de certa forma, uma grande oportunidade de encontro para os movimentos e as organizações de juventude, para uma discussão mais concreta sobre a construção das políticas públicas de juventude no Brasil, que culminou no comprometimento e participação do Parlamento brasileiro com o debate. Os esforços e lutas representados, a partir de 2003, traduzem o desejo da efetivação de uma política pública acolhedora e que legitima o direito dos jovens no Brasil.

Para Novaes (2007), o ano de 2004 se apresenta como um marco inicial para o fortalecimento da política de juventude, nesse ano houve “uma forte convergência de iniciativas, pesquisas e mobilizações que, partindo da sociedade civil, encontrou no governo federal o ambiente favorável à articulação e formalização de uma política pública voltada para os jovens” (NOVAES, 2007, p. 12).

Corroborando os avanços nas políticas públicas de juventude no Brasil, no ano de 2004 foi realizado o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude em Fortaleza/CE, por meio da convocação e articulação da Feira de Rumos e Atitudes

(FUTURE). O referido Fórum se instituiu para articular as políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras, no plano nacional.

No ano de 2004, o governo Lula deu mais um passo importantíssimo, ao instalar o Grupo Interministerial de Juventude que tinha como principal finalidade a de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude. Formado por 19 ministérios e secretarias especiais, o grupo tinha como objetivos a realização de um mapeamento dos dados sobre as condições em que vivem os jovens brasileiros, identificar os programas federais voltados para eles naquela época, analisar os desafios para construção de uma política nacional de juventude e propor recomendações para a elaboração desta política.

Em 2005, houve o desenvolvimento, por parte do Governo Federal, de uma Política Nacional de Juventude que resultou na criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. A Secretaria Nacional de Juventude ficou responsável em alavancar a incorporação de ações voltadas ao público juvenil, se tornando a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, com o objetivo de criar mais programas e ações para a juventude. O Conselho Nacional de Juventude - CNJ foi criado no intuito de estabelecer diretrizes sobre a política nacional de juventude, baseadas em um diálogo entre a sociedade civil e o os membros do governo.

De acordo com as informações contidas no relatório de atividades do ProJovem (2006), as ações do Governo Federal em implantar concomitantemente o Programa, a Secretaria e o Conselho simbolizaram um novo nível de política pública que apresenta como principal objetivo “criar as condições necessárias ao rompimento do ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar na sociedade especialmente em seu segmento juvenil, a esperança em relação ao futuro do País” (BRASIL, 2007, p. 15). Mesmo considerando essa iniciativa um avanço em relação às políticas de juventude dos períodos anteriores, essa afirmação parece-nos um tanto infundada e ousada, uma vez que para romper com a reprodução da desigualdade entre os jovens é necessário ir além de ações e/ou políticas focalizadas, como aponta o autor abaixo.

Sem atacar as mudanças estruturais resta a adoção de políticas focalizadas de inserção social atacando-se pelos efeitos (Castell,1997). Tais medidas, contraditoriamente, são emergencialmente necessárias, mas insuficientes. O risco é reeditar um traço de nossa cultura política, o de transformar a exceção em regra e numa permanente descontinuidade. (FRIGOTTO, 2004, p.208).

Ao mesmo tempo que percebemos que as políticas públicas de juventude começam a ganhar forma, tramitava desde 2003, o Projeto de Lei nº 4529/04 que institui o Estatuto da

Juventude, com princípios e diretrizes para o Poder Público criar e organizar políticas para os jovens, com idade considerada pelo texto do projeto, como a faixa de 15 a 29 anos. Apresentado para a Comissão Especial da Câmara dos Deputados no dia 25/11/2004, o respectivo Projeto de Lei sofreu uma série de alterações no texto até sua aprovação final no plenário da Câmara no dia 09/07/2013.

Com a aprovação, o Projeto de Lei nº 4529/04 foi transformado na Lei Ordinária nº 12.852, publicada no dia 05/08/2013, na qual institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Em termos gerais, o Estatuto da Juventude representa uma conquista, uma resposta às manifestações populares que clamavam pela regulamentação dos direitos dos jovens no Brasil.

Na seção II do Estatuto da Juventude, especificamente Art. 8º, afirma o direito à educação superior, ao referir que os jovens possuem direito à educação superior, seja em universidades privadas e/ou públicas, de acordo com os vários graus de abrangência de saber e conhecimento, conforme regras de acesso de cada universidade.

Nesse sentido, destacando o direito à educação superior, apresentamos no item 1.1, a perspectiva do jovem em relação ao ensino superior, frente à uma sociedade que supervaloriza o trabalho e que não se adaptou totalmente às várias identidades culturais dos jovens.

1.1 Jovens e o ensino superior

A juventude possui uma forte influência para o entendimento das sociedades, seja pela cultura, pelo lazer, pelo consumo, entre outros. Para Carrano (2011), as sociedades contemporâneas apresentam muitas características, e que uma delas está diretamente conectada com as mudanças e com a velocidade que elas acontecem, como por exemplo as mudanças nas esferas da produção e reprodução da vida social. O autor destaca ainda que os jovens são considerados atores-chave destes processos, e que de certa forma conseguem criar uma interação com eles, ao mesmo tempo que ao exercer o protagonismo, esses jovens podem ser beneficiários das mudanças, como também podem sofrer certos prejuízos com os chamados processos de “modernização”, que produzem contradições e que contribuem para as desigualdades sociais.

Percebe-se que a percepção de Carrano (2011) corrobora com as de Melucci (2004), ao dizer que ser jovem não é tanto um destino, mas uma opção de se modificar e administrar a

existência. Com esse entendimento, compara os jovens como a ponta de um iceberg, uma vez que se for compreendida, descreve as fontes de força que alicerçarão

É nesta perspectiva que os jovens são considerados pelo autor como a ponta de um iceberg que, se compreendida, pode explicar as linhas de força que fundamentará as sociedades no amanhã.

Hoje, os jovens possuem uma maior autonomia no chamado “mundo adulto”, uma vez que constroem suas próprias identidades culturais. Acreditamos que uma das muitas tarefas das instituições, hoje, seria a de colaborar para que os jovens consigam fazer escolhas conscientes quanto a suas trajetórias pessoais e que possam construir os seus próprios valores.

A juventude exhibe momentos de mudanças, no qual o indivíduo perpassa por vários confrontos e vivencia expressões sociais, evidenciando as desigualdades econômicas, sociais e culturais. Alguns jovens conseguem caminhar por todas as transições desde a infância até chegar na juventude, no entanto, outros passam da infância diretamente para a vida adulta, devido à exigência de se inserir no mercado de trabalho para ajudar nas despesas da família, ou até mesmo adentrando na marginalidade, o que coloca o jovem em grande exclusão cultural e social.

Quando pensamos nas possibilidades de conhecer os espaços e lugares em que os jovens de diferentes setores econômicos, sociais e culturais estão inseridos, devemos conhecer também os processos de caminhada desses jovens, pois sua trajetória de formação contribui de forma significativa para desvendarmos os diferentes perfis dos jovens que frequentam os espaços dos bares, escolas, lanchonetes, universidades, entre outros.

A universidade, por sua vez, possui um papel importante, com sua responsabilidade na contribuição da formação dos jovens, pois representa o início de uma nova etapa na vida dos jovens, a construção de uma nova identidade frente à sociedade, que é vista como uma transformação na vida dos sujeitos, com pensamentos ideológicos e políticos bem definidos, que reforçam o quão importante é o trabalho da universidade na formação educacional e social.

Corrochano (2013, p.25), em seu artigo sobre jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior, destaca “um renovado olhar para as jovens gerações universitárias pode contribuir para a compreensão de mudanças recentes da sociedade brasileira e para a reflexão sobre o lugar da universidade neste processo”. Ao considerarmos o estudo da autora, o olhar para as gerações universitárias, é como um paralelo entre os jovens que já possuem

opinião e poder de argumentação e aqueles que ainda não se encontraram, que estão em busca por respostas e sentido na vida social. O fato é que a universidade vem desempenhando um papel importante na formação dos jovens, trazendo o jovem para a discussão de temas que representam as diferentes realidades sociais, seja em relação ao *bullying*, racismo, homofobia, preconceito classe social, entre outros.

Monfredini (2016) destaca que a formação na universidade pode contribuir para que se desenvolva e se amplie a condição humana. Processo que pressupõe o enriquecimento espiritual, cultural e material, pela apropriação da riqueza produzida socialmente. Ainda segundo a autora, a busca de rentabilidade tende a reduzir a significação social da universidade aos resultados financeiros, ao mesmo tempo em que a exigência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relativa autonomia na escolha de suas ações podem, contraditoriamente, gerar espaços mais amplos de formação. Percebemos assim que o papel da universidade vai muito mais além de preparar jovens para o mercado de trabalho, ao incluir em suas metodologias a árdua tarefa de prepará-los para uma sociedade capitalista e competitiva.

Entendemos que a universidade, ao fortalecer a pesquisa, o ensino e a extensão, representa importante papel na formação dos jovens, que por sua vez conseguem compreender e construir suas próprias definições de vida e espaço social. Ao realizar esse papel, a universidade realiza a integração de alunos, professores, e de toda a conjuntura política voltada à sua existência. Implica, ainda, em resgatar a autonomia e propiciar espaço para integrar os conhecimentos, os afetos e as diferentes perspectivas dos envolvidos. Monfredini (2016) destaca ainda que a tomada da perspectiva social mais ampla, implica o desafio de que os envolvidos se saibam sujeitos.

Por fim, percebemos o quão precisamos avançar na pauta da juventude no Brasil, no amplo direito à educação, na inserção dos jovens no mundo do trabalho, que diante da atual conjuntura política e social do país, acreditamos que as políticas públicas para a juventude corram risco de ficarem estagnadas, sem nenhum avanço nos próximos quatro anos de governo Bolsonaro, o que significa um retrocesso prejudicial para os jovens no Brasil.

1.2 Ensino Superior no Brasil: trajetória histórica e políticas públicas

A trajetória do ensino superior no Brasil perpassa por séculos, desde os tempos em que o país viveu tempos como colônia de Portugal. O ensino superior brasileiro constituiu um acontecimento tardio, quando comparado com os do contexto europeu e latino-americano. O

estudo realizado por Clarissa Eckert Baeta Neves e Carlos Benedito Martins, intitulado “Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente”, faz menção quanto à criação das primeiras universidades na América Latina nos séculos XVI e XVII, quando já existiam várias universidades na Europa. O estudo destaca que os portugueses eram oposição à criação das escolas superiores, assim como de universidades no Brasil colônia. Destaca também que as primeiras instituições de ensino superior (IES) no Brasil foram criadas basicamente no ano de 1808, após a transferência da corte portuguesa para a colônia, com o único objetivo de oferecer profissionais capazes de executar variadas funções operacionais na corte. (Neves; Martins, 2016).

O estudo realizado pelo Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação – UNESCO no ano de 2002, também evidencia que o ensino superior no Brasil começou a dar seus primeiros passos com a chegada da Família Real Portuguesa ao país em 1808, e a criação da escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador, no mesmo ano (IESALC; UNESCO, 2002).

Martins (2002) destaca que nesse período, além da escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), foram criadas também a de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio.

No cenário de Brasil Colônia, Portugal não aceitou e proibiu a criação de universidades para a colônia, uma vez que visava impedir que os estudos pudessem gerar conflitos por meio de movimentos de cunho revolucionários contra a coroa, principalmente a partir do século conhecido como “das luzes”, nome este ligado diretamente aos movimentos revolucionários do Iluminismo, que pregava por mudanças na sociedade, na economia e principalmente nas políticas voltadas para a criação de um novo movimento humano (Pinto; Matos, 2009).

O estudo do IESALC-UNESCO elucida como primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, pelo Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920. A universidade reunia, administrativamente, faculdades profissionais preexistentes, sendo mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades (IESALC; UNESCO, 2002). Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com informações disponibilizadas pelo site da Universidade Federal do Paraná, a mesma se coloca como a universidade mais antiga do

Brasil, com criação em 19 de dezembro de 1912, e sua federalização ocorrendo em 04 de dezembro de 1950, pela Lei nº 1.254 do Governo Federal.

A criação da Universidade de São Paulo merece destaque no contexto evolutivo do ensino superior no Brasil. O movimento para a criação da universidade, liderado por Fernando de Azevedo e incentivado pelo jornal O Estado de S. Paulo, recebeu o apoio do governo estadual. Por ser o estado mais rico do país, criou sua própria universidade pública estadual, livre do controle direto do governo federal, constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política, que gozara até a Revolução de 1930. Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, visualizou-se um novo cenário histórico da educação superior no país. Esse plano político reuniu faculdades tradicionais, assim como as independentes, o que possibilitou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contava com professores pesquisadores estrangeiros, vindos em sua maioria da Europa. Sendo assim, a Universidade de São Paulo representava o maior centro de pesquisa do Brasil. (IESALC; UNESCO, 2002).

Vale ressaltar que nesse período, uma grande parte da elite brasileira desejava difundir a educação superior no país, porém, o acesso ficaria exclusivo a essa classe, como meio de garantir sua soberania.

No entanto, o governo brasileiro buscou maneiras de limitar o ingresso de jovens no ensino superior, providenciou a regularização formulando leis através de decretos. Ainda conforme Cunha (2003), dentre as inúmeras iniciativas de contenção, pode-se destacar o Decreto nº 8659 de 05/04/1911, que cria, entre outras medidas, os exames de admissão; o Decreto nº 11530 de 18/03/1915, que cria o exame de vestibular; e o *clausus*¹, promulgado no dia 13 de janeiro de 1925, que buscava reduzir o ingresso de estudantes em certos cursos e conduzi-los para cursos menos explorados.

A partir dos anos 1960, aumentaram as pressões populares por mais vagas no ensino superior, uma vez que havia uma crise de excedentes, na qual vários candidatos conseguiam tirar a nota mínima, porém ficavam de fora devido à limitação das vagas (PILETTI, 1997).

Como resposta às pressões populares, 17 novas universidades públicas foram criadas de 1968 a 1971 (nove federais, seis estaduais e duas municipais) e dez (10) universidades privadas entre 1968 e 1975 (SILVA, 2001).

No período da Ditadura Militar (1964-1985), ocorreram várias reformas em todos os níveis de ensino, com o objetivo de frear as conquistas populares alcançadas no período

¹ O termo *Clausus* refere-se ao limite máximo estabelecido de indivíduos ou entidades que podem ser admitidos num organismo ou instituição.

anterior. No nível superior, a reforma universitária, que não atendeu aos anseios dos estudantes e professores de acabar com a universidade elitista, foi promovida através da Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968 e teve como principais iniciativas: Instituir o vestibular classificatório, eliminando a nota mínima; Tentar enquadrar as universidades dentro de um modelo empresarial, a partir da organização em departamentos e semestres; Organizar as universidades em unidades, deixando de serem centradas em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dificultando a integração entre os estudantes e tornando as matérias de filosofia optativas para a maior parte dos estudantes; Desviar os alunos das escolas superiores, através de um diploma técnico (PILETTI, 1997).

Nos anos de 1970, observamos um significativo aumento na quantidade de universidades estaduais, como também de IES privadas sem fins lucrativos; estas, voltadas quase exclusivamente para atividades de ensino e com pouca atuação em atividades de pesquisa e pós-graduação (MENEZES, 2000). O ensino superior privado ganha força, motivado pelo forte interesse de estudantes não aprovados nas universidades públicas, e que indagavam os governos da época pela falta de oportunidades para estudar (RODRIGUES, 2011).

Já na década de 1980, com o fim do regime militar, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 assegurou, em relação ao ensino, amplos direitos, uma vez que garantiu princípios como: igualdade de acesso e permanência, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (CASTRO, 2019).

No período de 1980 a 1995, devido ao período de estagnação econômica no país, vivenciou-se baixo crescimento nas matrículas nas IESs. A partir de 1997, o crescimento começou a ser retomado, com a adoção de políticas públicas educacionais que geraram uma segunda onda de expansão, com crescimento do segmento privado das IESs, em razão das ideias neoliberais presentes, na década de 1990, que influenciaram o período com uma política privatizante em diversos setores, inclusive o educacional (CASTRO, 2019).

O Censo da Educação Superior divulgou o número de IESs (pública e privada) existentes no país, no período de 1980 a 1998. Em 1980, havia um total de 882 IESs e, em 1998, 973 IESs, o que significa uma expansão do setor público e privado, na ordem de 10,32%, aproximadamente (BRASIL, 1999).

Já na primeira década dos anos 2000, foram observadas a intensificação da expansão da oferta da educação superior e a “implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis

e Decretos viabilizando o aumento do número de matrículas no ensino superior nas IES públicas e manteve-se o crescimento de IES privadas”. Nos anos seguintes, dados do Ministério da Educação evidenciaram “a lógica de expansão do ensino superior com investimento do capital privado”, com maior ênfase na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, seguida pelas áreas de Educação e Engenharia de Produção e Construção e pela área de Saúde e Bem-Estar Social (AGAPITO, 2016, p.131).

O crescente número de alunos matriculados no ensino superior está diretamente relacionado às políticas de ação afirmativa, destinadas a públicos específicos, como forma de atuar a favor de coletividades discriminadas. No entanto, essas ações foram modificadas significativamente após a aprovação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, que resultou na criação de uma política de reserva de vagas para alunos de escola pública, pretos e pardos e indígenas, no sistema de educação superior e ensino médio federal. Observamos que os estudantes egressos de escola pública são os maiores favorecidos de tais políticas, seguidos pelos negros, pardos e indígenas (DAFLON; FERES; CAMPOS, 2013).

Com a expansão das IESs no Brasil, a partir do início dos anos 2000, verificamos um impulsionamento por parte do Governo Federal, ao permitir a implantação de programas de acesso ao ensino superior, sendo alguns deles: o Programa Universidade para Todos - PROUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, o Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI e o Sistema de Seleção Unificada - SISU.

Os programas de acesso ao ensino superior, tais como citados no texto, fazem parte das políticas públicas que apresentam como ponto crucial o ingresso dos brasileiros nas IESs. O próximo item apresenta o conceito das políticas públicas educacionais e descreve os programas do governo federal para o ingresso no ensino superior.

1.3 Políticas Públicas de acesso ao ensino superior

As políticas públicas objetivam, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar tal ação e propor mudanças, durante esse processo. Na fase de formulação das políticas públicas, os governantes traduzem seus propósitos em programas e ações com vistas a produzir os resultados ou mudanças, posteriormente vem a fase de implementação, ficando as políticas submetidas ao acompanhamento e à avaliação (SOUZA, 2006).

Para Lynn, 1980, as políticas públicas são como um conjunto de ações governamentais que poderão produzir efeitos peculiares. Já Peters (1986) descreve as políticas públicas como

somatório das ações governamentais realizadas por agentes políticos que atuam de forma direta, influenciando a vida dos cidadãos.

Segundo Boneti (2012), a política pública é resultante do jogo de forças e relações de poder entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil que determinam atribuições ao Estado para o direcionamento e/ou redirecionamento de um conjunto de ações de intervenção pública, em um contexto social da coletividade.

No entanto, para Bucci (2002, p. 269), o adjetivo “pública”, justaposto ao substantivo “política”, sinaliza tanto os destinatários como também os autores da política. Segundo a autora, uma política será pública quando consegue contemplar interesses públicos efetivamente, voltados à coletividade. Embora que isso não seja uma mera fórmula justificadora, mas sim por ser sua realização desejada pela sociedade. Encerra, como forma de alerta que uma política pública deve ser expressão de um processo público, para que possa promover a possibilidade de participação de todos os interessados, de forma direta e indireta, permitindo manifestação de maneira clara e transparente dos respectivos interesses.

As Políticas Públicas são formas de ligação do Estado com as Leis. Nessa perspectiva, Oliveira considera que as políticas de governo são:

Aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

Bucci (2019), destaca que a necessidade do estudo das políticas públicas está diretamente associada com a busca da concretização dos direitos humanos, principalmente os direitos sociais. Feitas essas observações, quanto ao conceito de políticas públicas é possível defini-las como sendo: “programas de ação governamental voltados à concretização de direitos”.

De acordo com Rua (2009), o Estado, em atendimento às necessidades da sociedade, planeja e executa políticas públicas para garantir aos indivíduos o acesso aos seus direitos fundamentais, como, por exemplo, direito à educação.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional podem ser consideradas marcos normativos da política pública educacional no Brasil. A educação passou a ser um direito constitucional de todos e dever do Estado e da Família. Além do mais, o artigo 14 da CF/1988 remeteu à lei complementar e à formulação do Plano

Nacional de Educação (PNE) que determinam as diretrizes e metas estratégicas para a política educacional para um período de dez anos (alteração realizada pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo governo Lula (2003-2010) para a educação superior, estabeleceu como principal ação a expansão e democratização, estipulando como diretrizes a expansão da oferta de vagas, a garantia de qualidade, a promoção de inclusão social pela educação, o acesso ao ensino de qualidade nas regiões mais remotas do país e por fim fazer da educação superior um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social.

No momento da criação do PDE, discutiu-se como esse plano pretendia substituir o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, e em vigor à época, embora isso fosse possível apenas mediante nova lei. Porém, as ações do PDE não foram integradas ao PNE e pareceram até mesmo ignorar seus objetivos e suas metas (SAVIANI, 2007).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para o período de 2014-2024, estabeleceu, dentre suas metas, que a taxa bruta de matrícula na educação superior se eleve para 50%, e que a taxa líquida seja também elevada para 33% da população de 18 a 24 anos, garantida a qualidade da oferta e expansão para no mínimo 40% das novas matrículas no segmento público. (BRASIL, 2014).

Aguiar (2010, p. 709) afirma em seus estudos sobre avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE), que qualificar uma política educacional significa:

[...] adentrar no debate da política educacional e de seus determinantes, tendo presente o contexto do desenvolvimento do país e sabendo que o alcance dos seus objetivos e metas decorre dos resultados das lutas concretas entre grupos sociais com interesses distintos e diversos que disputam a hegemonia nesse processo. (AGUIAR, 2010, p.709).

Nas últimas décadas, o governo federal implementou políticas e programas com o objetivo de incentivar e ampliar o acesso à educação superior. Programas de acesso ao ensino superior representam a luta pela democratização da educação, uma vez que ampliam a oportunidade de ingresso em uma IES.

São destaques de políticas públicas para o ensino superior, os programas:

- Fundo de Financiamento Estudantil -**FIES**

Programa criado em 1999, pela MP nº 1827 e institucionalizado pela Lei nº 10260, de 12 de julho de 2001. Ele é destinado a estudantes regularmente matriculados, em cursos superiores de graduação, e prioriza as instituições participantes do ProUni nas distribuições de seus recursos, possibilitando a concessão dos financiamentos prioritariamente aos bolsistas parciais desse programa. Entre os estudantes com acesso ao FIES, a maioria é mulher, com idade entre 18 e 24 anos e renda familiar de até um salário-mínimo por pessoa (BRASIL, 2018). De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre 2010 e 2017, o programa financiou 2.567.801 estudantes. Desse total, 1,5 milhão (59%) de contratos foram firmados por mulheres. Em relação à renda, são 1,2 milhão (47%) de estudantes que ganhavam no máximo um salário-mínimo. Por idade, o levantamento revela que 1,4 milhão (56%) de pessoas entre 18 e 24 anos foram beneficiadas (BRASIL, 2018).

- Programa Universidade para Todos - **ProUni**

Criado pelo Governo Federal através da Medida Provisória de nº 213, em 10 de setembro de 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, o ProUni possuía o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais, permitindo o acesso e ingresso de estudantes em cursos de graduação, assim como em cursos sequenciais de formação específica, nas instituições privadas de educação superior, que ao aderirem ao programa, recebem isenção de impostos.

Do momento da adesão ao programa até a concessão da bolsa de estudos, delineia-se o seguinte processo, conforme descreve Mari (2011): os candidatos precisam realizar o ENEM, pois são classificados pela nota alcançada, sendo necessário atingir o resultado mínimo de 450 pontos, conforme estabelecido pelo MEC; as inscrições são realizadas via internet, pelo sistema on-line Sisprouni, no qual o aluno pesquisa as instituições e os cursos participantes e indica para quais deles deseja concorrer, além de declarar que apresenta as condições exigidas para disputar a bolsa; encerrado o prazo de inscrições, os discentes são classificados de acordo com as suas opções e as pontuações alcançadas no Enem; posteriormente a essa classificação, o estudante pré-selecionado deve entregar à instituição de ensino uma série de documentos que comprovem os dados socioeconômicos informados por ele na ficha de inscrição.

Portanto, o ProUni representa uma oportunidade para muitos jovens de ingressar com bolsa em uma universidade privada. As instituições de ensino superior que aderirem ao programa são obrigadas a concederem bolsas de estudo, dedicando atenção aos aspectos referentes à renda da família e à renda *per capita*.

- Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – **REUNI**

Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Retrata-se como umas das importantes ações do PDE no ano de 2007, ao planejar reunir esforços para o fortalecimento de uma política pública de expansão da educação superior, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), ao definir o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. O REUNI possuía como meta global, erguer a taxa média de conclusão dos cursos de graduação, assim como da relação de estudantes em nível de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos², conforme o início de cada plano (BRASIL, 2007).

O programa cria condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica, assim como aumentem a oferta de vagas nos cursos noturnos, e por fim combatam a evasão.

- Universidade Aberta do Brasil – **UAB**

Programa articulador entre governo federal e entes federativos. Criado no ano de 2005, pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 e gerenciado pela CAPES³, possui como finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, por meio da educação com cursos de educação à distância. Vale destacar a existência de polos para apoio e desenvolvimento das atividades pedagógicas nos presenciais, uma vez que os estudantes conseguem contato com tutores e professores, assim como possuem acesso à biblioteca e aos laboratórios.

A UAB primazia no oferecimento de formação inicial para professores que estejam em pleno exercício da docência, além de ofertar formação continuada àqueles já graduados. Destaca-se no programa, a oferta de cursos destinados a dirigentes, gestores e outros

² A relação de dezoito estudantes de graduação presencial por professor apresentada neste capítulo, leva em consideração as determinações contidas na LDB (Lei nº 9.394/1996), referindo-se no art. 57, à carga horária dos professores, e prevendo-se que as salas de aulas sejam formadas por 45 estudantes de graduação, com carga horária discente estimulada em vinte horas semanais.

³ A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi fundada em 11 de julho de 1951, no governo do então presidente Getúlio Vargas, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de exercer um importante papel na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no país. (FUNDAÇÃO CAPES).

profissionais da educação básica da rede pública. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação. Como objetivo do programa, destaca-se a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais com foco voltado para a inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino público e privado de educação básica no Brasil (BRASIL, 2006).

- Política de Acesso ao Ensino Superior por Cotas – **COTAS**

A política de acesso ao ensino superior por cotas foi planejada e criada para desempenhar uma das principais ferramentas de ampliação das oportunidades sociais e educacionais no Brasil. Sancionada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, é destinada para estudantes que cursaram o ensino médio, integralmente, em escolas da rede pública, e oriundos de família de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

A política de Cotas é apontada como uma resposta à dívida histórica do Brasil com afrodescendentes, derivada do tempo da escravidão, a lei determinou que as instituições implementassem as cotas gradualmente, com reserva de, no mínimo, 50% das vagas disponíveis nas universidades e institutos federais, em cada processo seletivo, curso e turno, em até quatro anos. Ainda de acordo com a lei, o sistema deve ficar vigente até o ano de 2022. O candidato ao sinalizar a opção pelas cotas no ato da inscrição, deve estar ciente do critério da raça, uma vez que será autodeclaratório, como acontece no Censo Demográfico do país. Vale ressaltar que o estudante deverá comprovar a renda familiar *per capita* por meio de documentos, conforme as regras estabelecidas pela instituição em que se inscreveu, seguindo a recomendação de exigência mínima feita pelo MEC (BRASIL, 2018).

- Sistema de Seleção Unificada – **SISU**

O Sistema de Seleção Unificada (SiSU), foi instituído por meio da Portaria Normativa nº 02, de 26 de janeiro de 2010, apresentado como sendo um sistema informatizado, disponível na internet para promover seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação, conforme disponibilização pelas instituições públicas de educação superior que estiverem cadastradas e ativas no sistema.

Corroborando, Luz (2013, p.102) elucida que:

Tal sistema foi pensado com a intencionalidade de proporcionar a concorrência de vagas em qualquer IES que aderisse ao Sistema de Seleção, possibilitando ao estudante realizar a prova no seu próprio estado e cidade, sem a necessidade exigida pelo vestibular tradicional, no qual era necessário deslocamento até a cidade para realizar a prova, ou seja, cria oportunidades de concorrer a vagas, agora em nível nacional, o que de fato é a questão chave do SiSU, 'a seleção nacional'. (LUZ, 2013, p.102).

Esse sistema visa prioritariamente a redução dos gastos com a realização de exames de seleção descentralizados, e consequentemente uma diminuição das ineficiências observadas na ocupação das vagas ociosas⁴, além de promover a democratização do acesso à educação superior e resultar na ampliação da deslocação de estudantes no território nacional.

As instituições de ensino superior que optam por participar pelo sistema, devem formalizar o interesse por meio de Termo de Adesão, contendo os dados da instituição e que posteriormente serão utilizados para fins do processo seletivo do SISU.

Conforme o art. 5º, as instituições participantes devem descrever no termo de adesão, as condições de concorrência às vagas por elas ofertadas, informações referentes aos cursos, turnos, número de vagas por semestre, assim como o número de vagas reservadas para a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). O parágrafo único do artigo destaca que não podem ser ofertadas pelo SISU, vagas em cursos que exijam teste de habilidade específica e na modalidade de educação a distância.

O processo de seleção acontece duas vezes ao ano, no início de cada semestre, sendo as inscrições gratuitas e feitas pela internet, por meio da página eletrônica do Sistema. As instituições participantes não poderão realizar cobrança de qualquer taxa relativa ao processo seletivo realizado no âmbito do SISU, conforme consta no art. 8º, inciso I. (BRASIL, 2012).

O candidato pode se inscrever para uma ou duas instituições participantes, selecionando a primeira e segunda opção. Esse modelo de seleção centralizado objetivou democratizar as oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior (BRASIL, 2012). O processo seletivo acontece na seguinte ordem sequencial: 1 - oferta de vagas pelas instituições; 2 - inscrição dos estudantes; 3 - classificação e seleção dos estudantes nas chamadas regulares – o número de chamadas e demais procedimentos são definidos pela SESU a cada processo seletivo do SISU; 4 - classificação e seleção dos

⁴ As vagas ociosas são aquelas não ocupadas nos cursos de graduação. A não ocupação pode estar relacionada a diversos motivos, como o número baixo de matriculados comparado ao número de vagas ofertadas pela instituição ou por motivo de evasão dos alunos, no decorrer dos cursos.

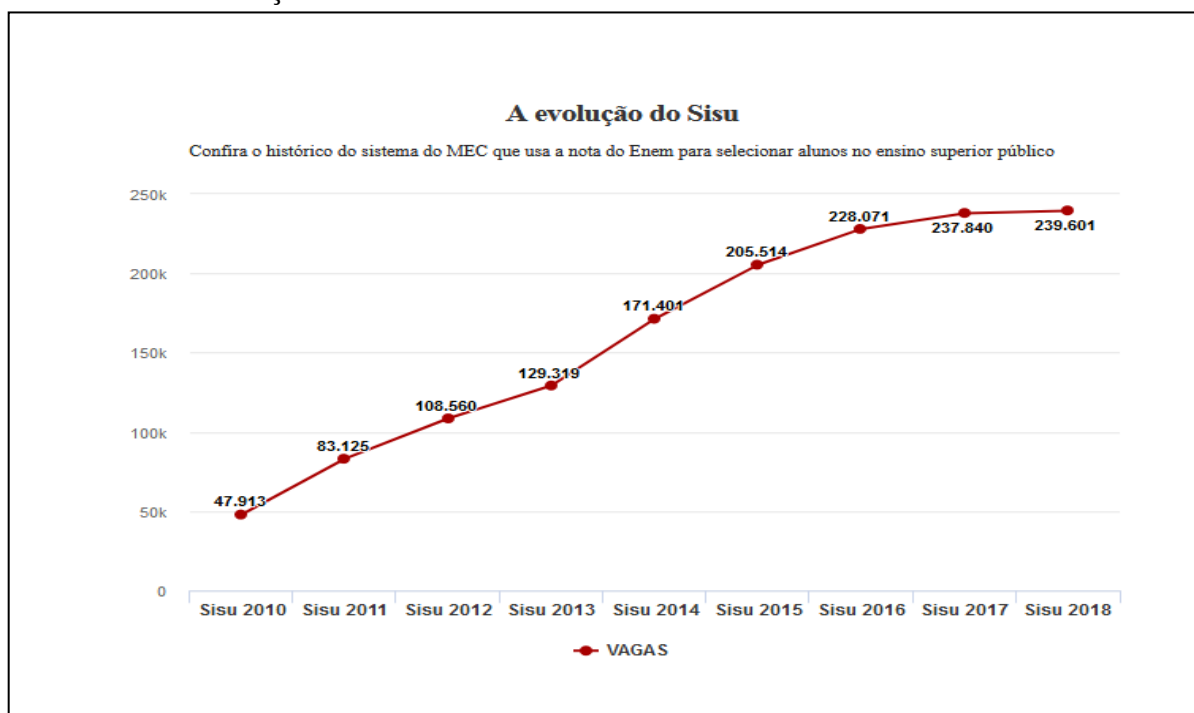
estudantes na lista de espera – composta pelos estudantes que confirmaram interesse durante o período estabelecido no edital; 5 - e lançamento, pelas instituições, das vagas ocupadas (BRASIL, 2012).

O art. 12 prevê que os procedimentos citados acima são efetuados por meio do SISU na internet, exceto a matrícula do estudante, realizada de acordo com os requisitos da instituição para a qual foi selecionado e a convocação dos estudantes em lista de espera, a qual é realizada pelas instituições de ensino. (Brasil, 2019).

Conforme descrito no art. 22, a seleção do estudante garante o direito à vaga para qual se inscreveu, entretanto é necessário ainda que o candidato efetive a matrícula, de acordo com os requisitos da instituição de ensino para a qual foi selecionado. Para Cunha (2014), o SISU além de trazer benefícios para o estudante, serve como indicador de qualidade para as escolas brasileiras.

Ressalta-se que as políticas públicas, assim como os programas voltados para a expansão do número de matrículas e inclusão dos jovens nas universidades são importantes, mas é necessário garantir mais do que isso, para enaltecer a democratização do ensino superior. Existe uma preocupação na garantia de condições de permanência e na qualidade do ensino. Sobrinho (2010) ressalta que os programas de ampliação de vagas e as ações afirmativas (através de cotas) são insuficientes e insustentáveis, uma vez que os jovens brasileiros não possuem condições econômicas de frequentar nem mesmo um curso gratuito. Portanto, a qualidade da educação deve ser refletida, voltada para o bem comum, como direito de todos, e não somente para uma pequena parte da sociedade.

O Gráfico 1 apresenta o levantamento realizado por Ana Carolina Moreno, publicado no portal do G1 Educação, que detalha a evolução do SISU, considerando a divulgação de dados ano a ano pelo Ministério da Educação. Os dados apresentados no gráfico abaixo referem-se apenas à edição do primeiro semestre de cada ano.

Gráfico 1 – A evolução do SISU

Fonte: MORENO (2018).

De acordo com informações do MEC, podemos observar que o SISU disponibilizou no primeiro semestre de 2019, um total de 235.476 vagas, em 129 instituições públicas de todo o Brasil. O sistema registrou 1.823.871 inscritos e 3.492.751 de inscrições, considerando as duas opções de curso (MORENO, 2018).

Portanto, o SISU cumpre seu papel, caracterizando-se como um importante instrumento utilizado pelo Governo Federal nas políticas públicas com a finalidade democratizar o acesso ao ensino superior. No entanto, a democratização oferece possibilidades de acesso à universidade, mas ao mesmo tempo, não assegura a permanência dos estudantes, que exige das IESs uma análise da oferta educativa diferenciada, com planejamento de prevenção e ações de combate à evasão.

Adiante, a seção 2 apresenta a evasão no ensino superior, abordando os estudos realizados por pesquisadores e estudiosos acerca da evasão, seguido pela descrição da universidade, das políticas de assistência estudantil e estratégias de permanência no ensino superior.

2 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR

A evasão estudantil nas instituições de educação superior é um problema pouco estudado no ambiente acadêmico brasileiro. Para Silva (2013), no estudo sobre a “Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes”, a literatura sobre o assunto abrange, em geral, dois grupos de trabalhos distintos. O primeiro compõe estudos sobre as motivações alegadas para o abandono do sistema de ensino como um todo, com análises de dados oficiais disponibilizados pelo Governo Federal, sem avaliar a decisão pessoal do estudante de evadir. O segundo abrange a avaliação educacional e a identificação do perfil do aluno evadido (SILVA, 2013). Ainda segundo o próprio autor, entre as variáveis que representam risco de evasão na educação superior, destacam-se o desempenho acadêmico, a condição socioeconômica, a idade e o gênero. Como resultados de sua pesquisa, Silva (2013) apresentou o perfil dos alunos que tendem a permanecer menos tempo na instituição de ensino superior: aqueles que têm dificuldades financeiras para arcar com os custos do curso, passam por reprovação, são mais velhos e pertencem ao sexo feminino. O autor também acrescentou que o risco da evasão é maior no início do período, reduzindo-se ao longo do tempo.

Desde 1972, estudos e discussões sobre a evasão no ensino superior no Brasil se caracterizavam como preocupação das universidades públicas e do Ministério da Educação (MEC), em que eram realizados estudos isolados e pesquisas vinculadas à pós-graduação ou como parte da avaliação interna das instituições de ensino superior (POLYDORO, 2000).

A evasão pode ser considerada uma ameaça e, ao mesmo tempo, uma oportunidade no sentido de que, com a redução da demanda, as Instituições de Ensino Superior - IES estão percebendo que a manutenção do aluno é tão importante quanto a sua captação (MARTINS, 2007).

Os estudos que abordam a evasão do estudante no ensino superior têm sido cada vez mais frequentes, com a finalidade de descrever e compreender o comportamento de desistência ou permanência na educação superior. Em 1995, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e do Desporto – SESu/MEC realizou o “Seminário sobre evasão nas Universidades Brasileiras”, decorrente da divulgação de dados estatísticos sobre o desempenho das Instituições Federais, relacionando os recursos públicos destinados às instituições e os resultados previstos. A partir desse seminário, designou-se uma

comissão, constituída por integrantes indicados pelos dirigentes dos IFESs⁵ e de representantes do MEC, que ficaria encarregada de estudar em profundidade o tema da evasão. Inicialmente composta por 13 membros (professores), a comissão que refletia o desejo da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de graduação foi instituída por meio de portarias da Secretaria de Educação Superior, de 13 e 17 de março de 1995, e publicadas no Diário Oficial da União, respectivamente em 18 e 21 de março de 1995. A referida Comissão tinha como objetivo definir o objeto de estudo: a evasão dos cursos de graduação que poderia ser caracterizada pela saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo. Entretanto, essa opção originou-se da necessidade de aprofundar e sistematizar o conhecimento sobre o desempenho dos cursos de graduação, para alcançar melhores resultados na identificação de causas, assim como atuar na proposição de medidas para aperfeiçoar o desempenho, frente às dificuldades operacionais para um estudo mais amplo sobre a evasão no ensino superior.

Na Comissão, buscou-se estabelecer parâmetros metodológicos de forma a garantir a exatidão e comparabilidade dos resultados, ficando a evasão caracterizada da seguinte forma: A evasão de curso: quando ocorre o desligamento do estudante do curso superior por várias situações como o abandono (em que o estudantes deixa de se matricular), a desistência (oficial), a transferência e/ou reopção (em que o estudante opta por mudança de curso) e o trancamento e exclusão por norma institucional. A evasão da instituição: o estudante perde o vínculo com a instituição na qual estava matriculado. E por fim, a evasão do sistema: caracteriza-se quando o estudante abandona de forma definitiva e/ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996). Diante da caracterização das formas de se considerar a evasão, esse trabalho analisa o estudante que evadiu de curso e da instituição, não caracterizando a evasão do sistema.

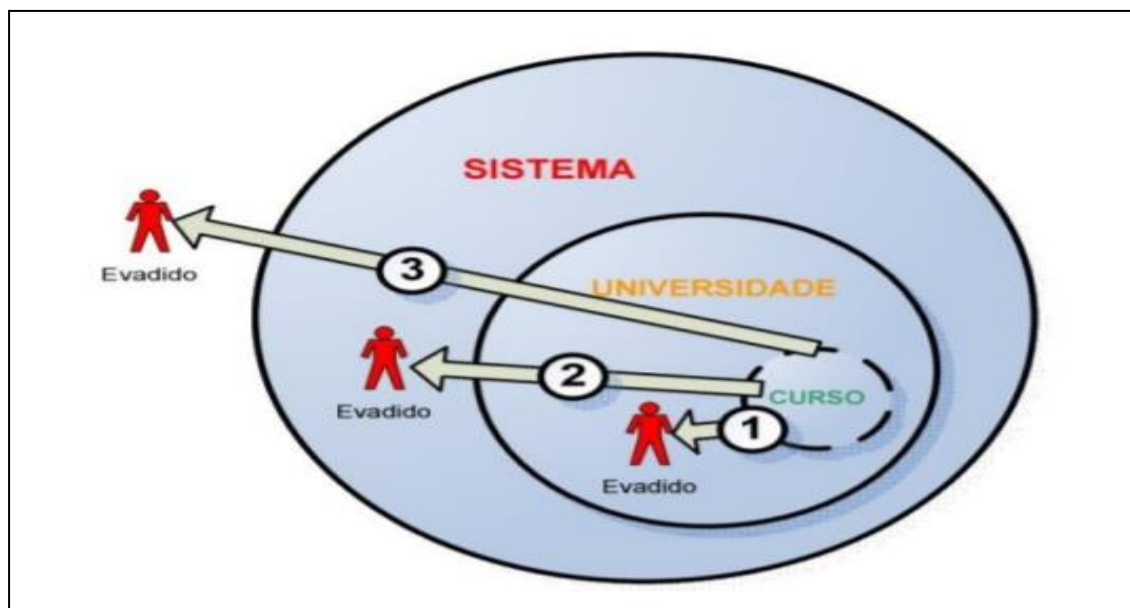
A Figura 1 ilustra os diferentes níveis de evasão do ensino superior, de acordo com o estudo realizado por Otávio Abrantes de Sá Ney no ano de 2010, na investigação dos possíveis motivos da evasão e como os sistemas de informação poderiam ser utilizados para monitorar os índices de evasão no curso de Engenharia de Produção Mecânica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Os resultados da pesquisa feita por Ney (2010) apontam que a evasão ocorre por inúmeros motivos e que necessita de monitoramento, que poderá ser realizado com o auxílio

⁵ IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

de sistemas de informação para processos produtivos de qualquer natureza, contribuindo para o melhoramento do monitoramento da evasão a partir do momento em que integram todos os sistemas internos das universidades, que conseguem compartilhar informações aos gestores das universidades, que poderão utilizar as informações colhidas para elaborar decisões com o intuito de combater a evasão na instituição de ensino superior. O estudo em questão apresenta a importância dos sistemas de informações e as maneiras como eles podem contribuir para auxiliar as universidades no monitoramento dos índices de evasão de seus estudantes. Destacamos que tal tecnologia torna-se importante para a Universidade do Estado de Minas Gerais monitorar os índices de evasão em suas unidades, uma vez que, ao considerarmos que a unidade de Passos (lócus do presente estudo) é a maior do Estado de Minas Gerais, com aproximadamente 5.000 (cinco mil) estudantes matriculados em diversos cursos de graduação e pós-graduação, é imprescindível a utilização de programas para o controle e monitoramento efetivo da evasão de estudantes na unidade, de modo a favorecer com dados concretos para um planejamento de ações da universidade para conter a evasão na unidade.

Figura 1 - Diferentes níveis de evasão do Ensino Superior



Fonte: NEY (2010).

Na figura acima, o autor destaca que a evasão do estudante pode ocorrer das seguintes maneiras: como evasão de curso: que representa a saída do curso escolhido pelo estudante; evasão de instituição: que se refere a saída do estudante da universidade em que cursava ou evasão do sistema: que consiste na saída do estudante do Sistema de Ensino Superior.

Nesse mesmo sentido, Veloso (2000) ressalta que a evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Reforça

ainda a afirmativa de que as razões da evasão podem ser diversas, desde motivos econômicos até psicológicos.

Buscando compreender e explicar o fenômeno da evasão no ensino superior, Ristoff (1995) a define como sendo a saída definitiva do estudante do seu curso de origem sem concluí-lo, porém, utiliza também o termo mobilidade, uma vez que considera os termos como processos heterogêneos que correspondem à troca de curso, que para o autor não corresponde a um dos tipos de evasão, já que não ocorre o desligamento do estudante da IES.

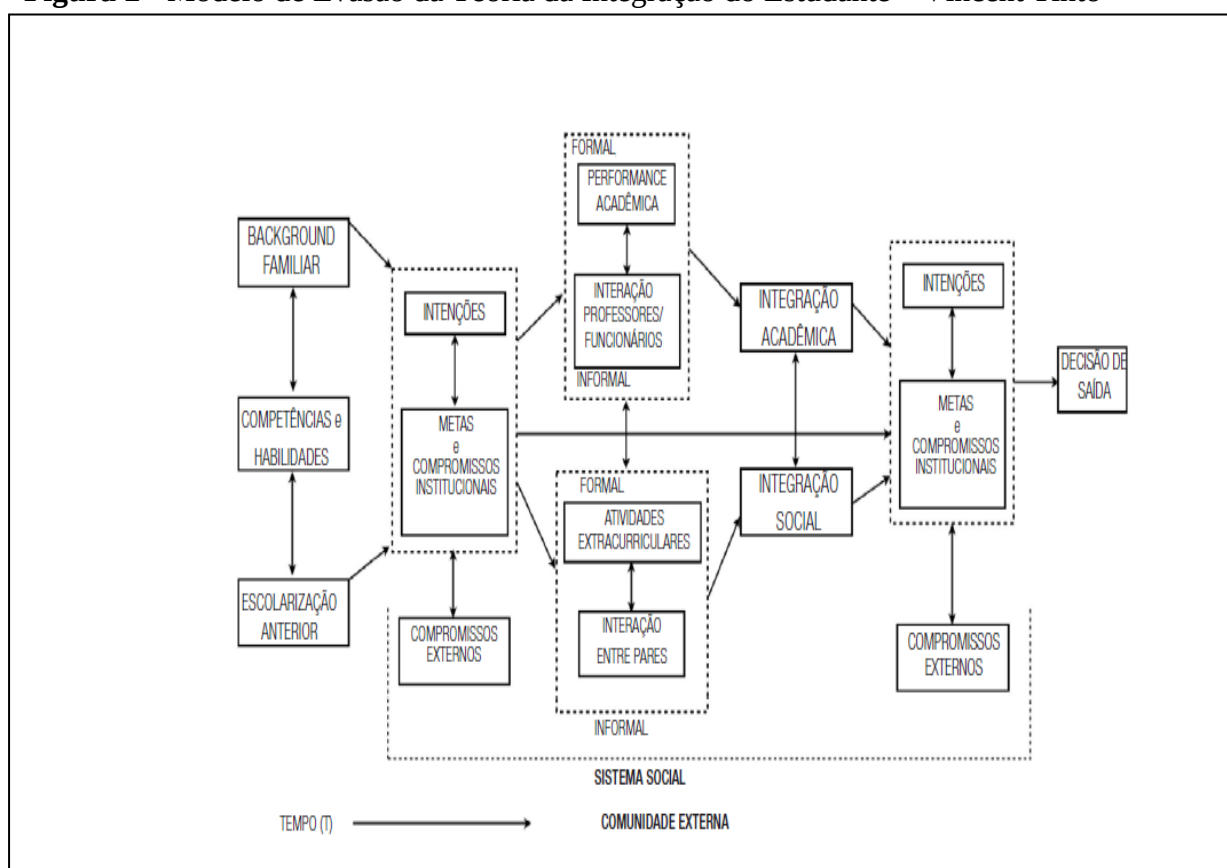
Os estudos realizados pelo norte-americano Vincent Tinto, por volta do ano de 1975, estão presentes em muitas pesquisas voltadas para a evasão no ensino superior no Brasil. O modelo proposto por Tinto baseava-se em um modelo teórico, alicerçado pela literatura americana, intitulado de modelo de integração acadêmico e social, com o intuito de explicar as causas concretas do abandono (POLYDORO, 2000). Para Cislighi (2008), o modelo teórico desenvolvido pelo americano Vincent Tinto sobre integração acadêmica e social do estudante no ensino superior é um dos referenciais de maior importância, sendo considerado um paradigma sociológico recorrente nas discussões sobre permanência e evasão. Batizado de “Teoria de Integração do Estudante”, o modelo tinha como objetivo descrever o caminho que leva à evasão escolar.

O estudo de Tinto faz referência à integração das características dos estudantes com as da universidade, o que considera como a chave para entender a evasão. Na visão do estudioso, o ambiente universitário é um microcosmo muito menos complexo que a sociedade, no qual podemos dividi-lo em dois sistemas, o social e acadêmico. O sistema acadêmico é voltado para a educação formal dos alunos, que inclui as salas de aula, os laboratórios, os professores e demais funcionários relacionados ao ensino de graduação. O “sistema social” por sua vez, refere-se à vida diária e às necessidades pessoais dos estudantes fora do domínio acadêmico, envolvendo moradias, lanchonetes, pontos de encontro (FEITOSA, 2016). Na mesma linha de pensamento, Tinto (1993) considera que a permanência do estudante não pode ser atribuída exclusivamente a aspectos individuais ou ambientais, e que a culpa da evasão não é nem do aluno nem da universidade exclusivamente, já que a evasão depende da interação entre essas duas esferas e considera que a principal causa do abandono ocorre pela falta de interação entre o aluno e a universidade.

A Figura 2 ilustra o Modelo de Evasão da Teoria de Integração ao Estudante proposto por Vincent Tinto, no qual destaca-se que, nos atributos de entrada, o sujeito detém uma variedade de características pessoais antes do ingresso na universidade (sexo, etnia e

habilidades específicas), as experiências pré-universitárias (desempenho acadêmico, talentos acadêmicos e social) e antecedente familiar (atributos de *status* social, expectativas e valores) que podem influenciar as metas de conclusão de curso, como também os compromissos do discente para consigo mesmo e com a instituição (TINTO, 1975). Adachi (2009) reforça que a falta de integração no ambiente universitário e a ausência dos valores familiares levariam a uma falta de adaptação do estudante ao sistema acadêmico, uma vez que as possibilidades de evasão e a escolha por atividades diversificadas tendem a aumentar.

Figura 2 - Modelo de Evasão da Teoria da Integração do Estudante – Vincent Tinto



Fonte: Tinto (1993).

Quanto à importância da família no modelo de Tinto, no sentido de sua relação com a decisão de evasão do estudante, o autor demonstra que o efeito da renda familiar sobre a evasão é bem menor do que quando se consideram demais fatores associados à família. Quanto aos atributos do estudante no pré-ingresso, consideram-se principais as habilidades e a formação escolar anterior, que podem determinar o desempenho acadêmico e estão diretamente envolvidas com a permanência do discente no ensino superior, ou seja, a relação

entre a escolaridade anterior e o compromisso com os objetivos pessoais e com a instituição influenciam a decisão de permanência ou evasão do estudante (TINTO, 1997).

Na verdade, o compromisso do estudante com a universidade e com seus objetivos indica se ele optará em abandonar o curso, a instituição, por ocorrer no tempo questões que afetam as relações acadêmicas e sociais. Já no compromisso do estudante com o término da graduação, Tinto (1997) enfatiza que quando outras condições estão garantidas, aqueles estudantes que conseguem prever seus objetivos tendem a manter-se na universidade. Seguindo a linha de pensamento, Adachi (2009), ao analisar a evasão para a Universidade Federal de Minas Gerais, explica que a probabilidade de permanência de um estudante que pretende cursar uma pós-graduação é consideravelmente superior do que os demais, por possuírem maiores expectativas que levam a um prolongamento da interação entre estudante e universidade.

Os compromissos externos, presentes no modelo de Tinto, dizem respeito aos compromissos que o aluno possui (com o trabalho, com a família, entre outros). Estes podem afetar diretamente na decisão do estudante de permanecer na universidade. Outro aspecto importante é a experiência do estudante com o sistema educacional, que pode impactar diretamente na decisão em permanecer ou evadir-se do ensino superior. Por esse motivo, as universidades necessitam se preparar para recepcionar os novos estudantes ingressantes no primeiro período, como alternativa para promover uma interação entre ambos e aumentar a satisfação do discente com a universidade.

Entretanto, Tinto, ao abordar os construtos sobre a instituição em seu modelo, não aprofunda essa questão, já que foca principalmente na integração do estudante com a universidade.

Quanto aos compromissos internos, no modelo proposto por Tinto, a sala de aula é considerada no modelo como sendo um espaço de aprendizagem e de interações sociais que promove uma integração entre alunos e professores. Para o autor, a sala de aula é um local importante para os estudantes que trabalham, de forma a propiciar uma relação acadêmica e social entre os discentes, que muitas vezes se estendem para além dos limites físicos da universidade. O modelo, então, pressupõe que a evasão é ocorrência do desequilíbrio da integração entre a universidade e a integração social, e que somente quando essas estiverem em harmonia, será possível evitar a evasão.

Portanto, esse modelo de Integração do Estudante desenvolvido por Tinto (1975) é considerado primordial no estudo da evasão no ensino superior e influenciou muitos pesquisadores que buscavam testar na prática a aplicabilidade da teoria do estudioso.

John Bean (1980), em suas pesquisas, buscou encontrar evidências para justificar a relação entre a evasão e o suicídio, e discordou de Tinto por utilizar a teoria de Durkheim nos modelos de abandono. O estudioso propôs um modelo baseado nos estudos sobre permanência no ensino superior e nas teorias da organização no ambiente de trabalho, chamando-o de Modelo de Atrito de Estudantes (MAE), como alternativa à teoria de Tinto. O modelo proposto por Bean destacava os atributos individuais e a interação ou não integração com o ambiente acadêmico e tinha como objetivo estudar os determinantes do desgaste dos estudantes nas universidades, comparando o modelo com os estudos de Price (1977), sobre o processo de “*turnover*⁶” nas organizações de trabalho”. Para Bean (1980), os estudantes deixam as universidades por motivos semelhantes aos que levam os empregados a saírem de seus locais de trabalho.

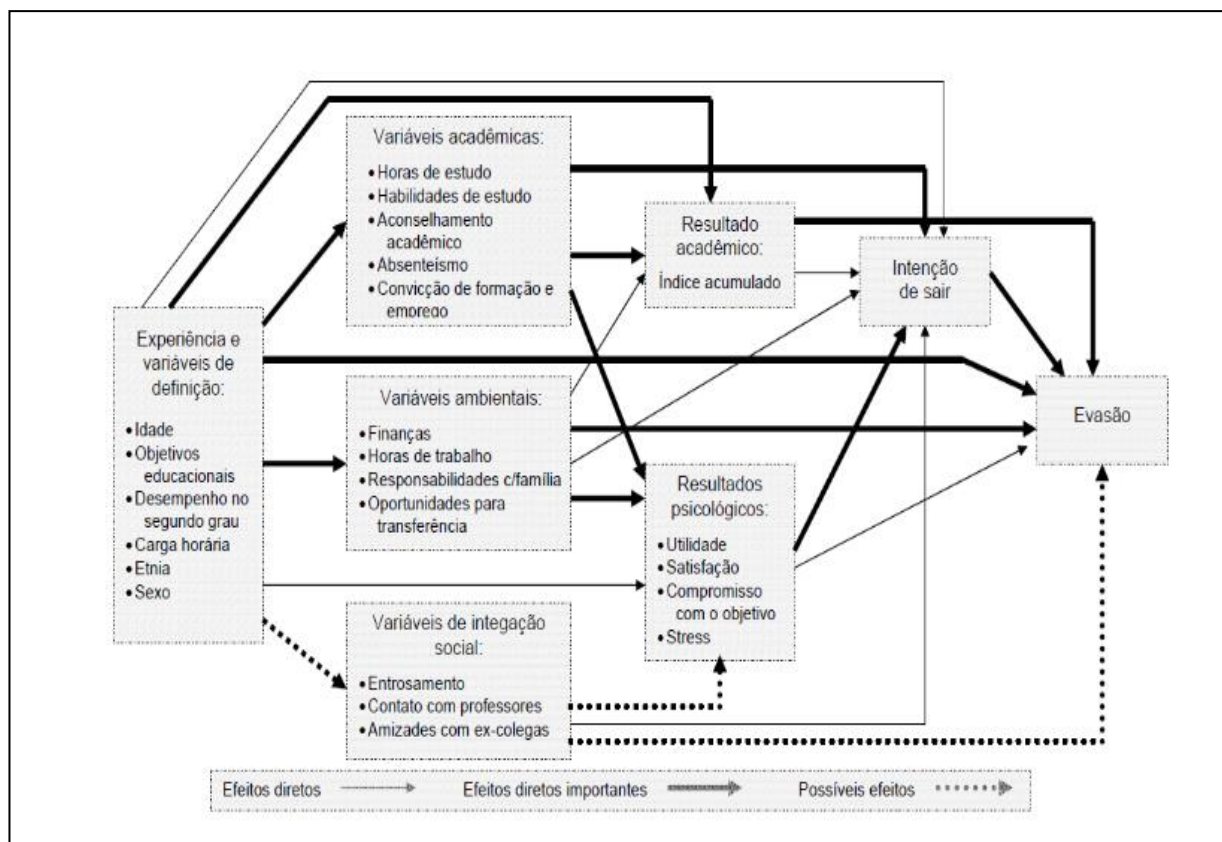
Nesse modelo, a permanência ou não na universidade depende exclusivamente das atitudes do estudante, da adaptação e de fatores externos. O autor destaca que os estudos realizados até então não relacionavam as variáveis determinantes da evasão e a maneira como elas são significativas para o processo de evasão. Em seus estudos, Bean definiu quatro categorias de variáveis em seu modelo: a variável dependente: evasão; variável interveniente: ligada a satisfação e compromisso do estudante com a instituição; as variáveis determinantes organizacionais da instituição; e as variáveis correspondentes a seus antecedentes. O autor destacou que o desempenho possuía importância em relação à satisfação que resultava em um maior comprometimento institucional (BEAN, 1980).

Posteriormente, John Bean e Barbara Metzner (1985) desenvolveram um modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais, em razão de alegarem que o modelo de Tinto não contemplava esse público. Reconheceram, também, a necessidade de se criar uma abordagem diferenciada, uma vez que o nível de integração percebido não é o mesmo para os estudantes que não trabalham e para os residentes nas universidades. Reconhecido como um complemento do estudo de Bean (1980), o modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais, desenvolvido em parceria com Metzner, apresenta quatro conjuntos de variáveis: desempenho acadêmico; a intenção de evadir; fatores anteriores ao ingresso e fatores ambientais.

A Figura 3 ilustra o modelo de Bean e Metzner, evidenciando as variáveis e suas relações.

⁶ *Turnover* – conceito utilizado na área de Recursos Humanos (RH), para definir a rotatividade de pessoal em uma organização (Chiavenato, 2010).

Figura 3 - Modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais (Bean e Metzner, 1985)



Fonte: Bean e Metzner (1985)

O modelo de Tinto e Bean, assim como o de Tinto, é bastante utilizado em estudos da evasão no ensino superior, porém recebem críticas quanto às limitações que possuem, uma vez que os modelos não contemplam algumas dimensões individuais importantes, que quando aplicadas à realidade da educação superior brasileira, em que analisamos instituições de ensino superior e o perfil dos estudantes, os modelos não apontam com exatidão as causas da evasão nas universidades brasileiras, porém são muito utilizados como base referencial nos estudos da evasão do nosso país. Em razão das limitações descritas acima, para Cabrera, Nora & Castañeda (1993), os modelos de Tinto e Bean não contemplam profundamente algumas dimensões individuais externas importantes, como a capacidade financeira de manter-se no curso, por exemplo. Porém essas críticas são para complementar os modelos e não críticas de rejeição aos modelos de Tinto e Bean.

Nesse sentido, o modelo desenvolvido por Cabrera, Castañeda, Nora e Hengstler (1992) recebeu o nome de Modelo Integrado de Permanência (MIP) que, por meio da comparação dos modelos de Tinto (1975) e Bean (1980), tinha como objetivo explicar a persistência acadêmica dos estudantes na instituição. Esse modelo considera as variáveis

Existem outras teorias desenvolvidas que buscam compreender a evasão no ensino superior e destacar as causas responsáveis pelo fenômeno nas IESs. Os estudos de Schargel e Smink (2002), por exemplo, apontam para a necessidade de se traçar um perfil e conhecer os fatores ligados às altas taxas de dissidência escolar. Alguns desses fatores podem ser: mal desempenho acadêmico, pobreza, etnia, limitação em algumas disciplinas, gravidez, rastreamento de dissidência escolar⁷ e situação geográfica. Os autores definem cinco categorias para as causas da evasão: as psicológicas que são resultantes das condições próprias do indivíduo, como imaturidade, rebeldia, as comportamentais que podem levar a uma predisposição à evasão; as sociológicas que pressupõem que a evasão não pode ser encarada como um acontecimento isolado; as organizacionais que buscam identificar os efeitos dos aspectos das IESs sobre a taxa de evasão; as interacionais que avaliam a conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais e a econômica, que talvez seja a mais predominante em IESs privadas, considerando-se os custos e benefícios ligados à decisão que envolvem fatores individuais e institucionais.

Outro fator contribuinte para a evasão é a dificuldade de adaptação do aluno à vida universitária, que muitas vezes requer mudança de cidade, adaptação com novo ritmo de vida, controle financeiro e responsabilidades com o curso. De acordo com o estudo realizado por Gaioso (2006), os alunos responsabilizam as IESs e as condições socioeconômicas e depois assumem a falta de aptidão, habilidade e/ou interesse pela carreira. Percebemos, então, que não há causas isoladas para a evasão, e sim fatores se associam a outros. No que compete às dificuldades financeiras e aos elevados custos da educação superior, Gaioso (2006) aponta como dificuldades:

- Ausência de orientação educacional e imaturidade (apontada na visão dos dirigentes das IESs);
- Problemas financeiros;
- Ausência de perspectivas de trabalho – o aluno percebe que são poucas as oportunidades de trabalho na área escolhida e acaba mudando de curso;
- Constantes reprovações – disciplinas difíceis já no início do curso provocam e contribuem para a desistência de alunos.

Lima; Zago (2018) afirmam, em seu estudo sobre a evasão na educação superior, que compreender as causas da evasão é como montar um quebra-cabeça; ou seja, compreender os

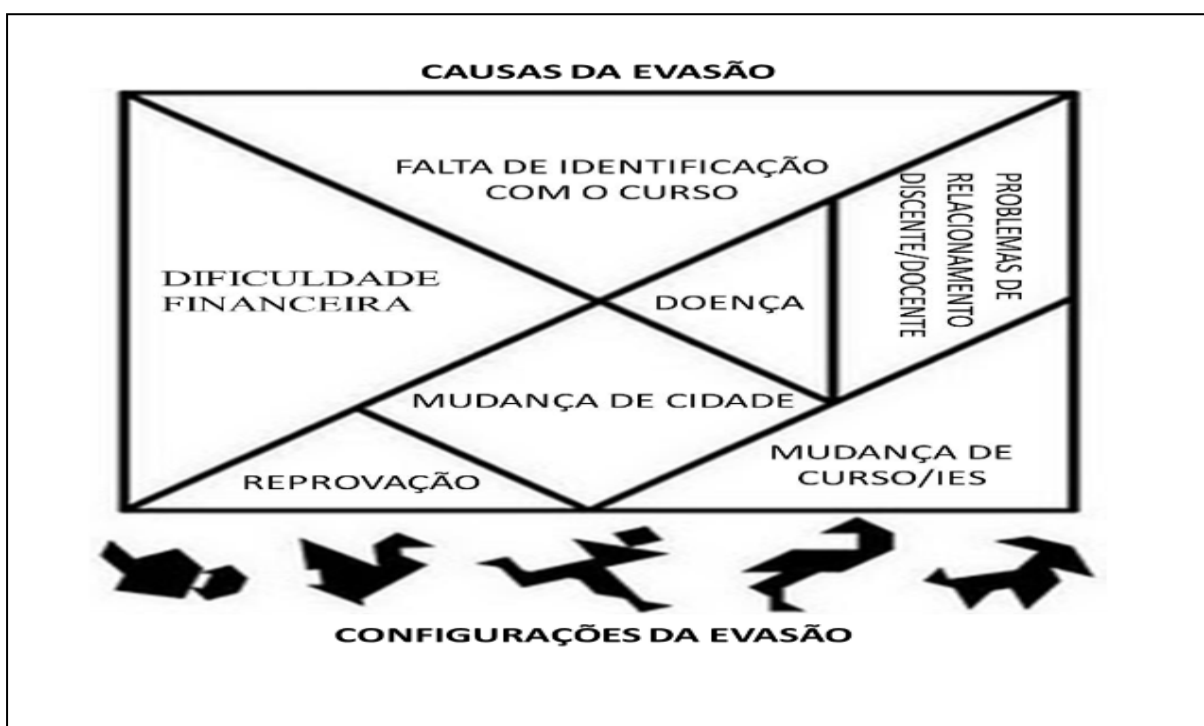
⁷ Schargel e Smink (2002) distinguem três tipos de dissidentes, os alunos que abandonaram a escola, desinteressados, outros que perderam o interesse pelo aprendizado, mas permanecem na escola e, por último, os excluídos que são aqueles suspensos ou expulsos.

motivos que levaram o discente a abandonar a sala de aula ou não concluir o curso pode ser algo parecido à montagem de um tangram, uma vez que nesse jogo com formato de um quebra-cabeça, as partes se apresentam de diferentes formas, que podem reproduzir variados desenhos, no entanto as peças não se modificam,.

Para as autoras, essa metáfora utilizada serve para demonstrar que a forma utilizada para apresentar as causas da evasão que se identifica é apenas um dos possíveis arranjos que se poderia conseguir com as diferentes peças, como também para evidenciar a convergência de fatores em jogo. E justificam que, ao montar um tangram, compreendemos que estudar a evasão é um jogo difícil que demanda, criatividade, observação e resiliência do pesquisador, na busca de encontrar a melhor configuração dos fatores que possam explicar a evasão.

A Figura 5 ilustra o tangram da evasão, desenvolvido pelas autoras em seu estudo sobre a evasão na educação superior, no qual as causas da evasão fazem parte de um quebra-cabeça complexo que necessita de estudos mais aprofundados do tema.

Figura 5 - Tangram da Evasão



Fonte: Elaborado por Lima; Zago (2018).

Nesse contexto, as causas da evasão apontadas no tangram levam o jovem a evadir do curso, trancar sua matrícula e mudar de curso, por exemplo, e são voltadas exclusivamente para o estudante. Mas, é preciso analisar a universidade, seus fatores ambientais, pois nada impede o aluno matriculado, de se sentir auto evadido. A auto evasão é verificada quando o

aluno não é selecionado para o curso que realmente deseja; quando a universidade não planeja e executa políticas voltadas para a permanência dos alunos; e quando a falta de acolhimento por parte da universidade gera no aluno a auto evasão, desenvolvendo um sentimento de que ele não faz parte daquela instituição e/ou não é valorizado pela mesma.

Portanto, torna-se evidente a complexidade de se decifrar com exatidão a evasão no ensino superior, uma vez que não se pode afirmar que as causas de sua ocorrência são as mesmas para a maioria das universidades, que de certo modo influenciam novos estudos conforme cada realidade observada.

Adiante, serão apresentados o papel da universidade, uma ilustração do processo de expansão do ensino superior no Brasil após a década de 2000, seguido pela apresentação histórica do local de estudo da pesquisa, a Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos, destacando o processo de estadualização que transformou a Fundação de Ensino Superior de Passos em uma unidade da UEMG, o processo seletivo e as formas de ingresso na universidade.

2.1 A Universidade e as Políticas Públicas de Assistência Estudantil

A universidade desempenha uma função social em formar profissionais, mas também educacional, proporcionando um ambiente de compartilhamento de saberes, propício para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas do conhecimento científico, cultural e tecnológico, e exercendo um importante papel no processo de formação e preparação de discentes para a vida profissional.

A Constituição Federal de 1988, estabelece conforme o artigo 207, o dever das universidades obedecerem ao princípio da não separação entre ensino, pesquisa e extensão, ou seja, a universidade deve desempenhar a função de realizar pesquisas, como maneira de atender a sociedade em que está inserida, mas não podendo esquecer do seu papel como formadora de recursos humanos.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) vislumbra a universidade a partir do ensino, da pesquisa, da extensão e da pós-graduação, em concordância com o artigo 207 da CF/1988.

De acordo com o Art. 3º da LDB, o ensino deve ser ministrado com base em onze princípios, dentre eles: de que o ensino público seja gratuito em estabelecimentos oficiais, como também exerça gestão democrática do ensino, como forma de garantir padrão de

qualidade. A referida lei também estabeleceu a organização da educação nacional e os níveis e modalidades da educação e ensino (BRASIL, 1996).

A partir de 2003, ano que marcou o início do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem início uma expansão do ensino superior no Brasil, com a implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso. Entre essas políticas, destacam-se: o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁸.

Com a expansão do acesso ao ensino superior, o número de matrículas dobrou na última década, entretanto, pesquisas indicam que menos da metade dos ingressantes consegue concluir o curso, no prazo regular de duração. A evasão configura-se, hoje, um grande desafio para as universidades públicas e privadas.

A seguir, o Quadro 1 apresenta a expansão do número de IES no país, no período de 1995 a 2015, conforme dados coletados do Censo da Educação Superior.

Quadro 1- Expansão do ensino superior no Brasil

Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil		
Ano	IES Pública	IES Privada
1995	210	684
2000	176	1004
2005	231	1934
2010	278	2100
2015	295	2069

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior (elaborado pelo autor).

Objetivando compreender a evasão escolar no ensino superior e buscando reconhecer suas causas, o presente trabalho aborda o fenômeno da evasão na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade de Passos, no curso de graduação em Administração de Empresas.

⁸ Dentre as políticas citadas, especificamente voltadas para a democratização do acesso ao Ensino Superior, outros programas e ações do governo devem ser considerados, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU).

2.1.2 A Fundação de Ensino Superior de Passos e a Universidade do Estado de Minas Gerais

A Fundação de Ensino Superior de Passos – FESP, sucessora da Fundação Faculdade de Filosofia, foi instituída pelo Decreto Estadual 8495 de 15 de julho de 1965, com bases na Lei 2933 de 06 de novembro de 1963, modificada pela Lei 6140 de 10 de setembro de 1973. Foi fundada por um grupo de professores, com o apoio da comunidade local e da Prefeitura Municipal. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto Estadual 16998 de 20 de fevereiro de 1975, com as modificações introduzidas pelos Decretos 16457 de 25 de julho de 1974, 22076 de 28 de maio de 1982, 24254 de 07 de fevereiro de 1985, 30815 de 28 de dezembro de 1989 e o Decreto 36258 de 17 de outubro de 1994. A FESP optou por integrar-se à Universidade do Estado de Minas Gerais em abril de 1990, após consulta ao corpo discente, docente, administrativo e à comunidade local.

Conforme a promulgação da Lei Estadual 11539 de 22 de julho de 1994, a FESP passou a ser unidade agregada à UEMG. Em 24 de maio de 1995, por meio do Decreto Estadual nº 36897 de 24 de maio de 1995, a unidade foi agregada pela UEMG, mas pela inexistência de repasses financeiros por parte do Governo do Estado, esta absorção não foi efetivada.

A FESP foi criada por uma lei estadual conforme foi citado, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, de direito privado e personalidade jurídica própria. Possuía declaração de utilidade pública (municipal, estadual e federal), certificado de filantropia do governo federal e documentos fiscais e parafiscais em plenas condições de regularidade e funcionamento.

A Fundação dirigida por um Conselho Curador composto por 03 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos por votação secreta, entre o corpo docente/administrativo (70%) e membros da comunidade (30%), com mandato de quatro anos, escolhidos de uma lista sêxtupla de titulares e outra de suplentes, nomeados pelo governador do Estado de Minas Gerais, através de decreto estadual. O presidente da Fundação, eleito por seus pares, era nomeado também pelo governador. O diretor executivo era escolhido pelo presidente da FESP, com mandato igual ao do Conselho Curador. Os Diretores das Unidades Acadêmicas por sua vez tinham sua indicação e nomeação pelo Conselho Curador, por meio de listas sêxtuplas, enviadas pelas respectivas congregações, e eleitos por voto secreto de seus pares, com a participação do corpo discente, docente e administrativo. Cada diretor era eleito para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, a critério do Conselho Curador. A Assembleia Geral era o órgão máximo de deliberação, formado por diretores, docentes e

funcionários administrativos. Todos os atos do Conselho Curador eram fiscalizados pelo Conselho Fiscal, escolhido pela Assembleia Geral.

A Figura 6 ilustra a fachada do prédio principal da FESP, localizado em um bairro nobre do município de Passos.

Figura 6 - Expansão do ensino superior no Brasil



Fonte: Jornal Folha da Manhã

A FESP, à medida que cresceu, contribuiu de modo significativo para a economia da cidade e região. Nascida como parte integrante do processo de desenvolvimento cultural, econômico, político e social do sudoeste de Minas Gerais. Apresentava como missão a socialização do saber em dimensões e especificidades múltiplas, em espaços cada vez mais ampliados na cidade.

O I Seminário Institucional ocorreu em julho de 2001, com a participação do corpo docente, administrativo e do Conselho Curador, que provocou uma sensibilização e motivação à elaboração do planejamento estratégico de cada unidade acadêmica. Posteriormente, foram realizados vários encontros e reuniões para a definição de diretrizes, objetivos e metas que nortearam a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, para auxiliar na busca de diagnóstico, planejamento e desenvolvimento de ações que aprimorassem a atuação da FESP junto à comunidade local.

A presença da FESP, como única instituição de ensino superior em Passos e região, possibilitou o desenvolvimento socioeconômico do município com diversas opções de cursos de graduação, e contava com o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior - PROUEMG, um programa de bolsas de estudo que oferecia até 50% de desconto para alunos economicamente carentes que ingressavam na fundação.

A absorção definitiva da FESP pela UEMG ocorreu conforme publicação do Decreto 46478, de 03 de abril de 2014, na gestão do então governador do Estado Antônio Augusto Junho Anastasia.

A UEMG foi criada pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989. O parágrafo primeiro do Art.82, do mesmo Ato, permitiu às Fundações Educacionais de Ensino Superior instituídas pelo Estado ou com sua colaboração, fazer ou não, a opção caso desejassem serem absorvidas como unidades da UEMG. (UEMG, 1994).

Esta opção foi feita pelas instituições nas cidades de Belo Horizonte, Barbacena (*Campus* de Belo Horizonte), Campanha, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas (*Campus* de Belo Horizonte) e Varginha.

No processo de absorção das fundações educacionais, a Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, instituiu a universidade como sendo autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede e foro em Belo Horizonte, com seu patrimônio e receita próprios, com autonomia administrativa, didático-científica e disciplinar, acrescida da gestão financeira e patrimonial (UEMG, 1994).

Vale ressaltar que a referida lei foi responsável em estabelecer uma estrutura para a universidade, assim como na definição dos órgãos colegiados e as unidades administrativas como as Pró-reitorias e os *campi* regionais representados pelas fundações educacionais que fizeram opção por pertencer à universidade e que seriam absorvidas⁹.

A reitoria da UEMG se situa na capital do Estado, Belo Horizonte, dentro da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, conforme ilustrado nas Figuras 7 e 8.

⁹ Pela Lei nº 11.539 de 22 de julho de 1994, foram absorvidas à UEMG as respectivas Fundações Educacionais: I Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola; II Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; III Fundação de Ensino Superior de Passos; III Fundação Educacional de Lavras; IV Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, de Varginha; V Fundação Educacional de Divinópolis; VI Fundação Educacional de Patos de Minas; VII Fundação Educacional de Ituiutaba e VIII Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha. Conforme as regras estabelecidas na referida lei, a absorção de uma unidade a cada quadrimestre.

Figura 7 - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, em Belo Horizonte (Reitoria da UEMG)



Fonte: site da UEMG.

Figura 8 - Distribuição das unidades da UEMG no Estado de Minas Gerais



Fonte: site da UEMG

A UEMG também está presente, com polos de educação a distância, nas cidades de Buritis, Taiobeiras, Várzea da Palma, Joáima, Corinto, Nanuque, Ipanema, Jaboticatubas, Frutal, Divinópolis, Belo Horizonte, Carandaí, Ubá, Leopoldina e Cambuí.

Figura 9 - Polos EAD da UEMG



Fonte: site da UEMG

De acordo com o art. 3º do mesmo estatuto, a UEMG tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como incentivar a promoção do desenvolvimento artístico, científico, cultural, esportivo e tecnológico.

A UEMG unidade Passos atualmente oferece 27 cursos de graduação: Administração; Agronomia; Biomedicina; Ciências Biológicas Licenciatura; Ciências Biológicas Bacharelado; Ciências Contábeis; Comunicação Social / Publicidade e Propaganda; Design – Moda; Direito; Educação Física Licenciatura; Educação Física Bacharelado; Enfermagem; Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Física; História; Jornalismo; Letras – Português; Matemática; Medicina; Nutrição; Pedagogia; Serviço Social; Sistemas de Informação; Tecnologia em Estética e Cosmética; Tecnologia em Gestão Comercial (UEMG, 2019).

Além de cursos de graduação, a UEMG Passos oferece também cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu*, e Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. A Unidade acadêmica de Passos possui centenas de projetos de pesquisa e extensão, com maioria do corpo docente formado por mestres e doutores (UEMG, 2019).

2.1.3 Processo Seletivo / Vestibular na UEMG – unidade Passos

O Vestibular da UEMG, ao longo da última década, esteve sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Processo Seletivo (COPEPS), instituída pela Resolução CEPE/UEMG nº 19/2001 e designada pela Portaria nº 008/2001. A COPEPS atuou em todos os Processos Seletivos da Instituição, até 2016, na qual prestou suporte ao planejamento e à operacionalização dos referidos certames, seguindo todas as diretrizes provenientes dos Órgãos de Deliberação Superior da universidade.

Em 2016, devido ao aumento da demanda de candidatos nos últimos vestibulares, foi identificada a necessidade de alterar a estrutura de realização do Vestibular da UEMG, optando-se pela contratação de empresa especializada para prestação desse serviço. Para essa nova estrutura, é designada anualmente, pelo Reitor, uma Comissão para realizar o acompanhamento e a avaliação do processo seletivo do Vestibular UEMG, com a participação efetiva da Coordenadoria de Processo Seletivo, vinculada à Pró-reitora de Ensino - PROEN.

2.1.4 Formas de ingresso na UEMG

O ingresso de estudantes na universidade é realizado por meio de duas formas, a primeira opção é pelo Vestibular Tradicional e a segunda pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU. Ao se decidir pelo vestibular tradicional, o candidato poderá se inscrever para as vagas destinadas ao Programa de Seleção Socioeconômica - PROCAN (25% das vagas), desde que se enquadre nas regras do programa ou concorra nas vagas de ampla concorrência (25% das vagas). A universidade reserva 50% do total de suas vagas para o SISU, uma vez que, para se candidatar à vaga, o candidato deverá ter obrigatoriamente realizado o ENEM (UEMG, 2017). Vale destacar que a universidade também oferece opção de ingresso por meio das disciplinas eletivas e isoladas. A seguir, serão descritos os meios de ingresso na UEMG, conforme informações disponibilizadas no site oficial da instituição:

PROCAN – Programa de Seleção Socioeconômica

O PROCAN/UEMG refere-se à Política de Reserva de Vagas da Universidade, que visa a atender aos candidatos que apresentam renda mensal por pessoa do núcleo familiar, no valor de até 1 ½ (um e meio) salário-mínimo vigente no Estado de Minas Gerais e/ou que façam parte de uma das Categorias, previstas na Lei Estadual nº 22.570/2017, listadas abaixo:

Categoria I – candidatos declarados negros, de baixa renda e egressos de escola pública - reserva de 24% das vagas de cada curso de graduação. O candidato passa por análise socioeconômica, e, portanto, deve apresentar documentação que comprove as informações prestadas, quando do preenchimento do formulário de inscrição. O candidato também deve apresentar, com a documentação, uma autodeclaração de sua etnia/cor. A documentação completa exigida é disponibilizada nos respectivos editais dos processos seletivos da UEMG para vagas iniciais.

Categoria II – candidatos declarados indígenas, de baixa renda e egressos de escola pública - reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação. O candidato passa por análise socioeconômica, e, portanto, deve apresentar documentação que comprove as informações prestadas, quando do preenchimento do formulário de inscrição. O candidato também deve apresentar com a documentação uma autodeclaração de sua raça/etnia, com referências da Fundação Nacional do Índio - Funai. A documentação completa exigida é disponibilizada nos respectivos editais dos processos seletivos da UEMG para vagas iniciais.

Categoria III – outros candidatos de baixa renda e egressos de escola pública - reserva de 16% das vagas de cada curso de graduação. O candidato passa por análise socioeconômica, e, portanto, deve apresentar documentação que comprove as informações prestadas, quando do preenchimento do formulário de inscrição. A documentação completa exigida é disponibilizada nos respectivos editais dos processos seletivos da UEMG para vagas iniciais.

Categoria IV – pessoas com deficiência - reserva de 5% (cinco por cento) das vagas de cada curso de graduação. O candidato com deficiência deve apresentar laudo médico atualizado, original, conforme Lei Estadual nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000. Maiores informações são disponibilizadas nos respectivos editais dos processos seletivos da UEMG para vagas iniciais.

No Vestibular da UEMG, os candidatos também podem solicitar isenção da taxa de inscrição (Lei Estadual nº 15.150/2004) **com reserva** de 10% do total de vagas de cada curso de graduação. O candidato deve comprovar situação de baixa renda e passa por análise socioeconômica, e, portanto, deve apresentar documentação que comprove as informações prestadas, quando do preenchimento do formulário de inscrição (UEMG, 2017).

Vestibular ampla concorrência: para os candidatos que não se enquadram nas regras do PROCAN e que não fizeram o ENEM, esta modalidade permite ao candidato prestar uma prova de habilidades específicas e uma prova de conhecimentos gerais, para concorrer às vagas de ampla concorrência. Processo seletivo próprio utilizado pela instituição como forma de ingresso para 50% das vagas para turmas que ingressaram até 2019.

Reopção / Transferência / Novo Título: A admissão de estudantes nas vagas remanescentes dos cursos de graduação presencial da UEMG poderá ocorrer mediante:

1. Reopção: processo de transferência interna, destinado a alunos(as) que estão matriculados em outros cursos da instituição;
2. Transferência: ingresso de estudante regularmente matriculado em curso ofertado em outra instituição de ensino superior do país ou do exterior e compatível com curso da UEMG;
3. Obtenção de novo título: ingresso de diplomados de outro curso de graduação, interessados em ingressar em vagas remanescentes.

Disciplinas Eletivas: de acordo com a UEMG, são quaisquer disciplinas que não estejam inseridas na matriz curricular do curso de graduação de origem do estudante.

Disciplinas Isoladas: de acordo com a UEMG, as disciplinas isoladas são aquelas que fazem parte do currículo dos cursos de graduação, ou seja, já estão inseridas na matriz curricular do curso de graduação, cujas vagas são disponibilizadas e podem serem cursadas por qualquer interessado, mesmo que o estudante não se encontre regularmente matriculado na UEMG.

Sistema de Seleção Unificado

A UEMG utiliza o Sistema de Seleção Unificada – SISU, para ingresso de estudantes em seus cursos de graduação. O sistema do Ministério da Educação permite que as Instituições de Educação Superior ofertem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Sendo assim, apresentaremos um melhor detalhamento do SISU mais adiante.

São destinadas ao SISU 50% das vagas oferecidas pela UEMG em seus cursos de graduação, uma vez que o candidato(a) deverá ter realizado, obrigatoriamente, as provas do ENEM.

Por fim, destacamos que o processo seletivo por vestibular, que contempla 50% do total de vagas foi utilizado pela universidade para turmas que ingressaram até 2019, e para as turmas com ingresso a partir de 2020, a UEMG adotou o SISU como forma única de ingresso para 100% (cem por cento) de suas vagas, mantendo as demais opções de reopção, transferência e obtenção de novo título, disciplinas eletivas e isoladas.

2.2 Assistência Estudantil e Estratégias de Permanência no Ensino Superior

Quando nos referimos ao fenômeno da evasão, o mesmo abarca uma articulação entre múltiplos fatores, ou seja, com um bom suporte institucional, as dificuldades individuais tendem a serem superadas, bem como as limitações institucionais prejudicam os estudantes que possuem as maiores dificuldades (COSTA; DIAS, 2015). Os múltiplos fatores, como foi enunciado anteriormente, se devem à realidade da estrutura organizacional da universidade, com sua política de assistência bem estudada, planejada e implementada na unidade de ensino superior, uma vez que aos estudantes que demandam de assistência, a universidade consiga suprir essa carência, visto que a assistência é fundamental para o estudante que necessita, contribuindo efetivamente para sua permanência na universidade.

As universidades públicas oferecem aos estudantes como suporte institucional a “Assistência Estudantil”, termo que pode ser compreendido como um conjunto de ações que visam a atender às necessidades básicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inserindo-se no campo das Políticas Públicas de Educação Superior (PPES). Cunha (2004) salienta que estas tratam de uma política estruturada cuja finalidade é atender às necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo-lhes uma efetiva participação no ensino superior público, na perspectiva de se buscar uma inclusão social desses estudantes, assim como contribuir para a produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

A primeira manifestação de Políticas de Assistência Estudantil ocorreu no ano de 1928, com a inauguração da “Casa do Estudante Brasileiro” em Paris, que, de acordo com os estudos de Silveira (2012), é considerada primórdio da assistência ao estudante. A casa foi criada para dar assistência aos brasileiros que eram enviados por suas famílias para estudar fora do país.

No Brasil, a prática de Assistência Estudantil surgiu em torno de 1930, com a construção da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, na época do governo de Getúlio Vargas.

Já em 1931, a Assistência Estudantil foi reconhecida pelo Estado através do Decreto 19850/31, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior (LAGO, 2018).

Incorporada à Constituição de 1934, a Lei Orgânica do Ensino Superior assegurou a assistência aos estudantes, conforme declarado no art. 157 que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas”. Cunha (2004) também menciona o artigo 157 da Constituição de 1934 em seus estudos, como a primeira Constituição que regulamenta a Assistência Estudantil, em razão da qual a educação se destacou pela primeira vez como direito de todos.

Vale ressaltar que a Constituição de 1934 em seu artigo 134 evidenciou a responsabilidade pública quanto à Educação “cabe à união, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual” (BRASIL, 1934).

A Assistência Estudantil passou a ser considerada obrigatória, a partir da promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 18 de setembro de 1946. O artigo 172 da referida Constituição torna a assistência estudantil obrigatória “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Vasconcelos (2010) analisa a expansão da educação superior ocorrida na década de 1950 e 1970. De acordo com a autora, foram criadas universidades em todo o Brasil, ao menos uma em cada estado, universidades estaduais, municipais e particulares, mas destaca que foi na década de 1970 que o ensino superior se expandiu efetivamente, resultando na ampliação do número de matrículas de 300 mil em 1970, para um milhão e meio de matrículas no início da década de 80.

O ano de 1972 sinaliza um marco na retrospectiva histórica, pois se criou nesse ano o primeiro Programa de Bolsa Trabalho, que contemplava estudantes carentes e tinha como objetivo “associar auxílio financeiro e educação”. Porém nessa época os benefícios não eram expressivos e não garantiam a permanência no ensino superior.

A década de 1980 registrou marcos importantes, especificamente em outubro de 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que contou com a participação de pró-reitores, sub-reitores, decanos ou

responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IESs públicas do Brasil (SILVEIRA, 2012).

O FONAPRACE tinha por finalidade o fortalecimento das políticas de assistência aos estudantes das universidades federais e tinha por objetivos: formular políticas e diretrizes básicas que permitissem a articulação e o fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional; assessorar permanentemente a ANDIFES; participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém; promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos assemelhados (ANDIFES, 2019).

No fim da década de 1980, observamos outro marco histórico, a Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, resultado da pressão de diversos movimentos sociais, ao consolidar direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização.

Conforme Imperatori (2017), a regulamentação da política de educação ocorreu devido à Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96 que instituiu as diretrizes para os diferentes níveis de educação, e definiu alguns aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação.

A assistência estudantil na educação superior só foi regulamentada no ano de 2007, com a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), representando um marco histórico nas políticas públicas do ensino superior. Instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, no qual se efetivou por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, nas IFESs. O público-alvo da assistência estudantil é descrito no artigo 4º da Portaria Normativa, ao referir que as ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio (BRASIL, 2007).

No entanto, para Silveira (2012), o ano de 2010 configura-se como importante marco para Educação Brasileira em todos os níveis, pois nesse ano foi aprovado o Plano Nacional da Educação para os próximos dez anos (2011- 2020), entre as metas está a Assistência Estudantil inserida na meta 12 de “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos de idade, assegurando a qualidade da oferta”. Para operacionalizar tal política de democratização, o governo precisou

criar medidas tanto para a ampliação da rede no ensino superior quanto para garantia da permanência satisfatória dos jovens. Surgindo assim diversas Políticas Públicas de Educação Superior-PPEs (LAGO, 2018). As PPEs estão estruturadas com fundamento em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior.

Seguindo a premissa de políticas públicas de Assistência Estudantil, Vasconcelos (2010) as define como aquelas que podem ser entendidas como políticas que:

Envolvem todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideias de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação do profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência dos estudantes tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (VASCONCELOS, 2010, p.8).

O Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES que tem como finalidade ampliar as condições de permanência de jovens na educação superior pública federal. Conforme o artigo 2º do decreto, são objetivos do programa:

- I – Democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal;
- II – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

De acordo com o mesmo decreto, as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). Por sua vez, o PNAES deve ser considerado como Política de Estado, e não mais visto como ações pontuais de políticas de governo que marcaram o caminho da Assistência Estudantil no Brasil, pois após sua implementação nas universidades públicas federais, sentiu-se a necessidade de criar um programa voltado para as universidades públicas estaduais. Foi com esse intuito que o governo federal criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAEST através da Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010, para as instituições de educação superior públicas estaduais que participam do Sistema de Seleção Unificada (SISU), no intuito de oferecer recursos do governo federal para a promoção de ações voltadas à

assistência estudantil. Os recursos foram destinados exclusivamente às instituições estaduais de educação superior gratuitas – universidades e centros universitários – para o atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial (BRASIL, 2010). Entretanto, mesmo com a execução de políticas públicas do Governo Federal, destinadas à permanência estudantil nas IESs, observamos que a evasão ainda existe, o que exige uma atenção especial de todos os envolvidos na educação superior.

Zago (2006) e Portes (2006) configuram-se como referências na área, a primeira autora estudou a trajetória de estudantes de camadas populares no ensino superior da Universidade Federal de Santa Catarina, e Portes (2006) estudou a inclusão e permanência de estudantes pobres em cursos altamente seletivos na Universidade Federal de Minas Gerais, ambos os estudos revelam a trajetória de dificuldades, quanto ao acesso e à permanência na universidade, e deixam claro que as desigualdades sociais acompanham esses estudantes na sua caminhada estudantil, ainda Portes (2006) argumenta sobre a discriminação e constrangimento que este tipo de estudante sofre na universidade (LAGO, 2018).

Para a permanência estudantil no ensino superior, Nadir Zago apresenta detalhes dos custos pessoais de estudar em condições adversas, considerando a dificuldade de cumprir com as obrigações acadêmicas, na impossibilidade de participação em atividades fora do horário das aulas, assim como a não participação nas atividades sociais da turma, principalmente quando os estudantes se inserem em cursos mais elitistas (Zago, 2006).

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes ‘uma vitória’, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p. 233).

Nessa direção, a autora percebe que as camadas mais populares apresentam maiores dificuldades de permanecer no ensino superior. Por existência dessas dificuldades, é preciso promover políticas que garantam a permanência do aluno na universidade. A abordagem dos estudos citados faz referência ao propósito de democratização do ensino superior, oferecendo oportunidades de ingresso para pessoas de todas as classes sociais (Zago, 2006).

A universidade exerce um papel fundamental e importantíssimo no favorecimento da permanência no ensino superior, quando considerada a infraestrutura adequada aos estudantes, como por exemplo moradia estudantil, auxílio ao transporte, refeitório e apoio aos estudantes com deficiência física. Entretanto, ao identificar as causas da evasão, esperamos

que elas possam servir de auxílio para as IESs produzirem políticas e ações que promovam a permanência dos estudantes, garantindo uma assistência estudantil de qualidade.

De acordo com o estudo realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2006, intitulado “Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares”, Zago destaca que os estudantes que pertencem às camadas sociais subalternizadas enfrentam maiores problemas no que tange ao acesso e à permanência no ensino superior, seja pela dificuldade na escolha do curso a seguir; seja pelas próprias condições financeiras e/ou da família; pela origem social. Zago (2006) ainda destaca em seu estudo que:

É amplamente conhecida a tese de que “quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração”. Desse modo, falar globalmente de escolha significa ocultar questões centrais como a condição social, cultural e econômica da família e o histórico de escolarização do candidato. Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão (ZAGO, 2006, p. 231).

A questão social na visão da autora é influenciadora na escolha do curso a seguir, e que a maioria dos estudantes acaba escolhendo o curso de acordo com suas possibilidades financeiras, o que recai no conceito de que se o estudante não estiver cursando o curso desejado, aumentam as chances de evasão desse aluno.

No que tange às políticas de permanência oferecidas e implementadas pelas universidades públicas de modo geral, considerando que cada instituição possua a sua, ou que deveria possuir, que a questão social, financeira e a formação do estudante anterior à universidade são questões-chave para se repensar em como oferecer um ensino superior público gratuito de qualidade, mas voltado para a valorização do estudante que se encontra matriculado na instituição. O momento de escolha do curso é primordial para o bom desempenho do estudante, assim como para sua satisfação com a universidade e para a motivação necessária para continuar os estudos, ao longo de sua trajetória acadêmica.

Contudo, dentro da temática da garantia de permanência, o Programa de Bolsa de Permanência, estabelecido conforme Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013, tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das IFESs. O programa é uma das principais ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES que busca garantir a esses estudantes uma oportunidade para continuarem seus estudos e se formarem (BRASIL, 2013).

Para Assis (2013), a Política de Assistência Estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir a permanência dos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis no ensino superior. Mas, no entanto, alguns autores criticam a fragilidade do PNAES. Junquillo (2010) critica o PNAES sendo um programa criado pelo Decreto nº 7234/10, o que o torna uma política de governo e não de Estado, um programa de incentivos, onde até o termo “assistência” traz em seu bojo a intermitência de uma prática que fica ao sabor dos governos, mas como não é efetivamente uma política de Estado traz em si insegurança e ineficácia.

Enquanto não houver o amparo de legislações específicas que regulamentem as ações de assistência estudantil nas universidades federais, estaduais, municipais ou particulares, o cenário é de um assistencialismo estudantil, aqui entendido como “ofertas de serviços por meio de doações, favores, interesse ou boa vontade de alguém”, conforme clara definição encontrada na Cartilha de Assistência Social do Conselho Federal de Serviço Social. O assistencialismo é, assim, considerado o oposto daquilo que se entende como direito social, é um favor ou doação. Quando estudiosos alegam a necessidade de ampliação da Assistência Estudantil, referem-se a direitos de igualdade de condições quanto aos recursos necessários à graduação (LAGO, 2018). Nesse sentido, Vasconcelos (2010) define a Assistência Estudantil a partir de sua finalidade, que seria proporcionar aos estudantes os recursos necessários para superação dos obstáculos na trajetória acadêmica, diminuindo os trancamentos de matrículas e índices de evasão.

No que tange ao papel do Estado com suas Políticas Públicas de Assistência Estudantil, esperamos que o mesmo possa repensar suas estratégias nas condições de financiamento estudantil, uma vez que os recursos para bolsa-auxílio, muitas vezes, não conseguem suprir as necessidades básicas dos estudantes carentes. Este é um fator importante na pauta da Política de Assistência Estudantil do Estado, que precisa urgentemente analisar novas propostas e reformular as PPEs. Em 2009, a 2ª Conferência Mundial de Ensino Superior, realizada em Paris, já destacava a importância de o estudante receber um auxílio financeiro e educacional adequados, principalmente para aqueles que vivem em comunidades pobres e/ou marginalizadas (UNESCO, 2009).

Independentemente das controvérsias e das críticas às políticas públicas de Assistência Estudantil, a temática está presente no contexto atual das universidades públicas e privadas. O Ministério da Educação, por meio de seus programas de Assistência Estudantil, implementa

ações voltadas para a inclusão, financiamento estudantil e manutenção, para fortalecer a permanência do estudante carente no ensino superior.

Por fim, destacamos a necessidade da existência dos programas de assistência estudantil nas universidades, uma vez que contribuem para amenizar a falta de recursos dos estudantes para o custeio de despesas básicas, ao mesmo tempo que é visto como ação pontual da universidade no combate à evasão, ao assegurar, de certo modo, a permanência de seus estudantes. Adiante, apresentamos o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais, que regulamentou a aplicação dos benefícios advindos do Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES).

2.3 O Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Minas Gerais

O Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES foi instituído na Universidade do Estado de Minas Gerais pela Lei Estadual nº 22.570, de 05 de julho de 2017, que se refere às políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado de Minas Gerais, e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 47.389 de 23 de março de 2018. O programa foi criado com o propósito de ampliar as condições de permanência dos jovens que estudam nas universidades públicas estaduais do Estado de Minas Gerais, atendendo prioritariamente às categorias de benefícios com moradia; alimentação; transporte; auxílio-creche e apoio didático e pedagógico (UEMG, 2018). No entanto, existem outras ações vinculadas às ações de assistência estudantil do PEAES que podem ser desenvolvidas nas áreas de atenção à saúde; inclusão digital; cultura e esporte.

De acordo com o Decreto nº 47389/18, em seu artigo 2º, são considerados objetivos do PEAES a democratização da permanência dos estudantes no tocante aos cursos de graduação e pós-graduação, assim como na modalidade de ensino de cursos técnicos de nível médio, mantidos pela UEMG; Buscar a viabilização da igualdade de oportunidades de acesso, buscando minimizar a desigualdade social quando da permanência dos estudantes na universidade; espera-se aumentar a taxa de conclusão, visando a redução das taxas de retenção e evasão, e conseguinte, o programa visa apoiar o desenvolvimento acadêmico, social, cultural e profissional dos estudantes, buscando favorecer efetivamente para a promoção da inclusão social pela educação (UEMG, 2018). Conforme disposto no artigo 3º do mesmo decreto, o PEAES deve ser implementado e executado de forma articulada com as

atividades de ensino, pesquisa e extensão, para o atendimento de estudantes regularmente matriculados (UEMG, 2018).

São atendidos pelo programa, prioritariamente, os estudantes que atendem aos requisitos previstos na Lei Estadual nº 22.570 que regulamenta a reserva de 45% das vagas para candidatos de baixa renda que sejam egressos de escola pública, uma vez que parte dessas vagas são reservadas para negros e indígenas, como também a reservar 5% das vagas para pessoas com deficiência.

A UEMG, após o embasamento legal, iniciou a formação de uma comissão, para assim, publicar o edital para o acesso ao benefício. Conforme informações divulgadas no site da universidade, para o ano de 2019, foram disponibilizados 874 benefícios para os estudantes, distribuídos dentre as 20 unidades acadêmicas, com valores de auxílio variando de R\$ 150,00 a R\$ 200,00, dependendo da modalidade solicitada pelo estudante.

De acordo com o Edital 01/2019, publicado pela UEMG em 19 de março de 2019, os valores e períodos abaixo estão em conformidade com o anexo do Decreto 47.389/2018, sendo:

- Moradia: subsídio pecuniário mensal, pelo período de até doze (12) meses, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), destinado ao suporte para custear parte das despesas com moradia até a conclusão da primeira graduação;
- Transporte: subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), pelo período de até dez (10) meses, dentro do ano letivo, destinado a contribuir para parte do custeio das despesas de deslocamento do estudante para atividades acadêmicas regulares;
- Alimentação: subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ R\$ 120,00 (cento e vinte reais), pelo período de até dez (10) meses, dentro do ano letivo, destinado a contribuir para parte do custeio das despesas com alimentação do estudante;
- Creche: subsídio pecuniário mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), destinado ao suporte do custo de parte das despesas com a creche dos filhos ou filhas do estudante, pelo período de até dez (10) meses, dentro do ano letivo;
- Apoio didático e pedagógico a pessoas com necessidades educativas especiais: Subsídio pecuniário mensal, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), pelo período de dois (02) meses, destinado aos estudantes que apresentem deficiência física, intelectual ou sensorial (auditiva ou visual), como também transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

O Quadro 2 ilustra a distribuição percentual dos recursos por benefícios:

Quadro 2 - Distribuição Percentual dos recursos por benefícios.

BENEFÍCIOS	PERCENTUAL
Benefício Moradia	25%
Benefício Transporte	20%
Benefício Alimentação	40%
Benefício Creche	10%
Apoio didático e pedagógico a pessoas com necessidades educativas especiais.	5%

Fonte: UEMG, (2019).

O PEAES considera como critérios de desempate: o candidato que não tiver vínculo profissional ou empregatício; candidato que não possua domicílio eleitoral, quando do ingresso à universidade na cidade onde se localiza o seu curso; candidato que possuir maior número de dependentes e candidato que possuir a maior idade.

Com a implementação do PEAES, a UEMG atua na democratização do acesso ao ensino superior e oportuniza condições de permanência para seus estudantes carentes que necessitam de assistência estudantil. No entanto, devemos compreender que o programa de assistência estudantil da UEMG é importante e necessário para os estudantes carentes da instituição, mas quando se trata de sua condição de incentivo à permanência dos estudantes, o programa não considerou a realidade de cada unidade acadêmica, distribuindo o mesmo valor de subsídio pecuniário mensal para todas as unidades.

Conforme informações constantes no Edital 01/2019, de inscrição e seleção para benefícios do Programa de Estadual de Assistência Estudantil – PEAES, publicado em março de 2019 no site da instituição de ensino, os subsídios concedidos para alimentação, moradia e transporte são essenciais para os estudantes, porém quando se analisa o valor destinado para cada subsídio, percebemos que o mesmo é escasso. Por exemplo, o valor do subsídio mensal para alimentação é de R\$ 120,00, considerando que o estudante tenha somente esta fonte de renda, dificilmente com esse valor ele conseguirá se alimentar, durante todo o mês. No tocante ao valor do subsídio para moradia (R\$250,00 mensal), é possível que o estudante encontre repúblicas estudantis para morar, mas ao procurar por repúblicas disponíveis, se ele selecionar apenas pelo critério preço, e não levar em consideração por exemplo, a localização do imóvel no município, o número de moradores, se é quarto individual ou para dividir com outro estudante, poderá ter despesas extras que o valor da bolsa se torna insuficiente.

Quanto ao subsídio estabelecido para transporte, o estudante receberá o valor mensal de R\$ 150,00 para custear o deslocamento de sua residência até a universidade. Para tanto,

acreditamos que o valor do subsídio para transporte não será satisfatório para os estudantes, devido ao município de cada unidade da UEMG possuir valor diferente para os bilhetes de passagens, já considerando os descontos para os estudantes universitários.

Portanto, ao considerarmos que o programa de assistência estudantil da UEMG está no primeiro ano de sua implementação em todas as unidades, atendendo à uma demanda histórica de seu corpo discente, não é possível assegurar, neste momento, que o programa cumpra com seus objetivos, mas esperamos que ele permita e assegure aos alunos carentes, oportunidades para que todos consigam permanecer matriculados, frequentes às aulas na instituição, e que consigam custear suas necessidades básicas e, principalmente, que cada um tenham condições favoráveis para concluir a graduação.

A seguir, a terceira seção apresenta os percursos metodológicos adotados na investigação, as causas da evasão sob o olhar dos estudantes evadidos e a proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração.

3 A EVASÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UEMG – PASSOS – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa seção apresenta os percursos metodológicos adotados na investigação, seguida pela apresentação e discussão dos resultados da pesquisa realizada com alunos evadidos do curso de Administração da UEMG – unidade de Passos, e, apresenta a proposta para enfrentamento da evasão no curso de administração que será entregue ao Diretor da unidade.

3.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa se apresenta como um estudo de caso e utiliza a abordagem qualitativa, na qual há um processo investigativo acerca do problema. Por se tratar de pesquisa que envolve diversos significados, valores, crenças e atitudes, busca compreender as relações dos processos e/ou fenômenos. (Minayo, 2001).

Em relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como explicativa com uma aproximação à descritiva, tendo em vista que se pretende descobrir as causas para a ocorrência da evasão no curso de administração da UEMG – unidade Passos. Para Gil (2018, p. 28), as pesquisas explicativas “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Quanto às pesquisas descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer as principais causas da evasão no curso de graduação em Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos, por alunos ingressantes pelo sistema SISU, como objetivos específicos foram elencados: levantar a quantidade de estudantes que ingressaram no curso de Administração pelo Sistema de Seleção unificada (SISU) entre 2015 a 2018; conhecer o perfil socioeconômico dos alunos do curso de Administração que ingressaram na universidade pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no período de 2015 a 2018; identificar as causas que mais contribuíram para a evasão, e elaborar uma proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Passos.

Quanto aos procedimentos desta pesquisa, realizou-se inicialmente uma revisão bibliográfica, que por meio da leitura (na íntegra ou fragmentos) de livros e artigos ou periódicos, dissertações e teses, que tratam de temas relativos a esse estudo, a saber: ensino superior brasileiro, políticas públicas para a juventude, juventudes no Brasil, e, a evasão no

ensino superior, que possibilitou a compreensão de como esses temas se constituíram historicamente, permitindo assim o delineamento de hipóteses a respeito da evasão no ensino superior.

Foram considerados estudantes evadidos, aqueles que abandonaram o Curso de Graduação em Administração ofertado pela UEMG – unidade Passos no período de 2015 a 2018, e que ingressaram pelo sistema SISU, e que, estudavam nos turnos matutino e noturno. Ressalta-se que são considerados estudantes evadidos também, os que solicitaram transferência para outro curso, e aqueles que formalizaram o pedido de desistência no Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, da instituição de ensino pesquisada.

Os participantes da pesquisa são os jovens estudantes evadidos que ingressaram no curso de administração pelo SISU no período de 2015 a 2018, de ambos os sexos, com idade entre 17 a 29 anos, que residem no município de Passos e demais municípios com distância de até 100 km da unidade de ensino. Destaca-se que a escolha dos jovens estudantes que ingressaram no curso pelo SISU se deu em razão do processo de estadualização da antiga FESP em novembro de 2014, que se tornou UEMG unidade Passos, passando a reconhecer o SISU como uma das formas de ingresso na universidade a partir de 2015. Ressalta-se que a definição da faixa etária da pesquisa, se deu pela intenção de conhecer características dos estudantes que se enquadram na categoria jovens, e portanto, em conformidade a Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que considera jovens as pessoas com idade entre 15 a 29 anos de idade.

A identificação dos estudantes evadidos precedeu-se primeiramente pela realização de buscas nos diários acadêmicos do período de 2015 a 2018, a cada início de semestre, para identificar os estudantes matriculados no curso e que por algum motivo, não renovaram sua matrícula e não estavam frequentes no curso no semestre seguinte. Após a identificação dos nomes dos estudantes evadidos, juntamente com a secretaria acadêmica da instituição, realizou-se uma nova busca para encontrarmos o cadastro do estudante, que possibilitou o acesso ao número de telefone residencial e celular de cada estudante evadido do curso.

Após o fim das buscas, identificamos 12 estudantes evadidos do curso de administração que haviam ingressado na UEMG por meio do SISU, no entanto, desse quantitativo, um estudante estava fora da faixa etária definida, resultando em 11 estudantes evadidos no período de 2015 a 2018.

3.1.2 As entrevistas

A entrevista do tipo semiestruturada foi o instrumento utilizado para obter informações necessárias para chegar às respostas dos objetivos da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2008), a entrevista é um “Encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conservação de natureza profissional”. A opção pela entrevista semiestruturada foi feita, por apresentar maior liberdade de participação dos entrevistados, partindo de um diálogo onde é possível obter maior aprofundamento das opiniões e contar com outras contribuições importantes sobre o tema, mas que não foram contempladas no roteiro, ainda assim possibilitaram uma maior troca de opiniões entre os sujeitos: o entrevistador e o entrevistado.

O processo de entrevista foi realizado por meio de um roteiro estruturado contendo 17 questões, realizado após um cuidadoso estudo e observação de modelos disponíveis e que já foram utilizados em outros trabalhos de pesquisa sobre a temática evasão no ensino superior, buscando atender aos objetivos da pesquisa e as questões a serem investigadas.

O roteiro de entrevista para os estudantes evadidos abordou os temas: perfil do estudante evadido, trajetória escolar até a universidade, os motivos para escolha da instituição de ensino, as razões para escolha do curso, o percurso até a universidade, o convívio do estudante com os colegas de sua turma e com os professores, ajuda financeira para custear despesas com o curso, os motivos e/ou dificuldades que contribuíram para desistir/abandonar o curso, a situação do estudante após o abandono do curso, as oportunidades de integração entre estudantes e professores oferecidas pela instituição e as opiniões dos estudantes evadidos acerca do que a instituição de ensino pode fazer para combater a evasão no curso (Apêndice A).

Para que fosse possível a realização das entrevistas, de posse dos contatos telefônicos dos alunos evadidos, entramos em contato com os 11 estudantes evadidos para informá-los sobre os objetivos do estudo e convidá-los a participar. No entanto, destaco que esse foi um momento complicado, uma vez que muitos dos estudantes sentiram-se receosos em participar, principalmente ao informar que a entrevista seria gravada. Diante do receio do primeiro contato, foi feito um novo contato para uma nova conversa, que resultou na confirmação de participação de apenas oito estudantes, realizadas entre julho e setembro de 2019, com agendamento do local, dia e horário de acordo com a disponibilidade de cada estudante.

Foi realizado de um pré-teste com um estudante evadido para avaliação da efetividade do roteiro da entrevista, das dificuldades apresentadas pelo estudante ao responder as

perguntas, e da possível necessidade de adequações no roteiro. Ao início de cada entrevista, os estudantes eram instruídos quanto aos objetivos do estudo, e as dúvidas eram totalmente esclarecidas, seguida pelo preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B).

A pesquisa, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP – Campus Marília, obteve aprovação do Comitê conforme Parecer nº. 3.123.232, de 28 de janeiro de 2019 (Anexo A). As entrevistas foram audiogravadas e transcritas na íntegra, e buscando preservar o anonimato dos estudantes participantes, as transcrições completas não foram anexadas nos apêndices, e os verdadeiros nomes foram substituídos por nomes fictícios.

3.2 A evasão na perspectiva dos estudantes evadidos

A partir da análise das entrevistas com oito estudantes do Curso de Administração da UEMG – unidade Passos, será apresentado abaixo o perfil dos estudantes evadidos – distribuído segundo as subcategorias: idade, cor/etnia, filho(a), estado civil, sexo e renda familiar; posteriormente serão apresentados a trajetória escolar até a universidade, os motivos para a escolha da universidade, as razões para escolha do curso e, informações referente à moradia, percurso, trabalho, questões que envolvem convívio com estudantes e professores, despesas para custeio de despesas com o curso, e por fim será apresentado os motivos e/ou dificuldades que contribuíram para a desistência/abandono do curso, a situação do estudante (se retornou aos estudos ou não), oportunidades de integração ofertados pela universidade e sugestões para o combate à evasão no curso de administração. No que concerne ao gênero, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, sendo seis mulheres e dois homens, e evidencia-se que os quatro estudantes evadidos que não desejaram participar da entrevista eram homens, portanto, as mulheres apresentaram maior disponibilidade para contribuir com sua participação na pesquisa.

3.2.1 Perfil do estudante evadido e Trajetória escolar

A seguir, são apresentadas informações fornecidas pelos oito estudantes entrevistados quanto a faixa etária, cor/etnia, se possuem filhos, estado civil, renda mensal familiar, moradia e ajuda financeira para despesas com o curso durante o período em que frequentavam o curso de administração e sua trajetória escolar até chegar na universidade.

Idade

Conforme as informações apresentadas do gráfico abaixo, os estudantes evadidos que participaram da pesquisa possuem idade entre 20 a 29 anos.

Quadro 3 - Idade dos estudantes evadidos

ESTUDANTE EVADIDO	IDADE
Beatriz	21 anos
Daniela	27 anos
Fernanda	25 anos
Felipe	26 anos
Natália	29 anos
Maria	25 anos
Rafael	29 anos
Renata	26 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De acordo com as informações apresentadas no quadro 3, apenas a estudante Beatriz possui faixa etária abaixo dos 25 anos, enquanto a maioria dos estudantes possuem faixa etária de 25 a 29 anos.

A faixa etária da maioria dos estudantes evadidos do curso de Administração, está em conformidade com os resultados da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2018, na qual a faixa etária de 25 a 29 anos representou a maior quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil, com 1.614.821 estudantes matriculados (INEP, 2019).

Quanto ao ingresso imediato do estudante no ensino superior após a conclusão do ensino médio, evidenciamos que dos oito estudantes evadido, apenas Beatriz declarou que ingressou de imediato no ensino superior após o término do ensino médio. Os demais estudantes relataram a existência de algumas barreiras que dificultaram o ingresso na universidade após concluírem o ensino médio, como a situação financeira da família, a indecisão em relação ao curso, a pressão da família para conseguir um emprego e a falta de interesse em continuar os estudos.

Por fim, destacamos o relato da estudante Natália, ao declarar que seu ingresso na universidade somente foi possível após dez anos da conclusão do ensino médio, pois durante esse período, ela se casou, tornou-se mãe e pouco tempo depois se divorciou, priorizando nesse momento da vida a constituição da família.

Cor/Etnia

O Quadro 4 apresenta a definição dada pelos próprios(as) estudantes acerca de sua cor/etnia.

Quadro 4 – Cor/Etnia dos estudantes evadidos

ESTUDANTE EVADIDO	COR/ETNIA
Beatriz	Branca
Daniela	Branca
Fernanda	Negra
Felipe	Branco
Natália	Branca
Maria	Branca
Rafael	Negro
Renata	Branca

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No que tange a cor/etnia dos estudantes evadidos, destacamos que apenas Fernanda e Rafael se declararam negros e ambos ingressaram na universidade por meio do SISU, especificamente nas vagas do PROCAN – Programa de Seleção Socioeconômica.

O PROCAN/UEMG refere-se à Política de Reserva de Vagas da Universidade, que visa a atender aos candidatos que apresentam renda mensal por pessoa do núcleo familiar, no valor de até 1 ½ (um e meio) salário-mínimo vigente no Estado de Minas Gerais e/ou que façam parte de uma das categorias previstas na Lei Estadual nº 22.570/2017¹⁰.

Filho(a)

O quadro 5 apresenta informações referentes aos estudantes evadidos que possuem ou não filhos.

Quadro 5 – Filhos

ESTUDANTE EVADIDO	FILHO(A)
Beatriz	Não
Daniela	Não
Fernanda	Não
Felipe	Não
Natália	Sim, 1 filha
Maria	Não
Rafael	Sim, 2 filhas

¹⁰ De acordo com a Lei nº 22.570/2017, referente ao Programa de Seleção Socioeconômica da Universidade do Estado de Minas Gerais, são categorias previstas na referida lei: os candidatos que se declaram negros, indígenas de baixa renda e oriundos de escola pública; candidatos que declaram baixa renda, egressos de escola pública e por fim candidatos com deficiência.

Renata	Não
---------------	------------

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Considerando as informações do quadro 5, referente aos estudantes que possuem filhos ou não, ressaltamos que apenas os dois estudantes com maior faixa etária possuem filhos, Natália (uma filha) e Rafael (duas filhas).

Estado Civil

Quadro 6 – Estado Civil dos estudantes evadidos

ESTUDANTE EVADIDO	ESTADO CIVIL
BEATRIZ	Solteira
DANIELA	Solteira
FERNANDA	Solteira
FELIPE	Solteiro
NATÁLIA	Divorciada
MARIA	Solteira
RAFAEL	Casado
RENATA	Solteira

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto ao estado civil dos oito estudantes evadidos entrevistados, seis são solteiros com idade entre 21 a 28 anos e não possuem filhos, enquanto os outros dois estudantes ambos com 29 anos de idade, um é casado e tem duas filhas e a outra é divorciada e tem uma filha.

Renda Familiar

No que tange a renda mensal familiar dos estudantes evadidos, apenas a estudante Beatriz não soube informar a renda mensal da família. No entanto, em relação a renda familiar mensal informada pelos outros sete estudantes evadidos, ao efetuamos a soma dos valores informados por eles, encontramos como resultado uma renda total mensal de R\$ 27.832,00.

Entretanto, quando comparamos as rendas mensais informadas pelos estudantes evadidos entrevistados, percebemos Daniela, Felipe e Rafael declararam possuir renda familiar mensal acima de quatro salários-mínimos e, que somadas juntas, concentram 71,11% da renda do total dos estudantes da pesquisa, enquanto os demais estudantes evadidos declararam possui renda familiar abaixo de três salários-mínimos, o que equivale a 28,89% em relação ao total da renda familiar dos oito estudantes evadidos entrevistados.

Quadro 7 – Comparativo entre renda familiar mensal e quantidade de moradores no domicílio.

Estudante Evadido	Renda Familiar Mensal	Quantidade moradores no domicílio
BEATRIZ	Não soube informar	5
DANIELA	R\$ 4.000,00	3
FERNANDA	R\$ 3.000,00	2
FELIPE	R\$ 6.500,00	4
NATÁLIA	R\$ 934,00	4
MARIA	R\$ 998,00	3
RAFAEL	R\$ 10.000,00	4
RENATA	R\$ 2.400,00	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme as informações apresentadas no quadro 5, somente a estudante Beatriz disse não saber o valor da renda mensal da família, mas declarou que dessa renda sobrevivem 5 pessoas.

Nota-se que dos oito estudantes evadidos entrevistados, apenas Rafael possui renda familiar mensal superior aos demais (R\$10.000,00), em contraste com a renda da estudante Natália que declarou possuir uma renda familiar mensal de apenas de R\$ 934,00¹¹. Essa discrepância pode ser observada também quando comparamos a renda familiar do estudante Rafael com a renda familiar da estudante Maria, que é solteira, oriunda de escola pública e mora com a mãe. Porém a situação da estudante Natália é a mais complicada entre os oito estudantes evadidos, divorciada, tem uma filha, mora com os pais e não trabalha, e sobrevive com renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo.

A renda familiar é considerada um fator determinante para evasão no ensino superior, principalmente para estudantes financeiramente carentes. O estudo de Cislighi (2008) corrobora com a narrativa, ao destacar o Modelo Integrado de Permanência desenvolvido pelos estudiosos Alberto F. Cabrera, Maria B. Castañeda, Amaury Nora e Dennis Hengstler (1992), levava em conta a variável renda, ao afirmarem que a ajuda financeira e as atitudes dela decorrentes refletem positivamente no equilíbrio das oportunidades de ingresso de estudantes financeiramente carentes. Além disso, evita que o estudante seja forçado a assumir uma carga de trabalho que venha a prejudicar o seu desempenho acadêmico ou mesmo interromper os seus estudos (CISLAGHI, 2008).

¹¹ Em janeiro de 2019, o valor do salário-mínimo passou a ser R\$ 998,00.

No que tange a trajetória escolar dos estudantes evadidos antes do ingresso no curso de administração, constata-se que seis estudantes evadidos apresentam uma bagagem de conhecimento oriunda de escolas públicas e apenas dois de escolas privadas.

Evidenciamos na trajetória escolar dos estudantes evadidos, o fato de alguns não terem ingressados no ensino superior de imediato após o término do ensino médio, Fernanda e Maria por exemplo, terminaram o ensino médio e só ingressaram na universidade após quatro anos. Natália, por sua vez, demorou mais tempo do que os demais, concluiu o ensino médio e ingressou na universidade após 10 anos, maior intervalo de tempo entre todos os entrevistados.

Quadro 8 – Trajetória escolar dos estudantes evadidos até a universidade.

Quadro 8 – Trajetória escolar

Estudante Evadido	Trajetória escolar Escola Pública / Escola Privada
BEATRIZ	Escola privada
DANIELA	Escola pública
FERNANDA	Escola Pública
FELIPE	Escola pública
NATÁLIA	Escola pública
MARIA	Escola pública
RAFAEL	Escola privada
RENATA	Escola pública

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fazendo-se um cruzamento com as respostas da renda familiar mensal com a trajetória escolar dos estudantes evadidos, percebe-se que Rafael apresenta maior renda familiar entre os demais, justificando a capacidade financeira da família para pagar escola privada. Como Beatriz não soube especificar a renda familiar e, também realizou os estudos em escola privada, há duas possíveis constatações, ou a família tinha condições financeiras para pagar escola privada ou estudou na condição de bolsista.

As informações contidas no quadro 6 revelam ainda que até chegar à universidade, a maioria dos estudantes são provenientes de escolas públicas, e apenas dois estudos de escolas privadas, o que aparentemente pressupõe a uma verdadeira democratização do acesso ao ensino superior para as universidades públicas, mas por outro lado, Oliveira (2016) afirma que o ENEM e SISU enquanto política pública, não conseguiram de fato realizar uma efetiva democratização. Na perspectiva da autora, o ENEM visto como democratizador das oportunidades de ingresso ao ensino superior não contribui efetivamente para uma sociedade

considerada justa, ao considerar o mecanismo de seleção inserido em uma sociedade meritocrática, justamente pelo sistema educacional de nível superior extremamente seletivo, o que dificulta a interpretação de que o ENEM seja provedor da democratização do acesso à universidade pública, mas que, colabora de certa maneira para a realização de um processo unificado, produzindo um certo controle e visibilidade.

A problemática da trajetória escolar do estudante vai muito além de definir se o mesmo é proveniente de escola pública ou privada, uma vez que o SISU monitora a probabilidade de ingresso em cursos de graduação pela nota que o estudante obteve no ENEM, ou seja, autores continuam afirmando que estudantes provenientes de escolas privadas ainda conseguem se sobressair melhores do que aqueles de escolas públicas.

3.2.2 Custeio de despesas, moradia, trabalho, transporte e custeio de despesas dos estudantes evadidos entrevistados

Os estudantes declararam se residiam em Passos ou em outro município, com quem moravam (família, amigos, república) durante o período em que frequentavam o curso de administração, o meio de transporte utilizado para deslocamento até a universidade e se recebiam algum tipo de ajuda financeira (família, trabalho, programa de assistência estudantil da UEMG) para custear as despesas com o curso (Alimentação, transporte, material didático). Vejamos as respostas dadas pelos estudantes entrevistados.

Quadro 9 – Situação de moradia, deslocamento até a universidade e custeio de despesas

Estudante Evadido	Situação de moradia	Deslocamento até a universidade	Custeio de despesas
Beatriz	Morava com os pais em Passos.	Pegava carona com amigos e alguns dias os pais levavam até a universidade.	Os pais ajudavam com dinheiro para custear despesas com alimentação e material didático (xerox) e não recebia ajuda do programa de assistência estudantil da UEMG.
Daniela	Morava em república com amigas em Passos.	Algumas vezes conseguia carona e outras vezes ônibus.	Os pais ajudavam um pouco no custeio das despesas, e o restante custeava com o próprio salário e não recebia ajuda de custo do programa de assistência estudantil da UEMG.
Fernanda	Morava com sua mãe em Passos.	Se deslocava de veículo próprio.	Não recebia ajuda de custo do programa de assistência estudantil da UEMG, pois sua mãe ajudava a custear as despesas e o restante custeava com o próprio salário.
Felipe	Morava com seu	Se deslocava de	O estudante custeava suas despesas

Natália	pai, mãe e irmã em Passos.	motocicleta própria até a universidade.	com seu próprio salário. O estudante levava lanche para sua alimentação na universidade.
	Morava com sua família em São José da Barra – MG.	Se deslocava de ônibus gratuito oferecido pela prefeitura de São José da Barra, localizada a uma distância de 30km de Passos.	Os pais ajudavam um pouco no custeio das despesas com o curso. Para se alimentar na universidade, a estudante preparava um lanche em casa para se alimentar no período em que estava na universidade.
Maria	Morava com a mãe e irmã em Passos.	Se deslocava a pé, demorando até (01h, 30 min) para chegar até a universidade.	Não recebia ajuda para custeio de despesas. As vezes levava lanche de casa para a universidade.
Rafael	Morava com sua esposa e filhas em Passos.	Se deslocava em carro próprio até a universidade.	Não recebia ajuda de custos, pois custeava as despesas do curso com o salário que recebia do trabalho. Levava lanche de casa para a universidade.
Renata	Morava em república	Algumas vezes conseguia carona e outras vezes ônibus.	Recebia ajuda dos pais para custeio de despesas com o curso.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Verifica-se pelo quadro acima que Fernanda, Felipe e Rafael possuem meio de transporte próprio, o que facilita o deslocamento até a universidade. Beatriz contava com o apoio dos pais para realizar o deslocamento até a universidade. Entre os demais estudantes, destacam-se Maria e Natália, a primeira morava com a mãe e irmã e se deslocava a pé de sua residência até a universidade e caminhava aproximadamente uma hora e trinta minutos; Natália residia no bairro de Furnas, município de São José da Barra, que fornecia transporte gratuito aos estudantes que estudavam em Passos, morava com seu pai, sua mãe e sua filha e levava lanche de casa para se alimentar na universidade.

Trabalho

De acordo com as informações descritas no quadro 9 - Custeio de despesas, moradia, transporte e custeio de despesas dos estudantes evadidos entrevistados, apenas a estudante Renata não trabalhava quando cursava o curso de administração. Entre os demais estudantes, todos trabalhavam. Beatriz esclareceu que trabalhava, mas que não utilizava seu dinheiro para

custear despesas com o curso, e que seus pais eram responsáveis por esse custeio. A estudante Maria relatou que não conseguiu trabalho no primeiro ano de curso, conseguindo ser contratada para uma vaga de estágio no segundo ano, que contribuiu para custear as despesas no curso afirma ter conseguido um emprego logo após o término do estágio, no início do terceiro período de curso. Entretanto, apenas as estudantes Natália e Renata declararam que não trabalhavam.

Quadro 10 – Perfil dos estudantes evadidos entrevistados – Trabalho e dedicação integral aos estudos.

Estudante Evadido	Trabalho Sim / Não	Utilizava seu salário para custear despesas com o curso?	Dedicava-se integralmente aos estudos?
Beatriz	Sim	Não	Não
Daniela	Sim	Sim	Não
Fernanda	Sim	Sim	Não
Felipe	Sim	Sim	Não
Natália	Não	Não se aplica	Não
Maria	Sim (estágio)	Sim	Não
Rafael	Sim	Sim	Não
Renata	Não	Não se aplica	Sim

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Diante das informações do quadro 10, notamos que apenas as estudantes Natália e Renata não trabalhavam, e que apenas Renata se dedicava integralmente aos estudos, enquanto Natália dividia seu tempo entre os estudos e sua filha. Porém, os demais estudantes articulavam-se entre trabalho e universidade. No que tange a questão das finanças, Cabrera *et al.* (1992, *apud* Cislighi, 2008) concluíram que a ajuda financeira e as atitudes dela decorrentes refletem positivamente no equilíbrio das oportunidades de ingresso de estudantes financeiramente carentes, como também na facilidade de integração desse contingente de estudantes com os componentes acadêmicos e sociais da instituição.

Ao confrontarmos renda familiar, trabalho e custeio de despesas com o curso, percebemos que somente Felipe e Rafael trabalham e utilizam seu salário para custear as despesas com o curso e, coincidentemente são eles que declararam maior renda familiar mensal. Ressaltamos que a estudante Beatriz trabalhava, declarou que não utilizava seu salário para custear as despesas com o curso, pois recebia ajuda da família para custear os estudos.

Quadro 11 - Período em que o estudante estava matriculado quando ocorreu a evasão do curso de administração.

Estudante Evadido	Período em que o estudante estava cursando quando ocorreu a evasão do curso
Beatriz	4º período
Daniela	2º período
Fernanda	5º período
Felipe	6º período
Natália	1º período
Maria	3º período
Rafael	6º período
Renata	1º período

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O período de evasão do estudante é um dado importante, uma vez que o curso de Administração é composto de oito períodos. Observamos que Natália e Renata tomaram a decisão no primeiro período do curso e Daniela no segundo período, isto é, três situações em que a evasão ocorreu no primeiro ano do curso. Maria declara ter tomado essa decisão no terceiro período e Beatriz no quarto período, totalizando, no segundo ano, duas situações de evasão. Acumulando-se o primeiro e segundo ano, podemos verificar que quatro dessas situações são tomadas nos dois primeiros anos de curso, indicando que 50% das situações de evasão ocorreram nos quatro primeiros períodos do curso. Fernanda tomou a decisão no quinto período, seguido por Felipe e Rafael no sexto período, demonstrando quatro situações de evasão, indicando que os outros 50% das situações de evasão ocorreram no terceiro ano de curso. Ressalta-se que não foram encontradas situações de evasão no sétimo e oitavo período, que corresponde ao quarto ano de curso.

A evasão de estudantes no primeiro período de curso pode ser provocada por muitos fatores que contribuem para o estudante se evadir do curso, como a incompatibilidade entre horários de trabalhos e de estudo, distância do local de moradia para a universidade, motivo da escolha do curso etc. Nesse caso Cislighi (2008) corrobora ao afirmar que apesar dos conhecimentos possivelmente concebidos para entender e atuar nos fatores motivadores da evasão de estudantes no decorrer do início da graduação, a evasão é interpretada como um fenômeno que ocorre em qualquer momento ao longo da duração do curso, inclusive quando o estudante tiver sucesso no primeiro ano do curso (Cislighi, 2008).

Realizamos o cruzamento dos dados entre renda familiar, quantidade de moradores no domicílio e o período em que se deu a evasão no curso para verificarmos a relação entre as três variáveis. Vejamos no quadro 12 os resultados obtidos do cruzamento dos dados.

Quadro 12 – Cruzamento dos dados – Renda familiar, quantidade moradores no domicílio e o período da Evasão no curso.

Estudante Evadido	Renda Familiar	Quantidade moradores no domicílio	Evasão – período
Beatriz	Não soube informar	5	4º período
Daniela	R\$ 4.000,00	3	2º período
Fernanda	R\$ 3.000,00	2	5º período
Felipe	R\$ 6.500,00	4	6º período
Natália	R\$934,00	4	1º período
Maria	R\$ 998,00	3	3º período
Rafael	R\$ 10.000,00	4	6º período
Renata	R\$ 2.400,00	3	1º período

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Podemos observar que dos oito estudantes evadidos entrevistados, Rafael por possuir a maior renda familiar, oferece aos quatro moradores no domicílio uma renda mensal de R\$2.500,00 por pessoa, e entre os demais estudantes evadidos, foi ele que permaneceu mais tempo no curso de administração, evadindo do curso no 6º período, faltando apenas dois períodos para concluir o curso.

A realidade da estudante Natália do estudante Rafael, evidencia uma desigualdade expressiva em relação aos dois. A situação da estudante Natália, que depende da renda de seus pais, no valor R\$ 934,00 mensal, morando com seus pais e sua filha, totalizando quatro moradores no domicílio, o que corresponde a uma renda mensal de apenas R\$233,50 por pessoa, enquanto Rafael possui uma renda familiar de R\$10.000,00 mensal, morando com sua esposa e duas filhas, o que corresponde a uma renda mensal de R\$ 2.500,00 por pessoa. No entanto, vale ressaltar que a estudante relata que estava desempregada na época que cursava administração, residia no bairro de Furnas, pertencente ao município de São José da Barra, localizado a uma distância de aproximadamente 32 km de Passos, mesmo com transporte gratuito, percebe-se as dificuldades financeiras da família para custear os estudos.

3.2.3 Percepção dos estudantes evadidos entrevistados com a universidade

Neste subitem são abordados os seguintes temas: escolha da universidade, do curso de administração, turno em que estudava, dificuldades para acompanhar o curso, convívio com estudantes e professores e as atividades de integração entre estudantes e professores.

Quadro 13 – Percepção dos estudantes evadidos acerca da escolha da UEMG e do curso de administração

Estudante evadido	Escolha da Universidade	Escolha do curso	Turno
Beatriz	Estava perdida e resolvi me matricular no curso de administração para saber se iria gostar.	Eu não sabia qual curso eu queria, então resolvi fazer a minha matrícula no curso.	Manhã
Daniela	Por residir em Alpinópolis, e a universidade mais próxima era em Passos. A escolha foi feita pela localização da universidade.	Escolhi o curso de administração por ter um negócio de família. Pensei em fazer administração para gerenciar o negócio.	Noite
Fernanda	Por residir na cidade e estudar em uma universidade pública.	Devido a um acontecimento na minha família não foi possível estudar em uma universidade fora de Passos. Escolhi o curso de administração para questão de facilidade de trabalho e frequentei para saber como era o curso.	Manhã
Felipe	Escolhi a UEMG por ser uma universidade pública.	Foi minha segunda opção, pois eu queria fazer engenharia mecânica e não tinha esse curso aqui em Passos. Como já havia feito dois períodos de administração na FESP, resolvi escolher o mesmo curso novamente.	Noite
Natália	Eu morava em Furnas e tinha me acabado de me divorciar. Eu precisava continuar meus estudos. Aproveitei a oportunidade de ganhar transporte gratuito da prefeitura, optei pelo curso de administração na UEMG, pela vantagem de ser pública.	Eu sempre tive vontade em fazer um curso que fosse na área administrativa.	Manhã
Maria	Sorte. Queria estudar na universidade.	Desejo por cursar administração.	Manhã
Rafael	A escolha da UEMG foi feita pelo horário do curso, que atendia minhas necessidades, e outro motivo foi pelo fato de ser uma universidade pública.	Sempre gostei da área de gestão de pessoas (RH), que contribuiu para escolher fazer o curso de administração.	Manhã

Renata	Pela oportunidade em estudar em uma universidade pública. A escolha foi pela proximidade da minha residência.	A escolha do curso de administração se deu pelo fato de querer um curso que tivesse cálculos e teoria. Não é o curso que eu tinha vontade de cursar, aproveitei a minha nota do ENEM e consegui ser selecionada para o curso.	Noite
---------------	---	---	-------

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A escolha do curso é um momento difícil para a maioria dos jovens desde o ensino médio, pois envolve vários fatores que pesam na hora da decisão, como a aprovação da família, questão financeira, facilidade em conseguir um emprego, dentre outros. TOZZI (2004) define muito bem essa questão ao afirmar que,

[...] em tempos de inscrições para o vestibular, é fácil constatar uma dúvida que persegue boa parte dos candidatos: que profissão escolher? Em geral, trata-se de uma escolha quando ainda o estudante não tem domínio das questões básicas em relação à futura profissão. Com 17 ou 18 anos de idade, em média, esta é certamente a decisão mais difícil que irá tomar na vida. Recém-saída da adolescência, a maioria carece de segurança emocional e vivência profissional. (Tozzi, 2004,p.64).

Ainda na visão do autor, a profissão é algo muito importante na vida do estudante, e sua escolha poderá implicar tanto na vida profissional, mas também na vida pessoal e familiar. Tal decisão é vista como fato gerador de inúmeros resultados ao longo da vida desse estudante, devido às incertezas no momento se de realizar a escolha da profissão para a vida toda, assim como a importância, ou seja, o status que aquela profissão exercerá na concepção dos valores familiares, qualidade de vida, lazer e o quão difícil será conseguir um emprego após a formatura.

Nesse contexto, Tinto (1975) afirma que embora o estudante carregue alguns objetivos pré-definidos, ao chegar na universidade esses objetivos passam por um processo de seleção, que considera o grau de prioridade na vida daquele estudante, no tocante às necessidades pessoais, carreira, condição econômica da família, as expectativas em relação aos pais. O autor destaca que durante a vida acadêmica do estudante, esses objetivos são modificados e que o estudante definirá se persiste ou não na sua escolha profissional.

Sobre as dificuldades para acompanhar o curso, os oito estudantes declararam não sentirem dificuldades para acompanhar o curso de administração, mas alertaram que faltam incentivos para melhorar o convívio e a integração com os colegas de turma e com os professores do curso. A estudante a Beatriz afirmou que a UEMG falhou em não promover ações voltadas para o convívio com os estudantes e professores, e citou que a coordenação de

curso poderia organizar os encontros entre estudantes e professores. Na opinião das estudantes Fernanda, Daniela, Maria e Renata a universidade não realizou nenhuma ação com o intuito de promover a integração entre estudantes e professores. Porém, Natália relatou que participou de apenas um café juntamente com os demais estudantes de sua turma e com os professores, mas não soube informar se a universidade foi a responsável pela execução da ação. Por fim, o estudante Rafael declarou que a universidade não propunha atividades de integração entre estudantes e professores, e destacou também que apenas o professor da disciplina de Comportamento Organizacional realizava algumas atividades práticas de integração durante suas aulas.

Estudo realizado por Silva (2012) que salienta a necessidade de se identificar alguns elementos importantes na integração do estudante com a instituição, em conformidade ao estudo de Tinto (1975).

Para entender o compromisso com a instituição, precisa-se identificar o grau de integração social do aluno e o encorajamento que ele recebe de pessoas próximas para continuar naquele contexto educacional. E, por fim, o compromisso com o objetivo é que garante a intenção em persistir, e caminha para a decisão da permanência (Silva, 2012, p.84).

No tocante à integração entre estudantes e professores no ambiente universitário, Adachi (2009) corrobora ao afirmar que a falta de integração no ambiente universitário, juntamente com a ausência de valores da família são considerados fatores que dificultam no processo de adaptação do estudante ao sistema social acadêmico, de tal forma que as possibilidades de evasão e a escolha por atividades alternativas aumentariam. Nesse sentido Feitosa (2016) atesta que o sistema acadêmico está diretamente relacionado à educação dos estudantes, ao considerarmos os funcionários, salas de aula, laboratórios e professores, por estarem diretamente relacionados ao ensino de graduação.

3.2.4 Causas da Evasão

Esta é a questão chave dessa pesquisa, pois conhecer as principais causas da evasão no curso de administração da UEMG – Passos é responder ao objetivo geral desta pesquisa. As entrevistas realizadas com os estudantes evadidos possibilitaram compreender a percepção que cada um carrega consigo acerca de sua vivência no curso de administração e seu relacionamento com a universidade. Muitas são as causas que levaram o estudante a se evadir do curso, Bean (1983, 1985) afirma que a decisão do estudante em abandonar ou em continuar com os estudos está diretamente relacionada as atitudes do indivíduo, sua adaptação ao

ambiente e ao dia-a-dia na universidade, assim como a preocupação com a aprovação da família, a influência dos colegas de sala, e por fim aos problemas financeiros que podem surgir e interferir na permanência do estudante no curso escolhido.

Para Beatriz, as causas para sua evasão do curso se restringem a falta de interesse com as aulas e por querer mudar para outro curso.

[...] no segundo período eu já não estava gostando mesmo do curso, mas eu decidi continuar porque estava difícil também de mudar de faculdade na época, aí eu acabei levando mais um tempo, e eu sempre conversava com o coordenador do curso, e no começo ele tentava, falava para eu ficar, mas depois que eu fui vendo o que eu queria mesmo era outro curso que era veterinária, que eu vi certinho o que eu queria no começo do quarto período que era veterinária, aí ele (coordenador) viu que era o curso que ia dar certo para mim, e hoje eu amo meu curso (Beatriz, 2019).

De acordo com o trecho apresentado acima, podemos compreender que a estudante logo no início do curso não se sentia feliz e já estava com a intenção de mudança para outro curso. No entanto, a estudante salientou que como a UEMG não oferecia na época o curso desejado, e sem condições financeiras para mudança de cidade e pagamento de mensalidade do novo curso, resolveu dar mais um tempo no curso de administração, mesmo sem interesse em concluir o curso de administração.

Daniela trabalhava quando ingressou no curso de administração da UEMG, e destacou duas causas que contribuíram para que abandonasse o curso:

Eu sempre tive vontade de cursar administração, consegui ingressar em 2016, pelo SISU utilizando minha nota do ENEM. A primeira impressão que tive da universidade era uma verdadeira confusão, as salas de aula eram ruins, equipamentos precários, e os professores totalmente desinteressados. Na época procurei a coordenação para saber o motivo da falta de interesse dos professores, e a resposta se baseava nos transtornos trazidos pela estadualização da universidade, os professores que trabalhavam na FESP e que continuaram na UEMG tiveram uma enorme queda no salário. O que me motivou a sair do curso foi a falta de organização da universidade e a necessidade de mudanças no curso, pois passaram-se meses e nada mudou em relação as aulas, os meus colegas de turma também se mostravam desinteressados nas aulas, e muitos faltavam por vários dias da semana. A biblioteca era longe do bloco que eu estudava, nem sempre conseguia ir lá para buscar livros para fazer os trabalhos, acabava pegando na internet mesmo. (Daniela, 2019).

As causas da evasão da estudante Daniela estão relacionadas a fatores internos, ao evidenciar as deficiências nas estruturas físicas da universidade, que influenciou diretamente na escolha da estudante em evadir-se do curso.

Fernanda declarou na entrevista que estava insatisfeita com o curso e não tinha afinidade com ele, mas que seus colegas de turma tentavam diversas vezes convencê-la a

continuar no curso, mas não o suficiente para convencê-la, pois ela estava decidida em não continuar no curso. Ainda segundo a estudante, já não levava o curso a sério, com muitas faltas em algumas disciplinas e que faltou integração entre os colegas e professores. A falta de afinidade da estudante com a área profissional escolhida causou o abandono do curso de administração.

No entanto, Castro, 2019, baseado em Tinto 2012, afirma que problemas como esses poderiam ser evitados com a intervenção da instituição, promovendo a realização de seminários, grupos de estudo e monitorias. Tinto (2012) ressalta a importância de um projeto institucional efetivo para a contenção da evasão, incluindo medidas simples, como instrução suplementar e grupos de estudo colaborativos extraclasse. Grupos e comunidades de aprendizagem são formas de a instituição criar condições para que os estudantes ampliem sua carga horária de estudos, além de auxiliar seus relacionamentos acadêmicos e sociais, melhorando o desempenho na sala de aula.

Felipe terminou o ensino médio e ingressou no curso de Administração quando ainda era FESP, mas acabou desistindo do curso em razão da mudança dos pais para outra cidade, o que impossibilitou de continuar os estudos. Quando o estudante retornou com a família para Passos, a instituição de ensino superior já estava estadualizada, o que contribuiu para o estudante prestar o ENEM e conseguir ingressar novamente no curso de Administração pelo SISU. No entanto, o estudante esclareceu que se encontrava desanimado com o curso, pois percebeu que Administração não era o curso que desejava, e que seu objetivo era obter um diploma universitário. Para o estudante, a principal causa que contribuiu para sua evasão foi o tempo que faltava para concluir o curso.

O relato do estudante Felipe é inusitado ao considerarmos que o estudante o estudante ingressou no curso de administração quando a universidade era FESP e depois reingressou no curso quando a unidade já se encontrava incorporada à UEMG, porém no sexto período de curso chegou a conclusão de que administração não era o curso que desejava, e evadiu-se faltando apenas dois períodos para terminar o curso.

Natália relatou que a evasão ocorreu devido à necessidade de ter que trabalhar. A estudante justifica que o pai perdeu o emprego, e que teve que abandonar o curso pois precisava procurar trabalho, e assim conseguir ajudar nas despesas da casa. Para ela, esse foi um dos momentos mais difíceis que já enfrentou, principalmente por ter que abandonar os estudos para ter que ir trabalhar. A fala da estudante expressa a preocupação que ela teve em conseguir um emprego para ajudar a família no custeio das despesas, deixando para outro

momento a continuação de seus estudos. Por conseguinte, Natália disse que naquele momento não havia outra saída e que por isso não pensou duas vezes em parar os estudos para ir em busca de um emprego, desse modo nota-se que causa da evasão da estudante Natália está relacionada a questões financeiras, que é um tema abordado nos estudos de Bean e Metzner (1985) no modelo conceitual de desgaste de estudantes não-tradicionais. Os autores salientam que a questão financeira está associada às variáveis ambientais, que exercem importante influência na decisão dos estudantes em permanecer ou não no curso.

Para Maria, as causas responsáveis por sua evasão foram a falta de integração da coordenação com os alunos, a necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas da casa e a impossibilidade de trancamento da matrícula no *Web giz*¹², uma vez que se encontrava matriculada e frequente no turno matutino, porém no terceiro período de curso conseguiu um emprego para ajudar sua mãe a custear as despesas da casa e precisava trocar de turno no curso.

Assim, uma das causas da evasão apontada pela estudante “impossibilidade de trancamento da matrícula no *web giz*”, não exerce poder de influência na decisão da estudante em evadir-se ou não do curso, uma vez que a estudante declarou ter conseguido um emprego e o desejo de trancar sua matrícula no curso por causa do horário das aulas, o que nos leva a entender que a aluna já estava propensa a se evadir do curso naquele momento, em razão da estudante não ter solicitado mudança de turno, que seria a uma opção para continuar seus estudos.

A seguir o relato da estudante com as dificuldades para solicitar o trancamento de sua matrícula:

[...] o que mais contribuiu para eu sair do curso foi a falta de integração da coordenação com os alunos, e as falhas do WEB-Giz, pois foi o sistema de matrícula que fez eu abandonar o curso. Eu estava no terceiro período quando consegui um emprego e, como eu não tinha condições de ir para a universidade de manhã, solicitei o trancamento de minha matrícula. Como eu já tinha algumas disciplinas de outros semestres para cursar, resolvi procurar a universidade para saber se eu poderia voltar para cursá-las, e acabei sendo surpreendida com a notícia de que não constava no sistema nenhum pedido de trancamento. Isso me deixou muito revoltada, pois deu a entender que simplesmente deixei de frequentar as aulas e abandonei o curso. (Maria, 2019).

Observa-se que Natália e Maria possuem algo em comum, ambas conseguiram um emprego, reforçando mais uma vez a influência das finanças na decisão de permanecer ou não

¹² O Web giz é um sistema informatizado utilizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais e implantado em todas as unidades, para que os alunos possam acessar, de qualquer computador conectado à Internet, orientações e informações acadêmicas, além de alguns dos serviços oferecidos pela instituição. (UEMG, 2019).

na universidade. Vale ressaltar que as estudantes possuem renda familiar abaixo de dois salários mínimos, que de certo modo pode ter influenciado as alunas a evadirem-se do curso.

O relato de Rafael leva-nos a pensar sobre o papel dos professores no exercício de sua função profissional, e como isso pode afetar no processo de aprendizagem dos estudantes. Rafael assim discorre sobre sua experiência enquanto esteve no curso.

As causas que fizeram eu evadir do curso foi a minha desmotivação em frequentar as aulas, e a ausência de incentivos dos professores para motivar os alunos que eram frequentes nas aulas. Eu percebia que facilitavam para que os estudantes faltassem e depois recebessem os conteúdos da aula por fotos do caderno dos alunos que estivessem presentes na aula. Não eram todos os professores que passavam conteúdos nas aulas. Eu fazia parte de um pequeno grupo de alunos que eram assíduos nas aulas, e nem por isso éramos reconhecidos pela frequência nas aulas. Eu percebia que os professores não eram cobrados pelo conteúdo da disciplina, e em razão disso, sentia falta de um gerenciamento no curso ou por parte da universidade para acompanhar o trabalho deles. (Rafael, 2019).

Nesse contexto, corrobora Batista (2013) ao afirmar que a má atuação do docente contribui para que o aluno desista do curso, e que já nos primeiros períodos do curso, os docentes deveriam colocar em prática metodologias de ensino qualificadas, e que sejam motivadoras e significativas para que o discente consiga exercer certa interação com os professores e colegas, desenvolvendo um vínculo com a universidade.

A última estudante entrevistada foi Renata, que relatou ter evadido do curso de administração devido a desordem que a universidade se encontrava em razão do processo de estadualização ocorrido em novembro de 2014. A estudante destaca também que a falta de motivação de alguns professores durante as aulas contribuiu para que abandonasse o curso, e assim relata a sua situação no curso:

[...] tinha dia que eu chegava para assistir aula e o professor não explicava matéria e ficava na sala só conversando e cumprindo o horário. Era um descaso total com os alunos, teve um dia que o professor faltou e como ele não avisou a coordenação, fomos dispensados da aula naquele dia (Renata, 2019).

Ao compararmos as causas da evasão declaradas pelos estudantes Rafael e Renata, percebemos que ambos relacionam a atuação dos professores em sala de aula como fator que contribuiu para a evasão no curso, o que demonstra certa preocupação uma vez que a estudante Renata relatou a falta de motivação e comprometimento dos professores no primeiro período de curso, e o estudante Rafael declarou a falta de incentivos dos professores no sexto período, o que evidencia que tais dificuldades referentes à atuação dos professores em sala de aula, supõe-se que o professor tenha grande domínio da sua área de atuação, até

porque esse geralmente é o critério para seleção e contratação, além dos títulos acadêmicos exigidos, no entanto, atualmente o critério “conhecer bem o assunto para ser um bom professor”, já não se sustenta, pois mesmo no ensino superior o processo de ensino aprendizagem precisa estar assentado, de acordo com Bordenave e Pereira (1986) no seguinte tripé Aluno: motivação, conhecimentos prévios, relação com o professor, atitude com a disciplina; Conteúdos: estrutura: componente e relações, tipos de aprendizagem requeridos, sequência de apresentação; Professor: ambiente estimulador, comunicação verbal e instrução, informação aos alunos sobre seus progressos, relacionamento com o aluno e atitude com a disciplina ensinada.

O quadro 14 ilustra o comparativo de informações entre as causas da evasão e os fatores determinantes do desempenho em consonância com o estudo realizado pela Comissão Especial dos Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras ¹³.

Quadro 14 – As principais causas da evasão apontadas pelos estudantes evadidos e fatores determinantes do desempenho da graduação.

ESTUDANTE EVADIDO	CAUSAS DA EVASÃO	FATORES DETERMINANTES
Beatriz	Falta de interesse em frequentar às aulas; Desejo de mudar de curso.	Fatores individuais do estudante
Daniela	Necessidade de mudanças na grade curricular do curso;	Fatores internos às instituições.
	Falta de organização da universidade.	Fatores internos às instituições.
Fernanda	Falta de afinidade com o curso; Insatisfação com o curso.	Fatores individuais do estudante.
Felipe	Desânimo com o curso; Interesse somente no diploma.	Fatores individuais do estudante.
Natália	Necessidade de trabalhar para ajudar a custear as despesas da casa.	Fatores externos às instituições.
Maria	Falta de integração da coordenação com os alunos; As falhas do sistema acadêmico WEBGIZ;	Fatores internos às instituições.
	Necessidade de trabalhar	Fatores externos às instituições
	Ausência de incentivos dos professores;	Fatores internos às instituições.

¹³ Destaca-se que o relatório “Prováveis fatores determinantes do desempenho da graduação” foi elaborado pela Comissão Especial, criada durante o Seminário sobre evasão nas universidades brasileiras, organizado pela Sesu/MEC, em fevereiro de 1995, cuja principal finalidade era pesquisar as causas da evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior.

Rafael	Falta de um gerenciamento no curso para acompanhar o trabalho do professor;	Fatores internos às universidades.
	Desmotivação para frequentar as aulas.	Fatores individuais do estudante.
Renata	Desordem da universidade; Falta de motivação e comprometimento dos professores.	Fatores internos às instituições.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Analisando as causas da evasão e os fatores determinantes do desempenho, podemos afirmar que:

- Os fatores individuais do estudante correspondem a 41,67% do total de causas da evasão informadas. Esses fatores podem estar relacionados a questão que envolve a habilidade de estudo, a personalidade do estudante e sua vivência escolar anterior, que traduz a realidade da formação escolar do mesmo. Deve-se considerar que os fatores individuais estão diretamente relacionados à escolha da profissão, mesmo que seja escolha tenha sido feita precoce, o que impacta na adaptação com a universidade, gerando um desencanto e/ou desmotivação dos estudantes com os cursos escolhidos em segunda ou terceira opção.

- Os fatores internos às instituições também correspondem a 41,67% do total de causas da evasão informadas. Os fatores podem ser: peculiares a questões acadêmicas: currículos desatualizados; alongados; além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; relacionados a questões didático-pedagógicas; desinteresse do docente; decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação (laboratórios, equipamentos de informática).

- Os fatores externos às instituições correspondem a 16,66% do total de causas da evasão informadas. Os fatores podem ser: relativos ao mercado de trabalho; vinculados a dificuldades financeiras do estudante.

3.2.5 Situação em relação aos estudos após o abandono e sugestões dos estudantes evadidos entrevistados para a UEMG combater a evasão no curso de administração.

Quadro 15 – Situação dos estudantes após abandonar o curso de administração

Estudante Evadido	Situação após o abandono do curso
Beatriz	Atualmente cursa Medicina Veterinária
Daniela	Não retornou aos estudos
Fernanda	Atualmente cursa Tecnologia em Estética e Cosmética
Felipe	Atualmente cursa Tecnologia em Gestão Comercial
Natália	Atualmente cursa Administração

Maria	Não retornou aos estudos
Rafael	Atualmente cursa Administração
Renata	Não retornou aos estudos

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Podemos observar que apenas três dos oito estudantes evadidos entrevistados não retornaram aos estudos (Daniela, Maria e Renata); Beatriz que desejava mudar de curso encontra-se matriculada e frequente no curso de Medicina Veterinária em outra universidade; Fernanda que se considerava insatisfeita com o curso, atualmente está matriculada e frequente no curso de Tecnologia em Estética e Cosmética (UEMG);

Existem estudos que evidenciam o grande número de estudantes que mudam de curso na mesma universidade ou trancam a matrícula por terem sido aprovados em outra instituição, e alertam sobre os prejuízos decorrentes deste processo. Nesse sentido, Andriola (2003, p.2) destaca:

Os índices de permuta de curso nas universidades brasileiras é alarmante e não só sinaliza os equívocos na orientação profissional dos estudantes, como também representa um ônus para a sociedade pela ocupação indevida das vagas já tão escassas, sobretudo nas universidades públicas, e pelo desperdício financeiro que acarretam. (ANDRIOLA, 2003, p.2).

O autor enfatiza que o estudante necessita de orientação vocacional, para conhecer suas próprias habilidades, assim como considerar e analisar as sugestões familiares e avaliar as implicações decorrentes da profissão escolhida.

Felipe que estava desanimado com o curso e com desejo de somente obter um diploma, atualmente está matriculado e frequente no curso Tecnologia em Gestão Comercial (UEMG); Natália abandonou o curso em busca de um emprego para ajudar a família, conseguiu se reorganizar, ajudar nas despesas da casa e retornou a cursar Administração (UEMG).

Os cursos de tecnologia oferecidos pela UEMG são também de regime semestral, porém com uma duração menor do que o curso de Administração. O curso de Tecnologia em estética e cosmética possui uma duração de três anos, e o curso de Tecnologia em Gestão Comercial com duração de dois anos, o que explica a preferência do estudante Felipe pelo curso, ao considerar que deseja apenas o diploma de ensino superior.

Quadro 16 – Sugestões dos estudantes entrevistados para o combate à evasão no curso de administração.

Estudante Evadido	Sugestões dos estudantes evadidos entrevistados para combater a evasão no curso de administração
BEATRIZ	A universidade deveria promover ações para motivar os professores.
DANIELA	Necessita urgentemente motivar os alunos e professores do curso; A coordenação do curso poderia ser mais participativa.
FERNANDA	Promover eventos que promovam a integração entre os estudantes e professores; a universidade precisa incentivar os professores;
FELIPE	A grade curricular do curso necessita de mudanças, para atender as exigências do mercado de trabalho.
NATÁLIA	Ampliar o número de aulas práticas no curso.
MARIA	A universidade deveria disponibilizar um profissional especializado (não necessariamente um psicólogo) para dar suporte e orientação aos alunos que necessitam de atendimento especializado; atualizar a grade curricular do curso; melhorar o suporte para o sistema acadêmico WEB-GIZ.
RAFAEL	A universidade deveria criar um processo de avaliação para o curso de administração, para que os estudantes pudessem avaliar as disciplinas, os professores e a coordenação do curso a cada final do semestre letivo.
RENATA	A universidade deve remunerar melhor os professores e demais funcionários; atualizar a grade curricular do curso.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao analisarmos as sugestões dos estudantes evadidos para o combate à evasão no curso, percebe-se que as condições institucionais como composição curricular, professores, organização da universidade contribuem para a ocorrência da evasão no curso, mas por outro lado, devemos considerar que a evasão resulta de uma decisão do estudante, tomada com base em motivações de ordem pessoal.

Nesse contexto, buscando compreender as causas da evasão apontadas pelos discentes entrevistados, Cislaghi (2008) destaca que as condições pessoais dos estudantes, contidas no modelo de Tinto, que evidencia o dimensionamento das expectativas educacionais na vida do discente. Tais expectativas envolvem desde o tempo em que o discente dispõe para se dedicar aos estudos e obter seu diploma de graduação, como também o grau de importância da universidade em que frequenta em comparação com as outras. Sendo assim, os aspectos pessoais e as interações com a instituição fazem parte do cotidiano do discente, que de certo modo pode influenciar no momento da permanência (continuidade) ou abandono do curso.

As sugestões apresentadas pelos estudantes evadidos referem-se aos fatores internos à instituição. De fato, as mudanças sugeridas impactam diretamente no processo de ensino-aprendizagem, mas por outro lado, não representam garantias para a manutenção dos estudantes no curso.

Por fim, esperamos que as sugestões dos estudantes evadidos possam contribuir no combate efetivo, ou no mínimo para redução da evasão no curso e, reduzir os índices de evasão do curso. A seguir, será apresentado a proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração.

3.3 Proposta para o enfrentamento da evasão no curso de administração da UEMG – unidade Passos – MG.

A presente proposta visa o enfrentamento da evasão curso de administração, levando-se em consideração as causas apontadas pelos estudantes evadidos do curso, e será apresentada ao diretor da UEMG - Passos.

- Desânimo, falta de interesse e insatisfação dos estudantes com o curso: propomos que os professores em parceria com a coordenação de curso, organizem e promovam palestras com especialistas da área da administração, para que os estudantes conheçam o que faz um profissional da área, e onde e como poderão atuar quando concluírem o curso. Reforça-se a necessidade de os professores incentivarem atividades de integração, como por exemplo, realização de feiras, *workshops*, e *startups* entre os alunos de todos os períodos do curso de administração. Existe, portanto, uma necessidade dos estudantes em colocar em prática seus aprendizados, assim como incentivá-los a participarem de atividades de discussão sobre um tema que é de interesse para todos. O monitoramento das ações desenvolvidas nesse sentido deverá ser discutido periodicamente entre coordenação e professores do curso, destacando as atividades que apresentaram maior empenho e participação de todos os estudantes do curso. Sugere-se como atividades práticas a realização de rodas de conversas, palestras, minicursos com que envolvam a participação de profissionais da área para que os estudantes possam conhecer o papel desempenhado pelo administrador, suas funções e as formas de atuação no mercado de trabalho.

- Necessidade de mudanças na grade curricular do curso: propomos que a coordenação de curso e os membros do NDE (Núcleo Docente Estruturante) realizem uma análise do atual PPP (Projeto Político Pedagógico) do curso, realizando as devidas alterações, considerando a necessidade de atualização e a realidade local.

- Falta de integração da coordenação de curso com os estudantes: propomos que o(a) coordenador(a) de curso desenvolva momentos de integração com os estudantes, participando

dos eventos promovidos por eles, como apresentação de seminários; promoção de reuniões periódicas com todas as turmas do curso, nos turnos de funcionamento (matutino e noturno) para troca de informações e atendimento às demandas dos estudantes.

- Falhas do sistema web giz: propomos que a direção da unidade Passos se reúna com a direção geral da UEMG localizada em Belo Horizonte, para juntas encontrem soluções para correção dos problemas apresentados pelo sistema. Sugerimos uma parceria entre secretaria acadêmica e setor de sistemas de informação da unidade é bem-vinda, para o efetivo acompanhamento dos erros apresentados pelo sistema, assim como disponibilizar mais funcionalidades do sistema aos seus usuários (estudantes e professores).

- Ausência de incentivos dos professores com os estudantes: propomos que os professores realizem e avaliem as atividades extraclasse realizadas com os estudantes, como visitas técnicas, excursão para participação em eventos, aulas nos espaços públicos. Percebemos que os estudantes gostam de receber recompensas por sua participação nas aulas e nas atividades propostas pelos professores.

- Necessidade dos estudantes em trabalhar: propomos que a universidade faça parcerias com empresas locais e região, no sentido de ampliar as oportunidades de se conseguir um estágio e/ou trabalho; que a coordenação e secretaria acadêmica priorizem os pedidos de troca de turno quando estes forem por motivo de trabalho; por fim, sugerimos que a universidade faça uma ampla divulgação do seu programa de assistência estudantil, destacando os benefícios do programa, a quem se destina, os tipos de benefícios, enfatizando as conquistas obtidas pelo programa na permanência dos jovens na universidade.

- Falta de acompanhamento do trabalho do professor: propomos a realização de reuniões periódicas do coordenador de curso com todos os professores, para compartilharem práticas exitosas ocorridas ao longo do semestre letivo, pois ao compartilhar suas experiências, os professores percebem uma valorização em relação ao trabalho desenvolvido com os estudantes.

- Desmotivação para frequentar as aulas: Uma das causas identificadas na pesquisa foi a desmotivação dos estudantes para frequentar as aulas. Propomos como forma de motivação dos estudantes, a realização de ações práticas que envolvam a participação da coordenação, professores e estudantes, como atividades culturais, sociais, de convívio, que possa

possibilitar o fortalecimento da união dos pares. Neste quesito, reforça-se a necessidade de uma aproximação dos professores com os estudantes, para diminuir o distanciamento criado entre eles e consequentemente melhorar o diálogo e promover a participação dos estudantes durante as aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo versou sobre as causas da evasão no ensino superior na visão dos estudantes evadidos do curso de administração da UEMG – unidade Passos. A UEMG é uma universidade estadual localizada no estado de Minas Gerais e constitui-se de uma autarquia estadual. Portanto, a manutenção de custeio, da folha de pagamento e os investimentos dependem de orçamento público do governo do estado de Minas Gerais. Diferentemente do governo federal, o estado de Minas não possui políticas de ampliação de vagas ou cursos de graduação.

Diante da realidade de vida que cada estudante carrega consigo, provenientes de descobertas e experiências desde a época da educação infantil até o ensino médio, o ensino superior representa o começo de algo novo, repleto de oportunidades, de anseios por novas vivências. Pode-se dizer que é assim para o jovem quando o assunto é universidade, o ato de desbravar o que consideram ser novo, diferente, incrível, algo que buscam relacionar com a palavra maturidade, ou talvez com a palavra responsabilidade, no exato momento que necessitam de definições para ocuparem os espaços públicos da universidade.

O fenômeno da evasão, como retratado nessa pesquisa, está posto e atinge jovens que necessitam de formação profissional, trazendo danos à sociedade e gastos públicos desnecessários. Um desses danos refere-se à frustração do estudante, desde a entrada no curso, no caso de não ter conseguido ingressar no curso desejado, e, ainda, em razão de não ter conseguido concluir o curso o qual teve acesso. Pesquisas realizadas por Tinto (1975, 1993, 2012), cujo pensamento é central para esta dissertação, evidenciam a importância da ação institucional na prevenção da evasão. Para o autor, as universidades não desenvolveram uma perspectiva ordenada para orientar as ações preventivas e a maneira como elas devem ser estruturadas e alinhadas à realidade da instituição de ensino.

Assim, verificamos o quanto os processos de aprendizagem e as interações em sala de aula são determinantes para a permanência ou evasão dos estudantes, principalmente entre os estudantes do curso matutino, pois precisam conciliar os horários do trabalho com os das aulas. Percebe-se que a falta de integração dos estudantes evadidos em relação aos professores, bem como a insatisfação relacionada à estrutura curricular, constituiu-se como fatores contributivos para a decisão de abandono do curso. Para Tinto (1993), a permanência no ensino superior está vinculada ao processo de integração do discente ao ambiente social e acadêmico, assim como está diretamente associada ao nível de expectativas do aluno. O autor afirma que “Quanto maior o comprometimento do aluno com a instituição e com os seus

próprios objetivos, e elevado for o nível de integração acadêmica e social desse aluno, menor a probabilidade de evasão” (TINTO, 1993:130).

No tocante a metodologia utilizada pelos professores, percebe-se que é desinteressante e desmotivadora, com aulas padronizadas, repetitivas e sem critérios de avaliação para a participação dos estudantes em sala de aula, dificultando a compreensão do conteúdo e resultando na insatisfação com o curso. Tinto (2012) esclarece que na percepção dos discentes, frequentar a universidade é cansativo, uma vez que o deslocamento até o campus e as aulas consomem tempo e energia.

Ao abordarmos o processo de evasão, do momento da escolha dos estudantes pelo curso de bacharel até a ocasião em que evadem e posteriormente refletem sobre esse processo, esta pesquisa buscou o aprofundamento qualitativo do assunto, tendo como contexto a unidade localizada em Passos-MG. Os discursos dos estudantes evadidos dos cursos de administração instigam a reflexão.

Os resultados obtidos possibilitaram uma compreensão de que a evasão no curso de Administração da UEMG – unidade Passos, não é só um processo que envolve o estudante, e sim um processo institucional, reflexo da ausência de ações que promovam a permanência do estudante no curso. Foi possível verificar que a universidade não tem grandes preocupações com a evasão de estudantes, começando recentemente dar pequenos passos ao implementar o programa de assistência estudantil para estudantes que necessitam do benefício para continuar os estudos, porém destacamos que nenhum dos estudantes evadidos entrevistados se beneficiou dele.

Ao analisarmos os depoimentos dos estudantes evadidos foi possível notar como questões ligadas ao curso e ao trabalho se entrelaçam e, conseqüentemente, influenciam na trajetória escolar do estudante. Os fatores ligados à necessidade de trabalhar foram citados apenas por Natália e Maria, enquanto questões do curso foram citados pela grande maioria dos estudantes. Salientamos que o estudante evadido é, na maioria, o trabalhador, que necessita do trabalho para custear suas despesas e, muitas vezes, ajudar a família nas despesas da casa, e que, no momento que não encontrar condição para a sua permanência no ambiente universitário, opta pelo abandono do curso. Os estudantes evadidos percebem o abandono do curso como resultado de fatores pessoais e não como fracasso, mas que contribuiu para novas escolhas e maior amadurecimento, ao evidenciarmos que três estudantes (37,5%) retornaram aos estudos após evadirem-se do curso, dois estudantes (25%) matricularam-se novamente e três (37,5%) mudaram a escolha para outro curso.

Os modelos de evasão apresentados nesta pesquisa são considerados importantes ao permitirem um entendimento e interpretação mais ampla acerca do problema. A evasão é considerada hoje como um grave e difícil problema a ser enfrentado pelas universidades públicas e privadas do país. As causas da evasão, relatadas pelos estudantes evadidos, estão relacionadas aos fatores internos e externos, desde o envolvimento com o fator didático-pedagógico (necessidade de novas estratégias de aprendizagem) , com o ambiente sócio acadêmico como a necessidade de conviver com colegas que apresentam condições, habilidades e aspirações diferentes, e com o fator de interesses pessoais como descoberta de novos interesses e ingresso em outros cursos; frustração quanto ao atendimento das expectativas por ocasião do ingresso no curso, como também aos problemas com a instalação das salas de aula e a adaptação do estudante diante da realidade encontrada.

Destacamos que em razão de duas estudantes se evadirem no primeiro ano do curso, é preciso reforçar o papel da coordenação de curso e do corpo docente, em buscar consolidar e engajar os estudantes durante os anos iniciais da formação acadêmica. Nesse sentido, Ezcurra afirma que no início de um curso de graduação, o estudante passa por um período de transição, ao se ver presente em um ambiente diferente, com novas experiências que podem ser difíceis, ao mesmo tempo que representa um período de ajustes a nova realidade, devido a inexperiência dos estudantes em relação ao ambiente acadêmico (EZCURRA, 2009).

Constatamos que a maioria dos estudantes evadidos eram trabalhadores que consideram o trabalho como fator importante em suas vidas. Quando não encontram na universidade condições para sua permanência, acabam optando pelo abandono do curso. Nesse sentido, a necessidade de trabalhar para aumentar a renda familiar dificulta o rendimento acadêmico dos estudantes do noturno, pois chegam na sala de aula cansados, devido à exaustão física após um dia inteiro de trabalho, o que contribui para o desinteresse dos discentes na aprendizagem, resultando diretamente no baixo desempenho acadêmico.

O relato da estudante Maria mostra a necessidade de se atentar à dimensão psicológica dos estudantes do curso, a estudante relata que a universidade deveria disponibilizar um profissional especializado, não necessariamente um psicólogo, para oferecer um suporte aos estudantes que necessitam de atendimento especializado. Muitas vezes os problemas estão relacionados com a autoestima dos estudantes, que resulta em desânimo, desalento, desmotivação em frequentar às aulas e a insatisfação com o curso.

Como a unidade de Passos conta com cursos de Enfermagem, Medicina, Pedagogia e Serviço social, sugerimos a criação de um programa interno de monitoramento dos

interessantes, de forma a acompanhá-los durante a realização do curso e auxiliá-los nessas questões.

Esse estudo não teve o objetivo de identificar o impacto de algumas variáveis como a satisfação e insatisfação do estudante com o curso, mas sim conhecer as principais causas da evasão na perspectiva do entrevistado. Por isso, recomenda-se a realização de novos estudos no sentido de aprofundar a investigação acerca das causas de insatisfação dos estudantes com o curso e com a instituição, pois sabe-se que a insatisfação pode ser oriunda de diversos fatores ligados ao ambiente interno e externo.

Quando os estudantes não se encontram engajados com as propostas do curso, participando ativamente nas aulas, recebendo conhecimentos de forma inovadoras, diferenciada em relação as práticas docentes tradicionais, tendem a procurar por algo que lhes compensem, podendo ser o barzinho em frente ao campus da universidade e os campeonatos de futebol interclasse.

Ao considerarmos que a evasão está relacionada a diversos fatores, sugere-se que as ações a serem desenvolvidas pela universidade sejam baseadas nesses fatores, levando em consideração o processo de acesso (SISU), a divulgação dos cursos por meio das redes sociais, para que os estudantes do Ensino Médio, possam se informar quanto à opção profissional desejada e incentivar de ações de integração dos estudantes à vida universitária. Por fim, o estudo não se encerra aqui, mas evidencia a necessidade de sua continuidade, não só com a participação dos discentes, mas também com a participação dos docentes e da coordenação de curso. Exaltamos que este trabalho buscou conhecer e compreender a temática discutida, apontando aos agentes públicos, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral uma base conceitual e empírica para auxiliá-los no enfrentamento da evasão estudantil no curso de administração da UEMG – unidade Passos.

REFERÊNCIAS

- ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>> Acesso em: 20 maio 2019.
- AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, ano 16, n. 32, p. 123-140, jul/dez. 2016.
- AGUIAR, M. A. S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009**: questões para reflexão. *Educação & Sociedade*, v. 13, n. 112, p. 707-727, jul./set. 2010.
- ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, N. **Diretrizes curriculares para o curso de graduação em Administração**: como entendê-las e aplicá-las na elaboração e revisão do projeto pedagógico. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2003. 82 p.
- ANDRIOLA, W. B. **“Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar causas e implantar um Serviço de Orientação e Informação (SOI)”** In Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 11, n. 40, p. 332- 347 jul./set.2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbeped/2176-6681-rbeped-96-243-00282> Acesso em: 08 jan. 2020.
- ASSIS, A. C. L. et. al. **As políticas de assistência estudantil**: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. *Revista GUAL*, v. 6, n. 4, p. 125-46, ed. esp. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125>> Acesso em: 21 maio 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Bean, J. P. (1980). **Dropouts and Turnover. The Synthesis and Test of a Causal Model of Student Attrition**. *Research in Higher Education*, 12, 155-87.
- BEAN, J. P.; METZNER, B. S. **A conceptual model of nontraditional undergraduate student attrition. Review of Educational Research**, Washington, v. 55, p. 485-540, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/journal/revieducrese>> Acesso em: 02 fev. 2019.
- BONETI, Lindomar W. **As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 5, p. 17-28, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/587/n5Boneti.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BORDENAVE, Juan Díaz, PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis, Vozes, 1986.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior.** Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206> Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio.** INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <https://enem.inep.gov.br/#/antes?_k=r0gvwl>. Acesso em 11 out. 2017.

_____. **Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Proposta com o objetivo de fornecer subsídios à elaboração de uma política de assistência estudantil, 1996. Disponível em: Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/>>, Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Evolução do ensino superior: 1980-1998.** Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Evolu%C3%A7%C3%A3o+das+Estat%C3%ADsticas+do+Ensino+Superior+no+Brasil+1980-1998/410f0b3c-0851-4b47b385dd4a8dc2896f?version=1.2>>, Acesso em: 14 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil.** Brasília, DF: 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/uab/uab>> Acesso em 28 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).** 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>, acesso em 14 maio 2019.

_____. Ministério da Educação. **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – LEI nº 13.005/2014.** Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 28 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest).** 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34934>>, Acesso em 14 de maio 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Bolsa Permanência.** 2013. Disponível em: <<http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>>, Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>, Acesso em: 22 maio 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria MEC n. 2, de 26 de janeiro de 2010. **Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificado.** NET, 26 jan. 2010. Disponível em: <http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº21, de 05 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Disponível em: <http://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/portaria_normativa_ao_21_de_5_de_novembro_de_2012_alterada_pela_portaria_ao_1.117-2018.pdf> Acesso em: 02 abr. 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>, Acesso em: 13 maio 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>, Acesso em: 21 maio 2019a.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>, Acesso em: 21 maio 2019b.

_____. Secretaria de Educação Superior / Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, 1996, Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>, Acesso em 14 maio 2019.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). **Relatório de Atividades ProJovem 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: <bibjuventude.ibict.br/bitstream/PROJOVEM_relatorio_atividade_2007> Acesso em: 03 jan. 2020.

_____. **Sistema de cotas no ensino superior completa seis anos**. Brasília: Educação e Ciência, 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2018/08/sistema-de-cotas-no-ensino-superior-completa-seis-anos>> Acesso em 28 abr. 2019.

_____. **Quem são os estudantes financiados pelo Fies?** Brasília: Educação e Ciência, 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2018/05/quem-sao-os-estudantes-financiados-pelo-fies>> Acesso em: 28 abr. 2019.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/politicapublica/mariadallari.htm>> Acesso em 27 abr. 2019.

CABRERA, A. F., CASTEÑEDA, M. B., Nora, A, HENGSTLER, D. (1992). **The convergence between two theories of college persistence**. The Journal of Higher Education, Ohio, v.63, n.2, p.143-164.

CABRERA, A. F., Nora, A. & CASTEÑEDA, M. B. (1993). **College persistence: structural equations modeling test of an integrated model of student retention.** The Journal of Higher Education. Ohio, v.64, n.2, p.123-139.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA, D. A. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e cidades educadoras.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARRANO, Paulo. **JOVENS, ESCOLAS E CIDADES:** Desafios à autonomia e à convivência. Revista Teias v. 12 • n. 26 • 07-22 • set./dez. 2011 – Jovens, territórios e práticas educativas. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24209>> Acesso em: 02 jan. 2020.

CASTRO, M. L. O. de. **A Constituição de 1988 e a Educação brasileira após 20 anos.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-idadaos-na-carta-cidada/educacao-e-cultura-a-constituicao-de-1988-e-a-educacao-brasileira-apos-vingte-anos>>, Acesso em 04 abr. 2019.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação.** Salvador: EDUNEB, 2012.

CISLAGHI, Renato, **Um Modelo De Sistema De Gestão Do Conhecimento Em Um Framework Para A Promoção Da Permanência Discente No Ensino De Graduação,** Tese de Doutorado, Engenharia do Conhecimento, UFSC, 2008. Disponível em: <btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Renato-Cislaghi> Acesso em: 02 jan. 2020.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para estudantes de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior.** *Avaliação (Campinas)* [online]. 2013, vol.18, n.1, pp.23-44. ISSN 1414-4077. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100003>> Acesso em: 03 jan. 2020.

COSTA, Silvio Luiz da; DIAS, Sônia Maria Barbosa. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão.** 2015. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS. v.9, n.17 e 18. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/download/38650/28125>>, Acesso em 13 maio 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil.** In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p.795-817, Especial out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a08v2588.pdf>>, Acesso em 15 maio 2019.

CUNHA, L. C. V. da et al. **Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade**. Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística, v. 4, n.4, dez. 2014.

DAFLON, V. T., Feres Júnior, J., & Campos, L. (2013). **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 302-327.

DURLI, Zenilde. **Políticas educacionais no contexto das políticas sociais**. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). Políticas públicas & inclusão digital. Salvador: EDUFBA, 2008.

EASTON, D. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

EZCURRA, A. M. **Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias**. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). Pedagogia Universitária. São Paulo, EDUSP, (2009)

FEITOSA, Jamille Muniz. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico para o campus de Laranjeiras**. Dissertação (mestrado em Administração pública) – Universidade Federal de Sergipe, 2016. – São Cristóvão, 2016. 82 f. Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/ufs/2016/82_ufs_2016_jamille-muniz-feitosa.pdf> Acesso em: 28 nov. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GAIOSO, Nátalia Pacheco de Lacerda. **O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil**. Unesco, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. [8. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2018.

IESALC. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe; UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Porto Alegre – RS. Novembro de 2002. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1120933-Instituto-internacional-para-a-educacao-superior-na-america-latina-e-no-caribe-iesalc-unesco-caracas.html>> Acesso em: 21 maio 2019.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>, Acesso em: 03 jan. 2020.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2010.182p.: il. Disponível em: <http://ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/01-teorias%20da%20administra%E7%E3o%20publica/livro%20grafica%20TGAPublica.pdf>, Acesso em: 21 de maio 2019.

LAGO, Tânia Maria. **Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior**. 2018. 123f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFT_0c88dd9f84112977b53ae5d6bb136314>, Acesso em: 20 maio 2019.

LIMA, Franciele Santos de; ZAGO, Nadir. **EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: tendências e resultados de pesquisa**. Movimento Revista de Educação. Universidade Federal Fluminense. 2018. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/viewFile/481/474>> Acesso em 14 maio 2019.

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica: Goodyear, 1980.

LUZ, Jackeline Lourenço Noronha da. **O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) na Universidade Federal de Mato Grosso – campus Cuiabá – e a relação com a democratização do acesso**. Cuiabá: UFMT, 2013. 186 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARI, Marcela Campos de. Programa Universidade para Todos: **As fragilidades do sistema de bolsas para estudantes carentes**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35180/MARI%2C%20MARCELA%20CAMPOS%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 28 abr. 2019.

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior**. Dissertação (Mestrado Profissional de Administração). 2007 Fundação Dr. Pedro Leopoldo. Disponível em: < www.fpl.edu.br > pdfs > dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007> Acesso em: 03 jan. 2020.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**, Acta Cirúrgica Brasileira – Vol 17 (Suplemento 3) 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001> Acesso em: 03 jan. 2020.

MELUCCI, A. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004. Disponível em: < [www.ucs.br > etc > revistas > index.php > conjectura > article > download](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download)> Acesso em: 02 jan. 2020.

MENEZES, L. C. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORENO, Ana Carolina. **G1 Educação: SISU cresce quatro vezes em sete anos e concentra quase metade das vagas públicas em universidades**. Publicado em 23/01/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/sisu-cresce-quatro-vezes-em-sete-anos-e-concentra-quase-metade-das-vagas-publicas-em-universidades.ghtml>>, Acesso em 28 abr. 2019.

MONFREDINI, Ivanise (2016). **Universidade como espaço de formação de sujeitos**. Editora Universitária Leopoldianum, UNISANTOS, Santos, São Paulo. Disponível em:<https://www.unisantos.br/wpcontent/uploads/2017/01/ebook_universidade_espaco_formacao_sujeitos.pdf> Acesso em: 03 jan. 2020.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; Martins, Carlos Benedito. **Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente**. Capítulo publicado em: Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9061?mode=full>> Acesso em: 03 jan. 2020

NEY, Otávio Abrantes de Sá. **Sistemas de informação acadêmica para o controle da evasão**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NOVAES, Regina Célia Reyes. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf, acesso em 07 jan. 2020.

NOVAES, Regina Célia Reyes. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Política Pública: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

NOVAES, Regina. **O ProJovem no cenário da Política Nacional de Juventude**. In: BRASIL, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). **Relatório de Atividades ProJovem 2006**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Campinas: 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas para o ensino médio na realidade brasileira: uma agenda em disputa**. *Poiésis* - Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, [s.l.], v. 10, n. 17, p.187-198, 12 ago. 2016. Universidade do Sul de Santa Catarina -

UNISUL. <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v10e172016187-198>. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3882>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham: Chatham House, 1986.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**, 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 1997.

PINTO, Ana Cristina Cruz; MATOS, Maria Almerinda de Souza. **O Ensino Superior no Brasil: Uma Digressão Histórica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 06. Ano 02, Vol. 01. pp 387-402, setembro de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: < <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-superior-no-brasil> > Acesso em: 03 jan. 2020.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O Trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: Condições de saída e de retorno à instituição. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas-SP. 2000. Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253539/1/Polydoro_SoelyAparecidaJorge_D.pdf >, Acesso em: 25 maio 2019.

PRICE, J.L. (1977). **The Study of Turnover**. Ames: Iowa State University Press. Disponível em: < <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/227004> >, Acesso em: 14 maio 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC: Brasília, 2009.

RISTOFF, D. **Evasão: Exclusão ou Mobilidade**. Santa Catarina, UFSC, 1995.

RODRIGUES, G. M. Ensino privado: a qualidade e a imagem. In: S. S. Colombo, G. M. Rodrigues & Colaboradores (Orgs.), **Desafios da gestão universitária contemporânea**. [recurso eletrônico] (Cap. 2, p. 43-58). Porto Alegre: Penso, 2011.

SAVIANI, Demerval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100 – especial. p. 1231-55, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHARGEL, Franklin P; SMINK, Jay. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002. 282 p.

SILVA da, A.C.. Alguns problemas do nosso ensino superior. **Revista Estudos Avançados**, v. 42, n. 15, 2001.

SILVA, Glauco Peres da. **Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes**. *Avaliação (Campinas)* [online]. 2013, vol.18, n.2,

pp.311-333. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 03 jan. 2020.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação da Ciência e tecnologia.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SILVA, J. A. R. e. **A permanência de alunos nos cursos presenciais e à Distância de Administração: contribuições para a gestão acadêmica.** 273p. Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9920>> Acesso em: 16 jan. 2020.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil na Educação Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) –Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul. 2012.

SOBRINHO, J.D. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out/dez. 2010.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, set. out. nov. dez. n. 24. Rio de Janeiro 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>, acesso em 07 jan. 2020.

TIBOLA, J. A. **Antecedentes da lealdade e da permanência de alunos em uma instituição de ensino superior.** 2010. 169 p. Dissertação (Mestrado) Administração– Universidade Regional de Blumenau, 2010.

TINTO, Vicent. **Dropout from higher education:** a theoretical synthesis of recent research. 67 Review of Educational Research, Estados Unidos, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975. Disponível em:<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.874.5361&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 15 maio 2019.

TINTO, V. **Leaving College:** rethinking the causes and cures of student attrition. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

TINTO, Vincent. **Research and practice of student retention:** what is next? Journal of college student retention, Vol. 8, No. 1 p. 1-19, 2006-2007. Disponível em:<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.133.2661&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 13 maio 2019.

TINTO, V. **Completing college:** Rethinking institutional action. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

TINTO, Vincent. PUSSEY, Brian. **Moving from theory to action: Building a model of institutional action for student success**. Washington, DC: National Postsecondary Education Cooperative. June 2006 draft available at. Disponível em: <https://nces.ed.gov/npec/pdf/Tinto_Pusser_Report.pdf> Acesso em: 13 maio 2019.

TOZZI, M. **Escolha da Profissão**. Revista Engenharia e Construção, nº. 88, p. 10 e 11, janeiro de 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UEMG – **A Universidade do Estado de Minas Gerais**. 1994. Disponível em: <http://www.fespmg.edu.br/Institucional/AFesp>. Acesso em: 10 abr. 2019.

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais. **Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES**. 2018. Disponível em: <<http://uemg.br/noticias-uemg/1671-assistencia-estudantil-divulgado-edital-para-beneficios-do-peaes>> Acesso em 22 maio 2019.

_____. **Programa de Assistência Estudantil – PEAPES**. 2019. Edital 01/2019. Disponível em: <<http://www.uemg.br/component/phocadownload/category/145-edital-n-01-2019-inscricao-e-selecao-para-beneficios-do-programa-estadual-de-assistencia-estudantil-peaes>> Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **Programa de Seleção Socioeconômica (PROCAN)**. 2017. Disponível em: <<http://vestibular.uemg.br/index.php/dicas/1-procan>> Acesso em 27 abr. 2019.

UNESCO - **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. 2009, Paris – França. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192> Acesso em: 25 maio 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil**. Revista da Católica: v. 2, Uberlândia, 2010.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **A evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso**, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2 – um processo de Exclusão. 2000. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2000.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso - planejamento e método**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, 2006, v. 11, n. 32, pp. 226 – 237. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>> Acesso em: 13 maio 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ESTUDANTES EVADIDOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CAMPUS PASSOS

1 – Perfil do estudante evadido:

Idade: _____

Cor/Etnia: _____

Filhos: _____

Estado Civil: _____

Sexo: _____

Renda Familiar: _____

2 – Como foi sua trajetória escolar até a universidade?

(Percorso escolar anterior ao ensino superior)

Estudou em escola pública ou particular?

Em qual escola concluiu o ensino médio?

O ingresso no ensino superior se deu logo após a conclusão do ensino médio ou ficou um tempo sem estudar?

3 – Quais foram os motivos para escolha da UEMG?

4 – De que forma você ingressou na UEMG (Vestibular, Cotas, SISU, transferência)?

5 – Quais foram as razões para a escolha do curso de graduação em Administração?

6 – Em qual turno você estudava? (Matutino ou Noturno)?

7 – Você teve alguma dificuldade para acompanhar o curso? Se sim, quais?

8 – Durante o período em que estava frequentando o curso, você morava com quem? (Nesse período você recebia alguma ajuda financeira da sua família para custear sua alimentação e moradia?)

9 – Como você realizava o percurso até a universidade? Utilizava qual meio de transporte (coletivo, ia a pé, veículo próprio, pegava carona)? Saía de casa ou direto do trabalho?

- 10 – Você trabalhava ou dedicava-se integralmente aos estudos?**
- 11 – Como era seu convívio com os alunos da sua turma e com os professores na sala de aula? E nos demais espaços externos da universidade? – Você se sentia feliz na universidade?**
- 12 – Você recebia algum tipo de ajuda para custear as despesas com o curso? (alimentação, material didático).**
- Levava lanche de casa?
- Comprava na própria escola ou em locais próximos?
- Alimentava-se após o retorno para casa?
- 13 – Quais foram os motivos e/ou dificuldades que fizeram você desistir/abandonar o curso de Administração de Empresas?**
- Foi de maneira repentina ou você demorou a tomar essa decisão?
- Comentou com alguém da universidade sobre sua intenção?
- Você chegou a pedir ajuda para um colega, coordenador ou um funcionário da universidade?
- Alguém o procurou para tentar convencê-lo a desistir da ideia de abandonar o curso?
- 14 Após o abandono, como está sua situação em relação aos estudos?**
- Ingressou em outro curso?
- Não retornou aos estudos?
- 15 – A universidade oportunizava atividades de integração entre alunos e professores?**
- 16 – Em sua opinião, o que a UEMG pode fazer para combater a evasão no curso de Administração de Empresas?**
- 17 – Você tem interesse em conhecer os resultados desta pesquisa?**

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



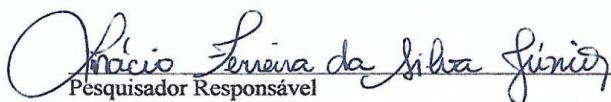
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, Inácio Ferreira da Silva Júnior, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UNIDADE PASSOS – M.G.** O projeto de pesquisa será conduzido por Inácio Ferreira da Silva Júnior, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Maria Madalena Gracioli**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O presente trabalho propõe uma investigação das causas da evasão de jovens que ingressam no curso de Administração de Empresas da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Passos M.G. por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

 Assinatura do participante

 (assinatura)
 Pesquisador Responsável

Nome: Inácio Ferreira da Silva Júnior
 Endereço: Rua Hilda das Graças Leite, 41, bairro Nova Passos, Passos- MG
 Tel: (35) 9 9921-3647
 E-mail: inaciofacef@hotmail.com

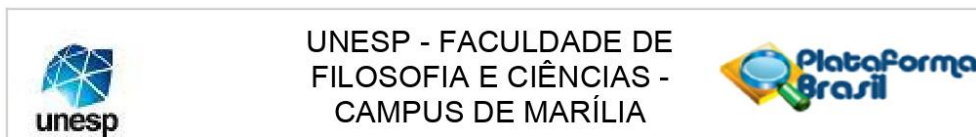
 (assinatura)
 Orientador

Prof. (a) Dr. (a) Maria Madalena Gracioli
 Endereço: Rua Adelino Nogueira, nº 510, bairro Jardim Santana – Franca-SP.
 Tel: (16) 9 9969-6926
 E-mail: lenagracioli@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp – Campus de Franca
 Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia – CP 211. CEP: 14409-160 – FRANCA – SP
 Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR. ESTUDO DE CASO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS ¿ UNIDADE

Pesquisador: INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 04888818.2.0000.5406

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.123.232

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta claramente a proposta de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Está de acordo com o que a pesquisa almeja alcançar.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos e a pesquisa traz importante contribuição para o tema e área.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo é apresentado e corresponde à pesquisa.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP da FFC da UNESP de MARÍLIA, em 28/01/2019, após acatar o parecer do membro relator previamente aprovado para o presente estudo e atendendo a todos os dispositivos das resoluções

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737

Bairro: Campus Universitário

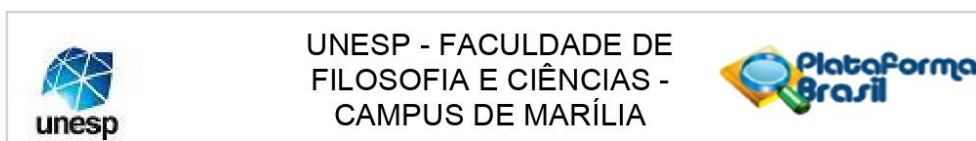
UF: SP

Município: MARÍLIA

Telefone: (14)3402-1346

CEP: 17.525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br



Continuação do Parecer: 3.123.232

466/2012, 510/2016 e complementares, bem como ter aprovado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como também todos os anexos incluídos na pesquisa, resolve APROVAR o projeto de pesquisa EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR. ESTUDO DE CASO DE JOVENS INGRESSANTES PELO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UNIDADE PASSOS-M.G.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1213280.pdf	19/12/2018 09:44:31		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	T.pdf	19/12/2018 09:44:11	INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	19/12/2018 09:43:54	INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa.pdf	17/12/2018 21:50:22	INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaopesquisaUEMG.pdf	17/12/2018 21:33:50	INACIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARILIA, 28 de Janeiro de 2019

Assinado por:
CLAUDIO ROBERTO BROCANELLI
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737
Bairro: Campus Universitário
UF: SP **Município:** MARILIA
Telefone: (14)3402-1346

CEP: 17.525-900

E-mail: cep.marilia@unesp.br